

Acompanhamento das gestões municipais eleitas em 2024





Laboratório de Eleições,
Partidos e Política Comparada

100 DIAS de governo

Acompanhamento das gestões municipais eleitas em 2024

Coordenação
Mayra Goulart

Organização
Isabel Uchôa
Mônica Gonçalves
Priscila Schmitz

Coordenação

Mayra Goulart

Organização

Isabel Uchôa

Mônica Gonçalves

Priscila Schmitz

Revisão

Leonardo David

Vítor Melo Medeiros

Isabel Uchôa

Diagramação

Petronilio Ferreira

Autores

Alice Leal Barbas

Gabriela Lopes

Giulia Gouveia

Isabel Uchôa

Júlia Pereira

Leonardo Nogueira

Millena Dias Nogueira

Mônica Gonçalves

Niara Melo Retana

Paloma Chaves

Paulo Baía

Priscila Schmitz

Raul Paiva

Rayssa Veras,

Tayná Paolino

Theófilo Rodrigues

Victor Escobar



Laboratório de Eleições,
Partidos e Política Comparada



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO

NOSSOS PESQUISADORES

Mayra Goulart

Professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (DCP/UFRJ), do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED/UFRJ), do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS/UFRRJ). Coordenadora do Laboratório de Partidos, Eleições e Política Comparada (Lappcom). Doutora em Ciência Política (2013) pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ).

Alice Leal Barbas

Graduanda em Ciências Sociais pela UFRJ. Coordenadora de comunicação e divulgação científica do Lappcom.

Gabriela Lopes

Graduanda em Ciências Sociais pela UFRJ.

Giulia Gouveia

Doutoranda e mestre em Ciências Sociais pela UFRRJ. Coordenadora dos eixos de pesquisa Mulheres Eleitas e Linguagens, Extrema-direita e Mídia do Lappcom.

Isabel Uchôa

Doutoranda em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED-UFRJ), mestra em Ciências Sociais (PPGCS-UFRJ) e graduada em Ciências Sociais (UFRJ). Coordenadora do eixo de pesquisa de Política Local no Lappcom.

Júlia Pereira

Graduanda em Ciências Sociais pela UFRJ.

Leonardo David

Graduando em Ciências Sociais pela UFRJ.

Leonardo Nogueira

Graduando em Jornalismo na UFRJ.

Millena Dias Nogueira

Graduanda em Ciências Sociais pela UFRJ.

Mônica Gonçalves

Doutoranda em Ciências Sociais pela UFRRJ, mestra em Ciências Sociais pela UERJ. Coordenadora do eixo de pesquisa de Política Local do Lappcom.

Niara Melo Retana

Graduanda em Ciências Sociais pela UFRJ.

Paloma Chaves

Advogada, especialista em Direito Eleitoral, mestre e doutoranda em Ciências Sociais (PPGCS-UFRRJ).

Paulo Baía

Doutor em Ciências Sociais pela UFRRJ e professor aposentado do Departamento de Sociologia da UFRJ.

Petronilio Ferreira

Doutorando em Comunicação pela UFF. Mestre em Jornalismo pela UEPG e especialista em Ciências Políticas pela Funip. Formado em Comunicação Social - Jornalismo na UFMA. Atualmente é coordenador da Rede de Investigadores de Comunicação Internacional (RICI), pesquisador do Centro de Referência para o Ensino do Combate à Desinformação (Codes/INCT) e do Lappcom.

Priscila Schmitz

Doutoranda em Ciência Política pelo IESP-UERJ. É graduada em Ciências Sociais pela UFRJ e em Ciência Política pela Unirio.

Raul Paiva

Mestrando no PPGSA (UFRJ), graduado em Ciências Sociais (UFRJ) e coordenador do eixo de pesquisa Tecnologia Aplicada à Ciência Política (CartPol) do Lappcom

Rayssa Veras

Graduanda em Ciências Sociais pela UFRJ. Coordenadora de comunicação e divulgação científica do Lappcom.

Tayná Paolino

Doutoranda em Ciências Sociais pela UFRRJ, mestra e graduada em Ciência Política pelo Unirio.

Theófilo Rodrigues

Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UCAM, doutor em Ciências Sociais pela PUC-Rio, mestre em Ciência Política pela UFF e mestre em Ciência da Sustentabilidade pela PUC-Rio. Tem Pós-Doutorado em Ciências Sociais pela UERJ. Autor dos livros "Capitalismo e Sustentabilidade: empresa regenerativa e a sustentabilidade corporativa no século XXI", "Partidos, classes e sociedade civil no Brasil contemporâneo" e "Engels 200 anos: ensaios de teoria social e política".

Victor Escobar

Doutorando em Ciências Sociais pela UFRRJ, mestre em Sociologia Política pelo IUPERJ/UCAM.

Vítor Melo Medeiros

Graduando em Ciências Sociais na UFRJ. Coordenador do eixo de pesquisa Linguagens, Extrema-direita e Mídia do Lappcom.

SUMÁRIO

Apresentação	9
Os Primeiros 100 dias de gestão nos municípios do Rio de Janeiro: um panorama geral	14
Governo Castro, PL e as eleições municipais 2024	16
O contexto racial e de gênero nas eleições de 2020 e 2024: um olhar sobre o Rio de Janeiro	20
Mesa Diretora: Arquitetura do Poder e da Governabilidade nas Casas Legislativas	27
Região Metropolitana	30
Rio de Janeiro	31
Comparação das bancadas dos partidos na Câmara Municipal	34
Eduardo Paes: primeiros 100 dias de governo em 2025	36
São Gonçalo	38
Mesa Diretora	38
Composição da Câmara	38
Niterói	42
Quem é Rodrigo Neves?	42
Vereadores Eleitos em 2024 e filiação partidária	43
Renovação Política	44
Os Vereadores mais Votados da Cidade	44
Eleição da Mesa Diretora	45
O Presidente do Biênio 2025/2026: Milton Cal	45
Composição Partidária da Gestão de Rodrigo Neves (2025 - 2028)	45
Secretário de Governo e Chefe de Gabinete	46
Primeiras medidas dos cem dias de governo e principais desafios	46
Conclusão	48
Maricá	49
Mudanças na composição da Câmara Municipal de Maricá de 2020 para 2024	49
Relações políticas	51
A expansão das relações intermunicipais	51

O secretariado	52
Principais ações	53
Período de estiagem	56
Paralisação dos professores	56
Baixada Fluminense	58
Duque de Caxias	59
Início do governo	59
Composição da Câmara de Vereadores	60
A equipe de governo de Netinho Reis	62
A disputa pelo espaço político em Duque de Caxias	63
Belford Roxo	65
A composição da Mesa Diretora	66
A composição da Câmara Municipal a partir dos resultados do último pleito	66
As secretarias de governo	70
As ações implementadas pelo prefeito nos seus primeiros cem dias de gestão	73
Nova Iguaçu	76
Composição da Câmara	76
Composição de governo	78
Os primeiros desafios	79
São João de Meriti	81
 Norte & Noroeste	89
Campos dos Goytacazes	90
A distribuição das secretarias de governo	90
A composição da Mesa Diretora de Campos dos Goytacazes	90
A composição da Câmara Municipal	91
A composição do secretariado municipal	92
Articulações com outros níveis de governo	93
Reprodução das redes sociais	94
Principais ações implementadas nos cem primeiros dias de governo	94
Tendências para o futuro do governo	96
 Baixada Litorânea & Costa Verde	97
Angra dos Reis	98

Região Serrana	104
Petrópolis	105
Referências	108



Vitral da Cúpula do Palácio Pedro Ernesto
Ascom da Câmara do Rio de Janeiro

Apresentação

Isabel Uchôa

Após cem dias das gestões dos prefeitos eleitos, o projeto “100 Dias de Governo: Acompanhamento das gestões municipais eleitas em 2024” visa identificar e analisar as primeiras ações realizadas pelos gestores municipais eleitos no estado do Rio de Janeiro em 2024. O projeto é realizado pelo Laboratório de Partidos, Eleições e Política Comparada (Lappcom), vinculado ao Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (DCP/UFRJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS/UFRRJ).

O trabalho de investigação a respeito dos primeiros cem dias de gestão surge enquanto parte de um dos objetivos de um dos eixos do Lappcom: a produção de pesquisas sobre a política local do estado do Rio de Janeiro. Este eixo investiga as dinâmicas eleitorais, os sistemas partidários e a governabilidade em âmbito local. A partir de metodologias quantitativas e qualitativas, neste eixo os pesquisadores monitoram atores políticos locais, sua distribuição de votos e recursos em eleições subnacionais, além das relações entre o Poder Executivo e Legislativo no âmbito municipal. O projeto de análise dos primeiros cem dias de governo é mais uma etapa de produção do Lappcom sobre as eleições municipais de 2024. O laboratório, entre 2023 e 2024, lançou quatro volumes do Guia das Eleições Municipais 2024, nos quais foram apresentadas análises sobre os prefeitos que ocupavam o cargo à época, a composição das Câmaras Municipais, as distribuições de votos e os resultados eleitorais do pleito de 2024. Além disso, os pesquisadores do laboratório também publicaram matérias — inclusive, sobre entrevistas com candidatos às Prefeituras analisadas — para o Tamo Junto, uma parceria realizada entre o Lappcom e o Jornal Extra.

O projeto apresenta uma análise de 11 municípios do estado: quatro da Região Metropolitana (Rio de Janeiro, São Gonçalo, Niterói e Maricá), quatro que fazem parte da Baixada Fluminense (Duque de Caxias, Belford Roxo, Nova Iguaçu e São João de Meriti), um município da região Norte e Noroeste Fluminense (Campos dos Goytacazes), um que compõe as Baixadas Litorâneas e Costa-Verde (Angra dos Reis) e um município da Região Serrana (Petrópolis). Optamos por separar em seções distintas os municípios que compõem a Baixada Fluminense, apesar destas localidades estarem inseridas na Região Metropolitana, com o objetivo de dar maior destaque. A Baixada Fluminense é uma região peculiar de importante análise, palco de dinâmicas nacionalizadas e, simultaneamente, particulares a cada município, com a presença de famílias tradicionais que dominam a política local. Essa é uma região sobre a qual alguns pesquisadores do laboratório se debruçam em suas análises acadêmicas com maior profundidade, sendo tema de dissertações de mestrado e teses de doutorado produzidas e defendidas por eles.

Nos textos sobre cada município analisado neste projeto, visamos expor, primeiramente, um balanço sobre as eleições de 2024, apresentando o vencedor na disputa pela Prefeitura, a composição do secretaria-

do e da Câmara Municipal, com destaque à Mesa Diretora, que possui papel central nas decisões legislativas. Além disso, também apresentamos as articulações do prefeito com outros níveis de governo, com o objetivo de compreender quais alianças políticas foram construídas pelo gestor municipal eleito em 2024 nos primeiros cem dias de seu governo e como ele dialoga com outras lideranças. Por fim, o principal objetivo da análise: as ações realizadas pelo prefeito em seus primeiros cem dias enquanto chefe do Executivo municipal, buscando apresentar suas prioridades enquanto governante e o que os cidadãos podem esperar enquanto os próximos passos do gestor eleito.

Desse modo, a realização do projeto “100 Dias de Governo: Acompanhamento das gestões municipais eleitas em 2024” integra uma série de produções do Lappcom, desde 2023, a respeito de todo o processo eleitoral municipal de 2024 — da pré-candidatura à análise dos primeiros cem dias de governo.

Das Urnas Municipais à União Progressista: Os 100 Dias de Governo e o Repositionamento das Forças para 2026 no Rio de Janeiro

Mayra Goulart e Theófilo Rodrigues
Coordenadores do Lappcom

As articulações políticas para as eleições estaduais de 2026 no Rio de Janeiro já estão em pleno vapor, impulsionadas pelos resultados das eleições municipais de 2024. A nova configuração do poder local redesenha o mapa das forças políticas no estado, com implicações diretas sobre as possibilidades de candidaturas ao governo estadual. Ao analisar os atores relevantes e as possíveis alianças, é essencial considerar a distribuição regional do poder político, os prefeitos reeleitos, os deputados mais votados e as articulações entre partidos e grupos de interesse.

Em artigo anterior publicado na véspera da eleição de 2024, argumentamos que a eleição para governador em 2026 poderia vir a ser uma batalha entre três grandes campos políticos:

1. o campo *lulista*, que gostaria de ter como seu candidato o prefeito da capital, Eduardo Paes (PSD) — embora ele negue, até o momento, essa intenção;
2. o campo do atual governador Cláudio Castro (PL), que poderia ter como candidato o deputado federal Dr. Luizinho (PP);
3. e o campo liderado pelo presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), Rodrigo Bacellar (União Brasil).

A política, no entanto, não se desenvolve num campo asséptico e está sempre sujeita a reviravoltas. Sem que ninguém vislumbrasse essa possibilidade, uma denúncia grave envolvendo o sistema de saúde do estado atingiu em cheio a pré-candidatura de Dr. Luizinho no fim de 2024. Além disso, Bacellar se recompôs com Castro e o PP de Dr. Luizinho estabeleceu uma federação com o União Brasil de Bacellar. Ou seja, de uma tendência de três campos principais para a disputa em 2026, temos agora apenas dois campos: o lulista em torno de Paes e o bolsonarista com Bacellar.

Na Região Metropolitana, destaca-se a figura de Eduardo Paes (PSD), reeleito prefeito da capital com mais de 60% dos votos. Apesar de negar uma candidatura ao governo estadual, seu nome é o mais competitivo no campo progressista. Paes articula uma ampla frente democrática com apoio do PSD nacional e do presidente Lula, configurando um polo de centro-esquerda com força nas áreas urbanas. Em São Gonçalo, a

reeleição de Capitão Nelson (PL) com mais de 80% demonstra a força do bolsonarismo. Já em Niterói, Rodrigo Neves (PDT) mantém influência como possível articulador do campo progressista fora da capital. A Baixada Fluminense permanece como reduto conservador, com figuras como Márcio Canella (União Brasil) e Altineu Côrtes (PL) exercendo forte influência local.

No Noroeste Fluminense, prefeitos como Nel (PL), em Itaperuna, e Alessandra (Republicanos), em Miraíma, consolidam a hegemonia da direita na região. O deputado estadual Rodrigo Bacellar (União), presidente da Alerj, tem base consolidada nessa região e desonta como pré-candidato ao governo com apoio de setores conservadores e do grupo do governador Cláudio Castro. Sua rivalidade com Thiago Pampolha (MDB), atual vice-governador, pode resultar em fragmentação deste campo. Na hipótese de Castro vir como candidato ao Senado, Pampolha assume o governo do estado, o que lhe favorece como possível candidato ao cargo. Nos bastidores, Castro tenta impedir que o vice-governador Thiago Pampolha assuma o governo, sugerindo a ele a aceitação de uma vaga no Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ). Pampolha, por sua vez, resiste à pressão e tenta se consolidar como herdeiro institucional da máquina de governo, lançando-se como alternativa viável à candidatura de Bacellar. A indefinição sobre quem liderará o campo conservador coloca o MDB, o União Brasil e o PL em rota de colisão silenciosa.

Já o Norte Fluminense é dominado politicamente por Wladimir Garotinho (PP), reeleito em Campos dos Goytacazes, que mantém o legado político da família Garotinho. Garotinho foi alvo de investidas de Paes, com o propósito de atrair o PP para sua esfera de influência, evitando que a legenda integrasse a coalizão do campo direitista nas eleições de 2026. Outra peça chave é Welberth Rezende (Cidadania), eleito com 85,6% dos votos do município, o prefeito de Macaé pode se tornar ator relevante na configuração do campo progressista.

As Baixadas Litorâneas reforçam o domínio do PL, e da direita, com Dr. Serginho e Marcelo Magno sendo reeleitos com larga vantagem em Cabo Frio e Arraial do Cabo. A atuação legislativa de Dr. Serginho na Alerj, antes de se tornar prefeito, o posiciona como articulador regional deste campo. A Região Serrana segue alinhada ao campo conservador, com Hingo Hammes (PP) e Johnny Maycon (PL) reeleitos em Petrópolis e Nova Friburgo. Giselle Monteiro (PL) representa a região na Alerj com base consolidada. No Centro-Sul, os prefeitos Joa (Republicanos) em Três Rios e Júlio Canelinha (União Brasil) em Paraíba do Sul mantêm a linha conservadora, embora abertos a alianças pragmáticas.

O Médio Paraíba, com Neto (PP) em Volta Redonda e Luiz Furlani (PL) em Barra Mansa, mostram predominância do centrão e direita tradicional de expressão marcadamente fisiológica. Essa região pode pender para uma candidatura apoiada por partidos como MDB e PP, legendas que atuam mais como balcão de negócios do que como organizadores de preferências ideológicas. A Costa Verde apresenta um quadro misto: Cláudio Ferreti (MDB) em Angra dos Reis atua no campo de centro, enquanto Zezé Porto (Republicanos) em Paraty assume um discurso mais ideologizado. Thiago Pampolha, com base no MDB e forte influência no sul fluminense, pode reunir apoio nessa região.

Entre os deputados estaduais e federais, destaca-se a presença de parlamentares como Rodrigo Bacellar (PL), Daniela do Waguinho (União Brasil), Dr. Serginho (PL) e Altineu Côrtes (PL), todos com atuação relevante em suas regiões. No campo progressista, os deputados federais Talíria Petrone (PSOL), Tarcísio Motta (PSOL), Lindbergh Farias (PT) e os estaduais Renata Souza (PSOL) e Elika Takimoto (PT) mantêm base sólida na capital, especialmente nas zonas norte e oeste, as mais expressivas eleitoralmente. A atuação dessas lideranças será decisiva na composição das alianças e na mobilização territorial.

A consolidação das federações partidárias também deve influenciar diretamente o panorama eleitoral de 2026. A federação entre PP e União Brasil, que reúne dois partidos com forte presença nas regiões Metropolitana, Médio Paraíba e Região dos Lagos, tendo vencido em 30 municípios nas eleições de 2024. Com esse desempenho, a federação superará as 22 prefeituras conquistadas pelo PL e se tornará a principal força municipal do estado. Esse resultado reforça sua capacidade de articulação e estruturação de uma candidatura competitiva ao governo estadual, podendo servir como pilar para alianças de centro-direita, especialmente se convergir com os interesses de lideranças como Rodrigo Bacellar e Thiago Pampolha. Em contraste, a fusão entre PSDB e Podemos obteve apenas uma prefeitura (no município de Natividade), e esta ainda se encontra sub judice, o que evidencia sua baixa capilaridade e reduzida relevância no cenário fluminense para o próximo pleito estadual.

A formação da federação entre PP e União Brasil também teve o efeito de interromper uma articulação discreta em curso entre Eduardo Paes e setores do PP, especialmente através do prefeito de Campos, Wladimir Garotinho. Essa aproximação buscava abrir canais de diálogo entre o campo progressista e setores da direita fisiológica que demonstravam incômodo com a centralização de poder em torno de Cláudio Castro e Rodrigo Bacellar. No plano eleitoral, a federação engessa esse movimento e dificulta o prosseguimento da estratégia adotada pelo governo federal, em Brasília, e por Paes, no Rio, de fragmentar a direita fisiológica atraindo seus quadros por meio da oferta de espaços de governo, cargos e recursos. Ao vincular estruturalmente os dois partidos, a federação fortalece o bloco conservador e o rebatimento da polarização em âmbito subnacional, reduzindo a margem de negociação com lideranças locais interessadas em maior autonomia. Com isso, o campo progressista perde uma das suas principais ferramentas de erosão da base adversária no estado em uma situação que deverá se replicar em outros contextos.

Em síntese, o cenário para 2026 no Rio de Janeiro está dividido em três eixos principais: a centro-esquerda em torno de Eduardo Paes, a direita em articulação com Bacellar, Pampolha e o PL, e um centro fisiológico que pode se aliar a qualquer dos lados, conforme os incentivos oferecidos em termos de recursos e cargos. A lógica territorial, fortalecida pelo resultado de 2024 e pela reconfiguração no padrão de execução orçamentária, mediante a elevação hiperbólica do montante destinado para emendas parlamentares, é elemento fundamental na formação das coligações e no êxito das candidaturas. A disputa estadual deverá refletir, assim, o novo arranjo político consolidado nos municípios e nas bancadas estaduais e federais, em um contexto de polarização e negociações cruzadas alimentadas pelos vultuosos recursos das emendas parlamentares que, em inúmeros casos, ultrapassam os orçamentos dos municípios.

Os Primeiros 100 dias de gestão nos municípios do Rio de Janeiro: um panorama geral

Paulo Baía

Introdução

Os primeiros 100 dias de mandato são tradicionalmente considerados um período crucial para que prefeitos e prefeitas estabeleçam as bases de suas administrações, implementem ações emergenciais e sinalizem suas prioridades para a população. No estado do Rio de Janeiro, os gestores municipais iniciaram 2025 enfrentando desafios herdados de gestões anteriores, como déficits fiscais, infraestrutura deficiente e demandas sociais urgentes. Apesar das particularidades de cada município, observa-se um esforço comum em áreas estratégicas como saúde, educação, infraestrutura, segurança e desenvolvimento econômico.

Saúde: reforço na atenção básica e ampliação de serviços

A saúde pública foi uma das áreas mais priorizadas nos primeiros 100 dias de gestão. Diversas prefeituras concentraram esforços na reestruturação da atenção básica, com a contratação de profissionais, aquisição de equipamentos e melhoria das unidades de saúde. Mutirões de exames e cirurgias eletivas foram realizados para reduzir filas de espera, e programas de prevenção e promoção da saúde foram intensificados. Além disso, houve investimentos na ampliação do acesso a medicamentos e na modernização dos sistemas de agendamento e prontuário eletrônico.

Educação: retomada das aulas e valorização dos profissionais

Na área da educação, os gestores municipais enfrentaram o desafio de retomar as aulas presenciais com segurança, após períodos de ensino remoto. Foram implementadas medidas para garantir a infraestrutura adequada das escolas, incluindo reformas, aquisição de mobiliário e equipamentos, e fornecimento de materiais didáticos. A valorização dos profissionais da educação também foi uma prioridade, com a realização de concursos públicos, capacitações e reajustes salariais. Programas de reforço escolar e atividades extracurriculares foram promovidos para mitigar os impactos da pandemia na aprendizagem dos estudantes.

Infraestrutura e mobilidade urbana: obras e planejamento

As prefeituras iniciaram obras de pavimentação, drenagem, iluminação pública e recuperação de vias,

visando melhorar a mobilidade urbana e a qualidade de vida da população. Projetos de requalificação de espaços públicos, como praças e parques, também foram executados. Em alguns municípios, foram lançados planos de mobilidade urbana, com foco na integração dos modais de transporte, implantação de ciclovias e melhoria do transporte coletivo. A busca por recursos estaduais e federais foi intensificada para viabilizar investimentos em infraestrutura.

Segurança pública e ordem urbana: parcerias e tecnologia

A segurança pública foi abordada por meio de parcerias com as forças estaduais e federais, além da implementação de ações de ordem urbana. Foram adquiridos equipamentos e viaturas para as guardas municipais, e sistemas de videomonitoramento foram instalados em áreas estratégicas. Campanhas educativas e ações de fiscalização foram realizadas para coibir práticas ilegais e promover a convivência harmoniosa nos espaços públicos. A integração entre as secretarias municipais e os órgãos de segurança foi fortalecida para garantir respostas mais eficazes às demandas da população.

Desenvolvimento econômico e social: apoio aos empreendedores e inclusão

Para estimular a economia local, as prefeituras lançaram programas de apoio aos micro e pequenos empreendedores, oferecendo linhas de crédito, capacitações e desburocratização de processos. Feiras e eventos foram promovidos para fomentar o comércio e o turismo. Na área social, ações de assistência foram intensificadas, com a ampliação de benefícios e serviços para as famílias em situação de vulnerabilidade. Programas de inclusão produtiva e geração de emprego e renda foram implementados, visando reduzir as desigualdades e promover o desenvolvimento sustentável.

Conclusão: um novo ciclo de gestão municipal

Os primeiros 100 dias de gestão nos municípios do estado do Rio de Janeiro foram marcados por ações concretas e planejamento estratégico, demonstrando o compromisso dos prefeitos e prefeitas com a melhoria das condições de vida da população. Apesar dos desafios enfrentados, os avanços obtidos nesse período indicam uma mudança positiva na administração municipal, com foco na eficiência, transparência e participação social. Espera-se que, com a continuidade dos trabalhos e o engajamento da sociedade, os próximos meses consolidem as transformações iniciadas, promovendo cidades mais justas, inclusivas e sustentáveis.

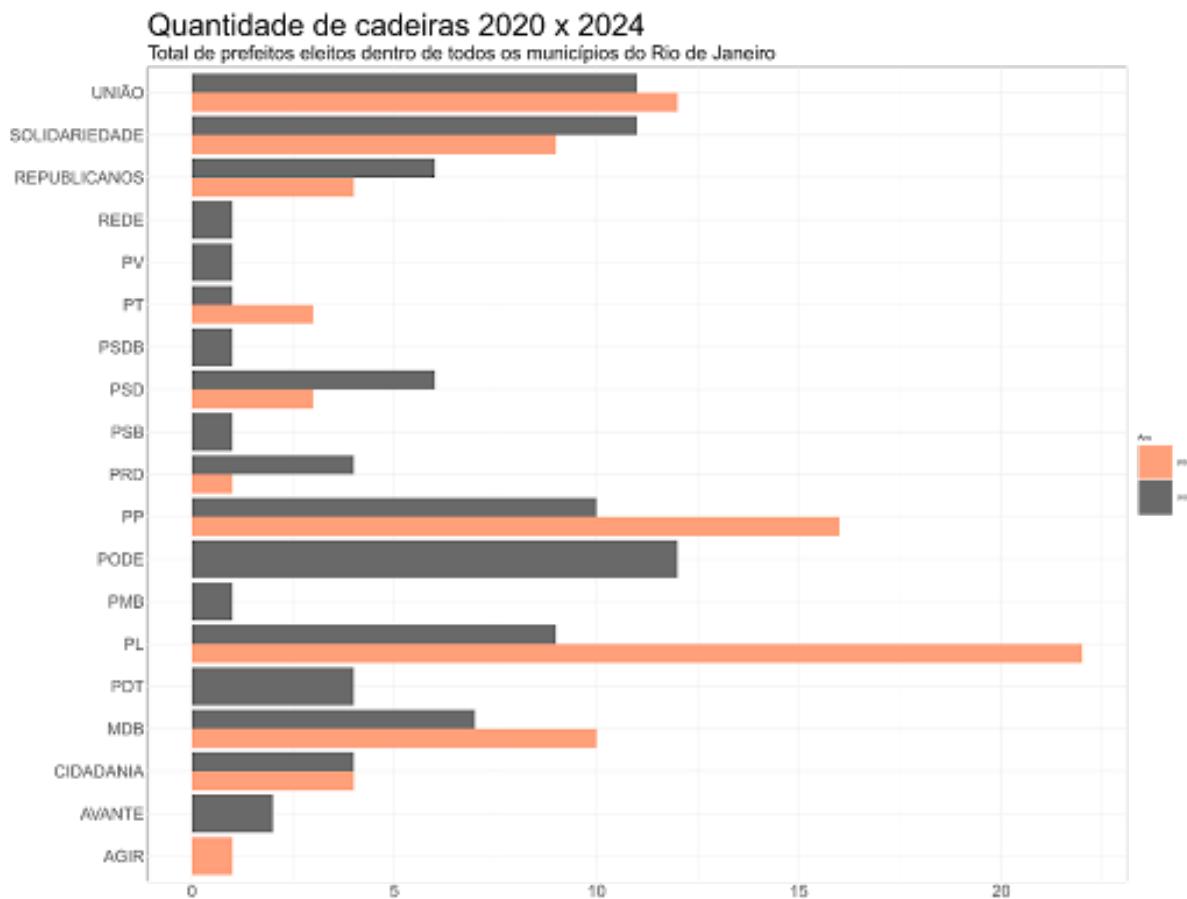
Governo Castro, PL e as eleições municipais 2024

Raul Paiva

O domínio do PL nas eleições de 2024 era esperado, tanto pela força do bolsonarismo no estado, quanto pela vitória expressiva de Cláudio Castro (PL) na eleição para o governo estadual em 2022. Nas eleições de 2022, o atual governador foi o candidato mais votado em 91 das 92 cidades do estado, perdendo apenas para Rodrigo Neves em Niterói — vencendo ainda no primeiro turno, com 58,69% dos votos válidos.

Dessa forma, em 2024, o PL confirmou a expectativa e liderou o estado com 22 Prefeituras.

Variação de Cadeiras por Partido



Dante desse cenário, surgem algumas questões: houve uma expansão do PL no estado durante as eleições de 2022 e 2024? Os partidos da coligação de Castro em 2022 replicaram os resultados nas eleições

municipais de 2024? Essas perguntas serão analisadas a partir dos mapas de calor das votações por município. Os resultados envolvem: (1) as cidades em que Bolsonaro obteve votação expressiva no segundo turno em 2018, (2) as cidades em que Bolsonaro obteve votação expressiva no segundo turno em 2022, (3) o percentual de votos totais obtidos por Castro nas cidades em 2022, (4) as cidades onde Castro obteve desempenho expressivo, (5) os municípios que elegeram prefeitos do PL em 2024, e (6) aqueles que elegeram prefeitos de partidos que integraram sua coligação em 2022. O objeto do texto é, portanto, mostrar possíveis padrões de votação, indicando que pode haver uma relação entre as eleições ao longo do período e de que as eleições de 2026 dependerão da rearticulação dessa coligação.

Antes disso, no entanto, é importante destacar a composição da coligação vitoriosa em 2022, que contou com: Avante, DC, MDB, PL, PMN, Podemos, PP, PROS, PRTB, PSC, PTB, Republicanos, Solidariedade e União Brasil. Juntos, esses partidos elegeram 68 prefeitos nas eleições municipais de 2020 e ampliaram essa base para 78 Prefeituras em 2024, um saldo positivo de nove Prefeituras. No entanto, o grupo não se comportou de forma homogênea. O Podemos, por exemplo, foi o maior perdedor, saindo de 12 Prefeituras em 2020 para nenhuma em 2024, enquanto o PL teve o maior crescimento, passando de nove para 22 Prefeituras.

Apesar desse desempenho, a unidade do grupo enfrenta um momento delicado, especialmente devido à disputa pela sucessão de Cláudio Castro (PL), reeleito em 2022. O presidente da Assembleia Legislativa, Rodrigo Bacellar (União Brasil), manifestou interesse em sucedê-lo, o que gerou tensões dentro da base aliada. No entanto, as informações mais recentes indicam que Castro apoia a pré-candidatura de Bacellar, o que teria reduzido os atritos entre os dois. Ainda assim, a unidade do bloco formado em 2022 segue incerta para 2026, especialmente porque o vice-governador, Thiago Pampolha (MDB), também lançou sua pré-candidatura ao governo do estado, aprofundando as divisões entre antigos aliados. No meio disso tudo, ainda há a federação PP e União Brasil, o que os tornam os partidos com mais cidades do estado, com 30 dentro do domínio da federação e que pode, ao mesmo tempo, dificultar alianças e impulsionar uma candidatura própria. Diante desse contexto, resta analisar se há um padrão na relação entre o enraizamento do PL e a votação de Castro em 2022, para entender se o governador e o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ajudaram a fortalecer seu partido para as eleições de 2024.

Na primeira linha, é perceptível como as cidades em que Bolsonaro obteve votação expressiva (mais de 60% dos votos do município no segundo turno) mudaram de 2018 para 2022. Em 2022, essas cidades passaram a apresentar uma conformação semelhante àquelas em que Cláudio Castro obteve pelo menos 15% dos votos totais (incluindo brancos e nulos). Em 2018, Bolsonaro teve votação expressiva em 43 cidades do estado do Rio de Janeiro, número que caiu para 41 em 2022.

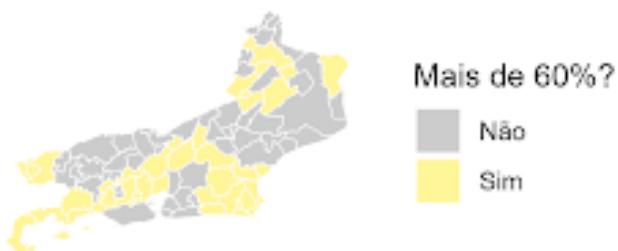
Contudo, apesar da redução, a semelhança com o desempenho de Castro em 2022 aumentou. Comparando Bolsonaro em 2018 com Castro em 2022, há apenas 23 cidades em comum com votação expressiva. Já em 2022, Bolsonaro e Castro coincidiram em 28 cidades. Isso indica uma consolidação do bolsonarismo na configuração de 2022, na qual Bolsonaro e Castro obtiveram votações expressivas em cidades semelhantes — em 28 das 40 cidades (70%) em que Castro teve votação expressiva, Bolsonaro também se destacou.

Ao se observar os três últimos mapas, percebe-se que a vitória do PL se concentrou, em sua maioria, em municípios onde Castro teve votação expressiva. Por outro lado, a coligação que elegeu Castro em 2022 não reproduziu esse padrão de forma uniforme: apenas uma parte das cidades onde o governador teve forte desempenho foi conquistada por partidos aliados do PL. Entre os municípios que elegeram prefeitos do PL, 12 dos 22 (equivalente a 54%) foram locais onde Castro teve desempenho expressivo. Já entre os 78 municípios

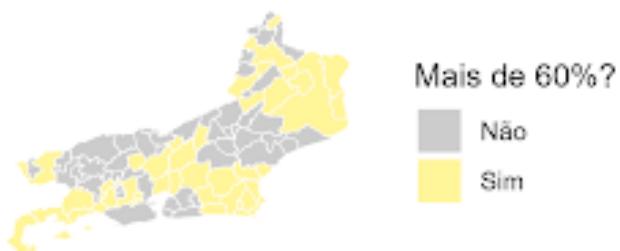
que elegeram prefeitos da coligação, apenas 34 (equivalente a 43%) estavam entre aqueles onde Castro teve melhor desempenho. Ao excluir as Prefeituras conquistadas diretamente pelo PL, esse percentual cai de 22 para 56 (equivalente a 39%).

Municípios PL, Bolsonaro e Castro

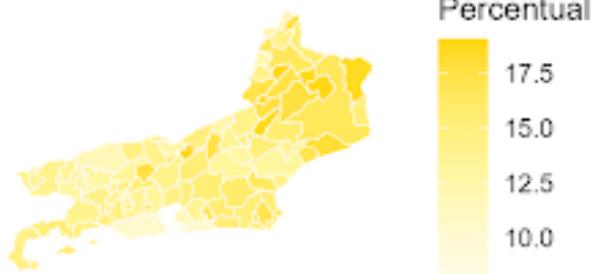
Vitória Expressiva de Bolsonaro Eleição de 2018



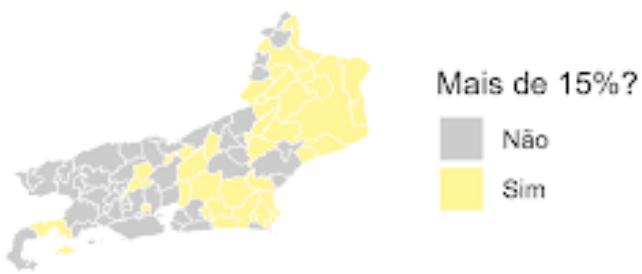
Vitória Expressiva de Bolsonaro Eleição de 2022



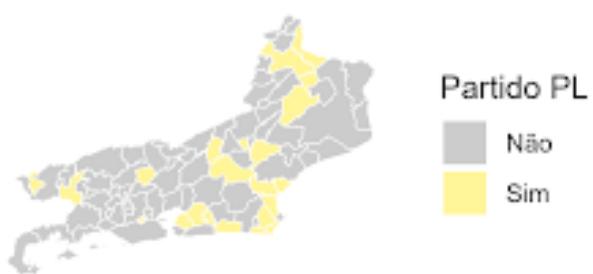
Cláudio Castro Eleições de 2022



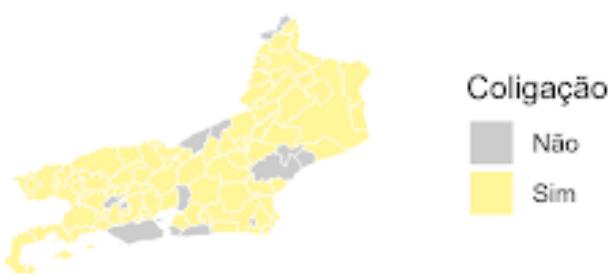
Vitória Expressiva de Castro Eleição de 2022



Municípios com Prefeitos do PL 2024



Coligação com PL para Governo 2022 Prefeituras ganhas em 2024



Esses dados indicam que o desempenho eleitoral de 2022 rendeu bons frutos ao PL, que mais do que dobrou o número de Prefeituras. No entanto, os demais partidos da coligação não tiveram o mesmo crescimento. Apesar disso, a coalizão que venceu em 2022 manteve sua relevância nas eleições municipais de 2024. Mesmo sem o MDB, que conquistou 9 Prefeituras, os partidos da base de Castro teriam vencido em 68 municípios, o que demonstra que, caso permaneçam unidos, seguirão como força competitiva para 2026.

Em um cenário ainda muito incerto, os partidos mais relevantes nessa disputa futura podem ser: PL (22 Prefeituras), PP (16 Prefeituras), União (12 Prefeituras), MDB (10 Prefeituras) e Solidariedade (9 Prefeituras).

Além desse contexto, o atual prefeito da capital, Eduardo Paes, detém um grande capital político na cidade mais populosa do estado e busca alianças com alguns desses partidos, especialmente o PP que agora atua junto ao União Brasil, o que poderia alavancar bruscamente as chances de Paes nas eleições. Por outro lado, Rodrigo Bacellar (União Brasil), atual presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), é um político que transita bem dentro do PL e pode ser um nome forte nas eleições de 2026, principalmente caso a nova federação tenha unidade no estado do Rio de Janeiro.

Se, por um lado, os prefeitos eleitos em 2024 ainda estão nos primeiros cem dias de seus mandatos e em estágios iniciais de gestão, por outro, seu peso político em uma eleição estadual que se aproxima torna urgente a definição de estratégias e alianças.

O contexto racial e de gênero nas eleições de 2020 e 2024: um olhar sobre o Rio de Janeiro

Giulia Gouveia e Mayra Goulart

A priori, é importante compreender que, ao longo dos séculos, as mulheres sempre ocuparam uma posição desfavorecida na divisão sexual do trabalho, sendo destinadas ao protagonismo dentro do ambiente doméstico, enquanto os homens dominavam os espaços públicos da sociedade. Além da estrutura patriarcal relacionada ao gênero, o classismo e o racismo também eram pilares desse sistema, aprofundando a invisibilidade não apenas do trabalho das mulheres em geral, mas, especialmente, daquelas racializadas, que historicamente desempenhavam funções de cuidado e limpeza fora do ambiente doméstico (Avelar et al., 2022) – uma realidade que persiste na sociedade brasileira contemporânea.

Dessa forma, a categoria “mulheres” não é homogênea, visto que existem diferentes formas de subordinação que impactam as integrantes desse grupo. Um agente social pode ser dominante em uma relação, mas estar subordinado em outra (Mouffe, 1999). Assim, a identidade de um indivíduo é formada pela combinação de diversas “posições de sujeito” (Mouffe, 1999, p. 110), o que impede que ela seja vinculada a uma única classe na sociedade, sendo, na verdade, resultante de uma interseção dos papéis que desempenha na estrutura.

Segundo Anette Borchorst e Mari Teigen (2010, p. 19), ao analisarmos as subdivisões dentro do grupo “mulheres” sob a ótica da interseccionalidade, as opressões e privilégios atravessam múltiplas identificações sociais, não se limitando a uma única categoria. Nesse contexto, as mulheres que a sociedade considera “não brancas” – ou seja, não alinhadas aos padrões femininos ocidentais – são oprimidas por relações de poder que transcendem o gênero (Vergès, 2020).

Além disso, é importante lembrar que as brasileiras conquistaram seus direitos políticos formais em âmbito nacional há menos de um século, em 1932. Quatro anos antes, em 1928, Alzira Soriano, na cidade de Lajes (RN), foi pioneira ao disputar as eleições municipais, tornando-se a primeira prefeita eleita não apenas no Brasil, mas também na América Latina. A primeira mulher negra a assumir um cargo político no país foi Antonieta Barros (PLC/SC), filha de uma escrava liberta, eleita em 1934, 63 anos após a promulgação da Lei do Vento Livre (1871). No entanto, à medida que as décadas se passaram, a elite política continuou sendo majoritariamente composta por homens brancos (Miguel; Biroli, 2014), haja vista que as diversas mudanças realizadas na legislação eleitoral brasileira desde a primeira Lei de Cotas, em 1995, não surtiram um efeito

explosivo na diminuição das disparidades entre os gêneros, mas uma série de avanços moleculares (Silva; Siqueira, 2024). Nesse contexto, vale retomar a questão levantada por Phillips (1995, p. 116): caso a posição dos gêneros fosse invertida, o que pensariam os homens sobre uma política institucional na qual estivessem tão desproporcionalmente representados?

Embora a conquista dos direitos políticos tenha estabelecido uma igualdade formal, ela não resultou em uma mudança efetiva nas relações de gênero (Miguel; Biroli, 2014). A presença de mulheres na política institucional continua sendo gravemente desproporcional quando comparada à de homens. Esse fenômeno pode ser atribuído às dinâmicas de poder enraizadas no tecido social, que, ao perpetuarem privilégios para a mesma elite que sempre esteve à frente dos processos decisórios, impõem barreiras à concretização de um dos pilares substantivos da democracia: a participação efetiva de diferentes setores sociais nos processos políticos (Sacchet, 2012).

No caso específico do estado do Rio de Janeiro, o estudo das últimas eleições municipais (Silva; Homem, 2024) revela um quadro de exclusão e sub-representação das mulheres, principalmente das mulheres negras, nas eleições. Assim, o objetivo deste estudo é explorar os dados das candidaturas e das eleitas através de uma análise comparativa entre os pleitos de 2020 e 2024 no estado, jogando luz às diferentes esferas do poder municipal: vereança, Prefeitura e vice-prefeitura. Desse modo, esperamos contribuir para um entendimento mais amplo das dinâmicas políticas que perpetuam a sub-representação das mulheres, considerando a teoria da interseccionalidade (Vergès, 2020), no estado fluminense.

Para tanto, na seção 2, será aprofundada a análise da relação intrínseca entre o financiamento das campanhas eleitorais e as dificuldades estruturais enfrentadas pelas mulheres candidatas, com especial atenção às disparidades nos recursos disponíveis para os homens e as mulheres, evidenciando os obstáculos financeiros que as mulheres encontram ao longo do processo eleitoral. As seções 3, 4 e 5 dedicam-se, respectivamente, à investigação das candidaturas à vereança, à Prefeitura e à vice-Prefeitura no estado do Rio de Janeiro, examinando a representação feminina em cada nível de poder da esfera municipal.

A seção 6 centra-se nas vereadoras eleitas no estado do Rio de Janeiro, apresentando dados sobre a ascensão de mulheres a cargos de vereança e os múltiplos desafios impostos a elas. Já a seção 7 foca nas prefeitas eleitas no estado, avaliando as vitórias, ainda que pontuais, das mulheres no campo da política executiva e os significativos avanços que essas conquistas representam em termos de igualdade de gênero. A seção 8 dedica-se a discutir a presença das vice-prefeitas eleitas no estado, refletindo sobre a participação das mulheres nas funções de vice-prefeitura. Finalmente, nas considerações finais, serão debatidos os impactos dessas análises e suas possíveis implicações para a ampliação da participação política das mulheres e as perspectivas para uma maior equidade de representação no contexto eleitoral brasileiro.

MULHERES E FINANCIAMENTO ELEITORAL

A eleição de 2024 foi a mais financeiramente robusta da história, impulsionada por expressivos recursos públicos, distribuídos entre um número reduzido de candidatos e partidos, resultado da diminuição das nominatas imposta pela legislação eleitoral. Esses recursos, amplamente direcionados a candidaturas já estabelecidas e com considerável patrimônio pessoal, visto que quase metade do montante foi destinada a 0,27% dos candidatos com patrimônio superior a R\$485 mil, dificultaram a entrada de novos concorrentes. O pleito não foi marcado por discursos de renovação, mas pela reafirmação de figuras já consolidadas em suas respectivas regiões. A "nova política" já não é tão nova.

As novas regras evidenciaram o papel central dos municípios e suas lideranças na reconfiguração do cenário político nacional, onde prefeitos, vereadores e deputados assumiram maior controle sobre os recursos do Tesouro Nacional. O orçamento impositivo e a cláusula de barreira – que exige um número mínimo de deputados federais e senadores para garantir o acesso ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), estipulado em R\$4,9 bilhões este ano – aumentaram significativamente o peso desses atores. Em especial, os deputados se destacaram como cabos eleitorais e articuladores das nominatas de seus respectivos partidos. Neste sentido, ao mencionar o financiamento eleitoral, é imperativo tecer uma reflexão a partir da perspectiva de gênero e raça. Assim, no âmbito nacional, as eleições de 2024 registraram os seguintes índices de candidaturas de mulheres: 152.946 (35,40%) para a vereança, 2.381 (15,29%) para a Prefeitura e 3.678 (23,25%) para a vice-prefeitura. Em 2020, por sua vez, observou-se os seguintes números: 180.216 (34,76%) candidaturas femininas para a vereança, 2.602 (13,43%) para a Prefeitura e 4.203 (21,21%) para a vice-prefeitura. Esses dados representam um pequeno aumento percentual em relação às eleições de 2020, embora os números absolutos tenham diminuído em ambos os gêneros.

Considerando isso, é importante considerar que o estudo organizado por Marcus Vinícius Chevitarese Alves, Thamara, Dutra Ribeiro e David Mercado Fautino para o Observatório Nacional da Mulher na Política (ONMP) revelou que, em 772 municípios (13,9%) ao menos um partido ou federação não cumpriu a cota de gênero. Comparado a 2020, quando 1.304 municípios descumpriram a legislação, houve uma melhora, mas ainda é considerável o número de legendas que continuam violando a regra em dois ou mais municípios. Entre os estados, no âmbito das candidaturas à vereança, o Rio de Janeiro teve a menor participação de mulheres, com 34,29% de candidaturas, enquanto o Mato Grosso do Sul apresentou a maior proporção, com 36,48%. A participação feminina nas candidaturas variou entre 34% e 36% nos demais estados. Em vista disso, é crucial analisar os dados eleitorais no estado do Rio de Janeiro, realizando uma análise comparativa com as eleições de 2020 a partir dos marcadores de gênero e raça.

CANDIDATURAS À VEREANÇA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A priori, é possível observar que houve uma queda significativa no número absoluto de candidaturas, de 8.626 em 2020 para 5.767 em 2024. Todavia, uma análise dos números proporcionais revela que a porcentagem de candidaturas femininas e masculinas permaneceu praticamente estável entre os dois períodos, com uma leve elevação na porcentagem de mulheres (de 34,08% para 34,30%).

Também, em 2024, não houve candidaturas classificadas como "não divulgável", ao contrário de 2020, quando 0,19% estavam nessa categoria. Isto pode ser explicado pela inserção da categoria “identidade de gênero”, na qual o candidato pode informar se é cisgênero, transgênero, não-binário, optar por não divulgar ou não informar. Neste ano, a grande maioria das candidaturas femininas e masculinas se identificou como cisgênero, com percentuais muito próximos entre os dois gêneros (77,37% entre as mulheres e 77,67% entre os homens). Uma parte significativa dos candidatos preferiu não informar sua identidade de gênero (21,94% entre mulheres e 22,31% entre homens). Finalmente, há 40 candidaturas femininas transgênero (0,69%) e 3 candidaturas masculinas transgênero (0,03%).

Ao incluir a raça nessa análise, observa-se que a proporção de candidaturas brancas femininas diminuiu de 49,72% em 2020 para 46,97% em 2024. Por sua vez, a porcentagem de candidaturas pretas de mulheres aumentou de 19,07% em 2020 para 22,40% em 2024, bem como as candidaturas pardas femininas, de 28,68% em 2020 para 29,89% em 2024.

Dentre os homens, a proporção de candidaturas brancas masculinas aumentou levemente, de 48,39% em 2020 para 49,17% em 2024. As candidaturas pretas masculinas mantiveram-se estáveis, com uma leve variação (16,79% em 2020 e 16,83% em 2024). Por fim, a porcentagem de candidaturas pardas masculinas também cresceu ligeiramente, de 32,23% em 2020 para 33,38% em 2024. Ainda, tanto para homens quanto para mulheres, o número de candidaturas que não informaram a raça caiu em 2024, de 2,21% para 0,33% entre as mulheres e de 2,32% para 0,33% entre os homens. Por fim, a representação indígena e amarela se manteve baixa em ambos os anos, com pequenas variações numéricas.

CANDIDATURAS À Prefeitura NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Entre 2020 e 2024, observou-se uma diminuição no número total de candidaturas, que caiu de 603 para 382, representando uma redução significativa. No entanto, apesar dessa queda geral, a proporção de mulheres aumentou de 15,42% em 2020 para 17,28% em 2024, sinalizando um leve avanço na representação feminina. Em contrapartida, a proporção de homens manteve-se praticamente estável, passando de 83,42% em 2020 para 82,20% em 2024, enquanto a categoria daqueles que optaram por não divulgar o gênero sofreu uma redução, de 1,16% em 2020 para 0,52% em 2024, possivelmente indicando maior disposição em revelar a identidade de gênero, como sinalizado no caso dos candidatos à vereança.

No que diz respeito à interseção de gênero e raça, a proporção de mulheres brancas aumentou de 66,67% em 2020 para 68,18% em 2024. Em contraste, a proporção de mulheres pardas diminuiu de 19,35% para 16,67% no mesmo período, enquanto a de mulheres pretas teve um leve crescimento, de 12,90% para 13,64%. Apenas 1 mulher declarou-se indígenas em 2020 e 2024, o equivalente a 1,08% e 1,52%, respectivamente. Por fim, tanto em 2020 quanto em 2024, nenhuma se declarou amarela.

Entre os homens, houve um aumento na proporção de brancos, que subiu de 72,17% para 75,16%, e uma ligeira queda na proporção de homens pardos, de 19,68% para 16,88%. A proporção de homens pretos permaneceu quase inalterada, subindo levemente de 7,16% para 7,96%. Vale destacar que a categoria de homens amarelos e indígenas, que havia representado 0,60% e 0,20% das candidaturas masculinas em 2020, desapareceu da amostra de 2024. Finalmente, em 2024, houve uma redução no número de candidatos de ambos os gêneros que não divulgaram seu gênero ou raça, em comparação a 2020.

CANDIDATURAS À VICE-Prefeitura NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Entre os anos de 2020 e 2024, a análise dos dados sobre gênero nas candidaturas às vice-prefeituras no estado do Rio de Janeiro revela uma variação significativa nas proporções de candidaturas identificadas como femininas, masculinas e não divulgáveis. Em 2020, o número total de candidatos era de 624, dos quais 163 (26,12%) eram mulheres, 453 (72,60%) eram homens e 8 (1,28%) optaram por não divulgar o gênero. Já em 2024, o total caiu para 387 candidaturas, com uma participação de 113 mulheres (29,20%), 273 homens (70,54%) e apenas 1 pessoa (0,26%) que não divulgou o gênero. Essa mudança reflete um leve aumento na proporção de mulheres. O número de candidatos que optaram por não divulgar o gênero também diminuiu significativamente, de 8 em 2020 (1,28%) para 1 em 2024 (0,26%).

Em relação à distribuição de gênero e raça, os dados de 2020 mostravam que, entre as mulheres, 94 (57,67%) se identificavam como brancas, 36 (22,09%) como pardas, 30 (18,40%) como pretas, 1 (0,61%) como amarela, 2 (1,23%) não informaram a raça e nenhuma indígena foi registrada. Entre os homens, 295 (65,12%) eram brancos, 109 (24,06%) pardos, 46 (10,15%) pretos, 1 (0,22%) indígena, 2 (0,44%) não infor-

maram a raça e nenhum amarelo foi registrado. Já em 2024, entre as mulheres, 67 (59,29%) se identificaram como brancas, 25 (22,12%) como pardas, 20 (17,70%) como pretas e 1 (0,88%) como indígena. No grupo masculino, 177 (64,84%) eram brancos, 76 (27,84%) pardos, 19 (6,96%) pretos, e 1 (0,37%) não divulgou a raça. Assim, a análise demonstra estabilidade na representação de mulheres pardas, redução na representação de mulheres pretas e um aumento da proporção de mulheres brancas. Entre os homens, a proporção de brancos e pretos diminuiu - com uma redução maior na categoria dos candidatos pretos -, enquanto a de pardos aumentou ligeiramente.

VEREADORAS/ES ELEITAS/OS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Em 2020, 119 mulheres (10,05%) e 1.065 homens (89,95%) foram eleitos. Já em 2024, 114 mulheres (9,69%) e 1.063 homens (90,31%) foram eleitos. Logo, observa-se que houve uma pequena redução na proporção de mulheres e um ligeiro aumento na participação masculina, embora as candidaturas tenham aumentado, mesmo que timidamente, de 34,08% em 2020 para 34,30% em 2024. Isso indica um agravamento da sub-representação política de mulheres no estado.

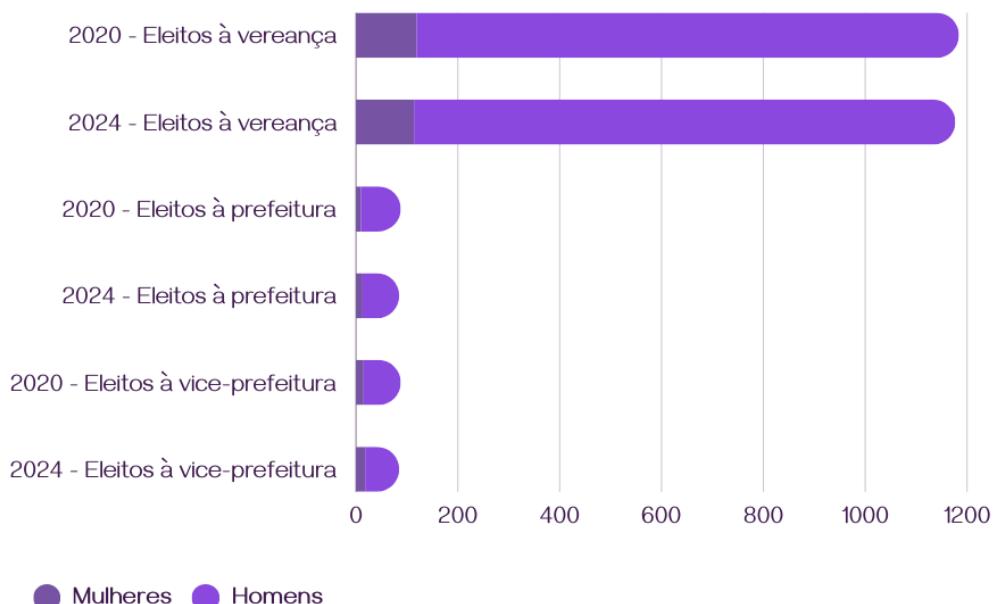
No que diz respeito à distribuição de gênero e raça, em 2020, entre as mulheres, 86 (72,27%) eram brancas, 19 (15,97%) pardas, 8 (6,72%) pretas, 1 (0,84%) amarela e 5 (4,20%) não informaram a raça. Já entre os homens, 696 (65,35%) eram brancos, 271 (25,45%) pardos, 66 (6,20%) pretos, 2 (0,19%) amarelos, 30 (2,82%) não informaram a raça e nenhum indígena foi registrado. Em 2024, entre as mulheres, 81 (71,05%) se identificaram como brancas, 17 (14,91%) como pardas e 16 (14,04%) como pretas, sem registros de mulheres amarelas, indígenas ou que não informaram a raça. No grupo masculino, 710 (66,79%) eram brancos, 270 (25,40%) pardos, 80 (7,53%) pretos, 1 (0,09%) amarelo e 2 (0,19%) não informaram a raça. Esses dados mostram uma leve redução na proporção de mulheres brancas e pardas, mas um aumento na quantidade de mulheres pretas. Entre os homens, a proporção de brancos e pretos aumentou ligeiramente, enquanto a de pardos se manteve praticamente estável. O número de candidaturas que não informaram raça caiu significativamente entre os homens, o que pode indicar um reflexo da modificação das regras para utilização dos fundos de campanha.

PREFEITAS/OS ELEITAS/OS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Em 2020, 10 mulheres foram eleitas à prefeitura, o equivalente a cerca de 12% do total. Já em 2024, 13 mulheres foram eleitas, cerca de 15% - Niterói e Petrópolis terão segundo turno, mas nenhuma mulher está concorrendo. Mais uma vez, o crescimento da representação política de mulheres é tímido.

Em relação à distribuição de gênero e raça, em 2020, entre as mulheres, 8 (80%) se identificavam como brancas e 2 (20%) como pardas. Já entre os homens, 68 eram brancos, 9 pardos e 1 preto. Por sua vez, em 2024, entre as mulheres, 10 (76,92%) eram brancas e 3 (23,08%) pardas. No grupo masculino, até o momento, 65 (90,28%) homens se identificaram como brancos e 7 (9,72%) como pardos, sem registros de homens pretos nesta amostra. Esses dados indicam um aumento na proporção de mulheres brancas e pardas e uma ligeira redução na proporção de homens brancos e pardos. A ausência de homens pretos em 2024 contrasta com a presença, ainda que insuficiente, registrada em 2020 e revela a persistência da desigualdade de raça, sobretudo quando consideramos que nenhuma mulher preta foi eleita como prefeita no estado nos pleitos analisados.

2020 X 2024: ELEITAS/OS POR GÊNERO



VICE-PREFEITAS/OS ELEITAS/OS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Em 2020, as vice-prefeituras contaram com a representação de 15 mulheres (18,07%). Em 2024, o total aumentou para 18 mulheres (21,18%), revelando um crescimento tímido e extremamente distante de uma equidade de gêneros - todavia, é importante destacar que certamente mais uma mulher será eleita, tendo em vista que no município de Niterói, ambas as chapas que disputam o segundo turno contam com mulheres na posição de vice.

No que diz respeito à distribuição de gênero e raça, em 2020, entre as mulheres, 11 (73,33%) se identificaram como brancas, 2 (13,33%) como pardas e 2 (13,33%) como pretas. Entre os homens, 56 eram brancos, 14 pardos, 2 pretos e 1 não informou a raça. Em 2024, entre as mulheres, 13 (72,22%) se identificaram como brancas, 4 (22,22%) como pardas e 1 (5,56%) como preta. Entre os homens, até o momento, 51 (76,12%) são brancos, 12 (17,91%) pardos, 3 (4,48%) pretos e 1 (1,49%) não informou a raça. Logo, as mulheres brancas observaram uma redução mínima em seu contingente, enquanto as pretas sofreram uma redução brusca. As perdas, por seu turno, expandiram sua representação. No caso dos homens, vice-prefeitos brancos e pardos observaram uma pequena redução, enquanto os pretos expandiram sua representação de modo extremamente tímido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A priori, os dados demonstram que as eleições municipais de 2024 representaram uma descontinuidade com a tendência das eleições nacionais, que apresenta expansão na quantidade de eleitas, mesmo que ainda abaixo de um valor que indique equidade de gênero, a cada pleito. Destarte, constata-se que, embora na Prefeitura e vice-Prefeitura tenha ocorrido um avanço demasiadamente modesto, no caso do legislativo, registrou-se uma regressão. Sendo assim, é possível concluir que a conjuntura da representação política de

mulheres no estado fluminense revela um cenário de estagnação, como revela o Gráfico 1, abaixo:

Ainda, a sub-representação política de mulheres e de pessoas pretas continua significativa, tanto no número de candidaturas quanto nos resultados eleitorais, sobretudo quando consideramos que as eleições municipais no estado fluminense não foram marcadas por grandes mudanças no perfil racial dos eleitos. Portanto, a análise deste pleito revela um ambiente político que, apesar de algumas pequenas variações, permanece amplamente dominado por elites tradicionais, persistindo os desafios para diminuir as disparidades de gênero e raça.

Conclui-se, portanto, que a sub-representação feminina na política municipal resulta de um entrelaçamento multifacetado de fatores históricos, institucionais e socioculturais que continuam a sustentar a hegemonia masculina nos espaços de poder. O modelo institucional da política formal, estruturado sob um contrato social excluente, naturalizou a ausência das mulheres nas esferas decisórias, confinando suas atuações a papéis periféricos. Apesar de a conquista do sufrágio ter sido um marco significativo na luta pela igualdade, essa inclusão formal não gerou uma participação efetiva, uma vez que as estruturas políticas continuam a ser permeadas por lógicas que favorecem a manutenção de uma liderança homogênea, sustentada por redes de solidariedade masculina.

Os dados revelam não apenas a desproporção na ocupação de cargos de maior visibilidade, mas também a instrumentalização das candidaturas femininas, frequentemente reduzidas a meros instrumentos para o cumprimento de exigências normativas e para a arrecadação de recursos partidários. A interseccionalidade agrava essa desigualdade, pois a distribuição racial das candidaturas reflete a hierarquia social vigente, na qual determinados perfis são mais facilmente integrados às estruturas de poder. Embora, em algumas regiões, a presença feminina seja relativamente mais expressiva, esse fenômeno não desafia a lógica excluente que continua a ser o princípio estruturante da política institucional. Desse modo, as barreiras que limitam a presença das mulheres no espaço público não se erguem apenas no campo das normas, mas têm suas raízes em um arranjo estrutural que resiste a mudanças substanciais, garantindo que a participação feminina, quando ocorre, seja muitas vezes relegada a um espaço de subalternidade.

Neste contexto, as cotas políticas, embora representem um avanço normativo, mostram-se insuficientes para modificar de forma profunda a realidade de sub-representação, pois não enfrentam estruturalmente os mecanismos de exclusão que impedem o acesso das mulheres aos espaços de poder. A desigualdade na distribuição de recursos, a persistência de candidaturas fictícias e a escassa presença de mulheres em cargos de liderança partidária evidenciam as limitações dessa política, cuja efetividade se dilui em um sistema eleitoral que não garante condições de competição justas.

Dante desse cenário, torna-se imperativo adotar medidas mais robustas, como a criação de vagas exclusivas para mulheres no âmbito legislativo, a fim de assegurar uma ocupação real e proporcional dos assentos parlamentares. Contudo, embora essa solução se apresente como uma resposta concreta à desigualdade no legislativo, a questão é mais complexa no executivo. Sem a mediação de listas ou bancadas, a ascensão aos cargos executivos continua a ser definida pelo voto majoritário, o que exige a superação de barreiras que vão além das estratégias partidárias e adentram as percepções sociais sobre liderança e governança. Assim, encerramos este artigo com uma reflexão: como reconfigurar a estrutura política de maneira a viabilizar a presença feminina nos cargos executivos sem que a competição eleitoral se torne um obstáculo intransponível?

Mesa Diretora: Arquitetura do Poder e da Governabilidade nas Casas Legislativas

Tayná Paolino

A análise dos primeiros cem dias de um governo local exige atenção não apenas à composição das secretarias, mas também à composição da Mesa Diretora das Casas Legislativas municipais. Neste sentido, a eleição da presidência da Mesa Diretora representa um momento de extrema relevância dentro do arranjo institucional brasileiro.

A Mesa Diretora é o centro de poder no interior do poder Legislativo, sendo o órgão responsável pelo controle da agenda do principal ponto decisório dentro do parlamento, o Plenário, assim como outras diversas prerrogativas, como emissão de passaporte diplomático, liberação de diárias e viagens, devido ao gerenciamento administrativo e burocrático que o órgão cumpre dentro da Casa.

Ela é definida no regimentos interno como “*a instância colegiada que dirige os trabalhos legislativos e os serviços administrativos das casas*”¹ seja na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, nas Assembleias Legislativas ou nas Câmaras Municipais. A escolha dos representantes para compor esse órgão é realizada por meio de eleições bienais e a sua composição é definida pelo regimento interno das casas.

No plano federal, a Mesa da Câmara é composta por sete cargos, o presidente, dois vice-presidentes, e quatro secretários. Na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) a composição se modifica, são eleitos um presidente, quatro vice-presidentes, quatro secretários e quatro suplentes, segundo o artigo 17 do Regimento Interno. A principal atribuição comum entre os níveis é a prerrogativa de definir o funcionamento da Casa, o que inclui decisões sobre o ritmo das votações, a convocação de sessões, a definição da pauta e a administração de pessoal e recursos.

A presidência da Mesa é, sem dúvida, o cargo de maior poder institucional dentro do legislativo. Ao presidente cabe, nos termos regimentais, a direção das sessões, a manutenção da ordem, o controle sobre a pauta legislativa (Ordem do dia) e, sobretudo, a prerrogativa de distribuir proposições às comissões permanentes, além de indicar a prioridade de tramitação. Essa concentração de funções confere à presidência um poder de agenda comparável ao que a literatura parlamentarista reserva ao líder de governo.

Figueiredo e Limongi (2001) em sua análise seminal sobre o presidencialismo de coalizão, argumentam que o controle da agenda é o elemento-chave que aproxima o presidencialismo brasileiro de arranjos parlamentaristas, e o que lhes confere estabilidade e governabilidade, na medida em que concentra nas mãos do

presidente da Câmara e dos líderes com quem ele articula a capacidade de filtrar e ordenar as proposições que efetivamente entram em deliberação. O poder de agenda não apenas estrutura o funcionamento do parlamento, mas organiza as coalizões, pois é nesse espaço que se decidem quais interesses terão acesso ao debate legislativo.

Ao estudar a elite parlamentar brasileira, Débora Messenberg (2007) observa que a ascensão a espaços de poder no Legislativo — como a presidência e a primeira secretaria das Mesas — é um dos critérios centrais para a reprodução da elite política no Brasil. Esses cargos, além de prestigiosos, oferecem instrumentos concretos de poder: nomeações, acesso à máquina administrativa e capacidade de intermediação com o Executivo e com os demais parlamentares. O controle da Mesa, nesse sentido, não é apenas simbólico, mas efetivamente material, estruturando carreiras e redes de influência.

Outro ponto fundamental diz respeito à composição das comissões permanentes, em especial a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que é, em todas as Casas Legislativas, a mais importante. A CCJ é responsável pela análise de constitucionalidade, legalidade e admissibilidade formal de todos os projetos, funcionando como uma instância de voto antecipado e de regulação do conteúdo normativo. O presidente da Casa, junto à Mesa Diretora, tem papel direto na constituição dessas comissões, respeitando a proporcionalidade partidária, mas operando também com margens políticas amplas. Na ALERJ, por exemplo, o regimento garante à Mesa o poder de distribuir os cargos e indicar as presidências das comissões, o que a torna um eixo estruturante do jogo legislativo.

A Mesa Diretora também exerce controle sobre os cargos comissionados nas comissões e nos gabinetes parlamentares. Isso se manifesta na distribuição de funções gratificadas, assessorias e, em alguns casos, benefícios específicos — como é o caso da ALERJ, onde a Mesa é responsável pela administração de benefícios como as bolsas alimentação. Esses mecanismos reforçam o papel da mesa como articuladora de alianças e distribuidora de recursos escassos, o que lhe garante poder político além das prerrogativas formais.

É necessário destacar que, embora haja semelhanças funcionais entre as Mesas Diretoras dos diferentes níveis federativos, há também distinções importantes. No plano federal, a Mesa da Câmara dos Deputados e do Senado possui maior institucionalização, com regimento detalhado e estrutura administrativa mais robusta. Nos estados, como no caso da ALERJ, a Mesa possui atribuições semelhantes, mas com abrangência também sobre o orçamento interno da Casa, sobre licitações e contratações, e sobre processos administrativos, como sindicâncias e demissões de servidores. Já nos municípios, a Mesa geralmente atua com menor institucionalização, embora as funções regimentais se mantenham: condução dos trabalhos, organização das comissões, definição de pauta e administração de pessoal.

Essa capacidade de operar politicamente a partir de funções institucionais faz da Mesa Diretora um ator estratégico. Ela não apenas organiza os trabalhos, mas estrutura o poder dentro da Casa. Quem preside, pauta; quem pauta, decide. E quem decide o que será votado controla as possibilidades de transformação legislativa. Por isso, em contextos de início de governo, a formação da Mesa Diretora costuma ser o primeiro movimento relevante na montagem das coalizões. Muitas vezes, é a eleição da mesa que indica se o prefeito ou governador terá base de apoio sólida ou enfrentará um parlamento fragmentado.

Por essas razões, um dos elementos que esse boletim dedica à sua análise é sobre a composição e eleição das Mesas Diretoras nas Câmaras Municipais das cidades monitoradas. Compreender quem ocupa esses espaços e com quais alianças foram eleitos é essencial para antecipar os padrões de governabilidade, de obstrução ou de colaboração entre os poderes locais. A depender da configuração da Mesa, um projeto

pode ser agilizado ou enterrado silenciosamente em uma gaveta de comissão.

Assim, ao estudar os primeiros cem dias de um governo municipal, partimos da premissa de que a dinâmica do Legislativo é determinante para a implementação — ou o bloqueio — das agendas políticas em curso. A Mesa Diretora é o epicentro dessa dinâmica. Ao compreender sua composição e funcionamento, estamos olhando para a engrenagem que movimenta (ou paralisa) a política local. É por isso que, neste boletim, o ponto de partida é a Mesa — pois, antes da pauta, vem quem a define.

Região Metropolitana

Rio de Janeiro

Paloma Chaves

Nas eleições municipais de 6 de outubro de 2024, Eduardo Paes (PSD) foi reeleito prefeito do Rio de Janeiro no primeiro turno, com 1.861.856 votos, correspondendo a 60,47% dos votos válidos. Paes e o vice em sua chapa, Eduardo Cavaliere (PSD), fizeram parte da coligação partidária denominada “É o Rio seguindo em frente”, composta pelos seguintes partidos: Podemos, PRD, DC, AGIR, Solidariedade, Avante, PSB, PDT, a Federação Brasil da Esperança (PT/PC do B/PV) e PSD. Seus principais adversários foram Alexandre Ramagem (PL), que obteve 948.631 votos (30,81%), e Tarcísio Motta (PSOL), com 129.344 votos (4,20%).

No dia 1º de janeiro, ocorreu a posse do prefeito, vice-prefeito e dos 51 vereadores eleitos. Na mesma ocasião ocorreu, também, a eleição da nova Mesa Diretora da Câmara Municipal, cujo resultado reafirma a correlação de forças vigente na política da capital. O vereador Carlo Caiado, filiado ao Partido Social Democrático (PSD), foi reeleito presidente da Câmara Municipal, com votação unânime (51 votos favoráveis) em uma chapa única. Trata-se de uma recondução à Presidência que reflete tanto sua influência consolidada no Legislativo municipal quanto a coesão entre os parlamentares da base aliada.

A composição da nova Mesa Diretora ficou da seguinte forma: Presidente, Carlo Caiado (PSD); 1º Vice-presidente, William Coelho (DC); 2º Vice-presidente, Tânia Bastos (Republicanos); 1º Secretário, Rafael Aloisio Freitas (PSD); 2º Secretário, Paulo Messina (PL); 1º Suplente, Átila Nunes (PSD) e 2º Suplente, Tainá de Paula (PT). Entre os sete nomes que compõem a Mesa, apenas dois são estreantes no cargo diretivo: Paulo Messina e Átila Nunes, que substituíram Marcos Braz (PL) (não reeleito) e Vitor Hugo (MDB), que passou a atuar em algumas comissões especiais. Os demais integrantes representam a continuidade institucional e a manutenção da governabilidade.

Carlo Caiado, que está em seu sexto mandato como vereador, é uma figura de destaque na política municipal carioca. Sua trajetória recente evidencia um alinhamento estratégico com o Executivo: Caiado acompanhou o prefeito Eduardo Paes na migração partidária para o PSD, consolidando uma aliança político-partidária que fortalece a base governista na Câmara. A coincidência de filiação entre as duas principais lideranças políticas municipais contribui para a articulação eficiente entre os Poderes e pode ser interpretada como um indicador de estabilidade institucional nos próximos anos. Na mesma solenidade, o prefeito Eduardo Paes (PSD) e o vice-prefeito Eduardo Cavaliere (PSD) tomaram posse.

Este é o quarto mandato de Paes à frente do Executivo municipal, fato que o torna o prefeito com maior tempo acumulado no cargo na história do Rio de Janeiro, superando César Maia, seu padrinho político e ex-prefeito por três mandatos. O vice-prefeito, Eduardo Cavaliere, tem 30 anos e é considerado uma das promessas da nova geração política ligada a Paes. Com passagens anteriores pelas secretarias de Meio Ambiente e Casa Civil, Cavaliere foi eleito deputado estadual em 2022 com apoio direto do prefeito.

Entre os eleitos para a Câmara Municipal, houve uma renovação legislativa de 45%, a maior da história recente do Legislativo municipal. Dos 51 parlamentares, 23 são novos nomes, o que configura um parlamento parcialmente renovado e com forte presença da base aliada ao governo. Entre os novatos, destaca-se Leniel Borel (PP), o mais votado entre os estreantes; Joyce Trindade (PSD), ex-secretária da Mulher do Município do Rio; Diego Vaz (PSD), ex-Subprefeito da Zona Norte do Rio; Salvino Oliveira (PSD), ex-Secretário de Juventude do Rio; Flávio Valle (PSD), ex-Subprefeito da Zona Sul; Tatiana Roque (PSB), que foi secretária de Ciência e Tecnologia do Rio; Marcos Dias (PODE), ex-secretário de integração metropolitana do Rio; e Felipe Pires (PT), sobrinho de Adilson Pires (PT), secretário de Direitos Humanos e Igualdade Racial e ex-vice Prefeito de Eduardo Paes em 2012. Esse resultado indica que, embora haja uma renovação numérica significativa, ela não representa necessariamente uma ruptura com o governo vigente. Pelo contrário, muitos dos novos vereadores têm vínculos diretos com a administração de Eduardo Paes, o que mostra uma renovação aliada que pode fortalecer ainda mais a base governista na Câmara.

É importante destacar o fenômeno observado na Prefeitura do Rio de Janeiro, no qual figuras eleitas para o Legislativo municipal — como Joyce Trindade (PSD), Tatiana Roque (PSB), Diego Vaz (PSD), Felipe Michel (PP), Luiz Ramos (PSD), Márcio Santos (PV) e Tainá de Paula (PT) — optam por não assumir seus mandatos na Câmara Municipal e permanecem ou assumem cargos estratégicos no Executivo, configurando uma dinâmica típica de formação de coalizão em nível municipal e revela, ao mesmo tempo, estratégias de governabilidade, controle institucional e ocupação política do Estado. Nomear parlamentares eleitos para o Executivo permite ao prefeito reter quadros leais, experientes e populares em postos de comando direto da política pública, ao mesmo tempo em que entrega o cargo legislativo a suplentes alinhados. Este movimento produz um efeito duplo de alinhamento do Executivo com o Legislativo, em que há continuidade de políticas e capitalização de lideranças legitimadas pelas urnas e menor autonomia e maior dependência do prefeito por parte dos suplentes, o que aumenta a disciplina da base. Do ponto de vista institucional, isso contribui para um Legislativo menos autônomo e mais governista, facilitando a tramitação de projetos do Executivo e reduzindo o risco de obstrução legislativa.

As nomeações de Joyce Trindade e Tatiana Roque, em especial, revelam uma aposta na continuidade administrativa em áreas sensíveis: políticas para mulheres e políticas de ciência e tecnologia, respectivamente. Ambas haviam sido secretárias antes de se elegerem vereadoras, e sua manutenção nos cargos pode ser lida como uma sinalização de compromisso programático por parte do governo Eduardo Paes e um reconhecimento de que essas gestoras produziram capitais políticos e simbólicos importantes. Ao permanecerem no Executivo, essas figuras reforçam a identidade programática do governo em temas contemporâneos, como igualdade de gênero e inovação, ao mesmo tempo em que ocupam espaços politicamente sensíveis para setores da sociedade civil. O caso de Diego Vaz é um exemplo de outro perfil estratégico, o da nomeação de agentes que acumulam capital técnico-administrativo (foi subprefeito da Zona Norte) com capital político eleitoral (foi eleito vereador). Sua ascensão à secretaria de Conservação e Serviços Públicos mostra a valorização de quadros que conhecem o território, têm experiência operacional e gozam de legitimidade eleitoral, o que potencializa sua capacidade de articulação com as bases e com a própria Câmara.

Além de Joyce Trindade (PSD), Tatiana Roque (PSB) e Diego Vaz (PSD), outros vereadores eleitos em 2024 optaram por assumir funções no primeiro escalão do governo do prefeito Eduardo Paes. Esses nomes reforçam ainda mais a tese de que há uma estratégia coordenada de controle político e continuidade programática por parte do Executivo municipal. Os casos de Felipe Michel (PP), Luiz Ramos Filho (PSD), Márcio San-

tos (PV) e Tainá de Paula (PT) são exemplos emblemáticos dessa articulação. Todos esses parlamentares são filiados a partidos que compuseram a coligação que elegeu Eduardo Paes em 2024, o que reforça a lógica de governabilidade por coalizão em nível local. A alocação desses quadros em secretarias fortifica o pacto político estabelecido durante a eleição, indicando a distribuição de cargos como forma de consolidar alianças eleitorais.

Luiz Ramos Filho (PSD) é mais um vereador filiado ao partido do prefeito que é reconduzido a uma secretaria, reforçando o domínio do PSD tanto no Executivo quanto na composição da bancada da Câmara, agora ocupada por suplentes igualmente alinhados. A incorporação de vereadores eleitos à estrutura do Executivo, especialmente aqueles provenientes de partidos da coligação governista, tem múltiplas implicações: primeiro, blinda o Executivo de possíveis dissidências na Câmara, ao nomear os principais quadros diretamente para secretarias; segundo, garante que os mandatos legislativos sejam ocupados por suplentes politicamente mais dependentes, reduzindo a autonomia crítica do Parlamento; terceiro, distribui poder e visibilidade entre diferentes partidos da coalizão, evitando tensões internas e reforçando a lealdade partidária; quarto, permite ao prefeito manter continuidade programática com figuras já integradas ao projeto de governo, sem rupturas administrativas.

Outra movimentação importante é a nomeação de políticos de outras esferas governamentais para compor o quadro de secretariado do Município do Rio. É o caso de Renan Ferreira (assumiu como suplente do deputado federal Hugo Leal), Daniel Soranz (eleito deputado federal em 2022) — os dois secretários também são filiados ao PSD — e, por fim, Martha Rocha, deputada estadual eleita pelo PDT. A articulação de Paes também abrange as indicações de políticos de outras esferas, como é o caso na nomeação, como secretário do município, de Otoni de Paula Filho, reforçando seu compromisso com Otoni de Paula (MDB) que coordenou a campanha de Paes entre o público evangélico.

Interessante notar que os chefes de gabinete de Eduardo Paes também são figuras importantes que circulam no cenário político. Gustavo Schimidt, por exemplo, ocupou esse cargo entre 2012 e 2014, atualmente é procurador do Município e recebeu, por indicação de Carlo Caiado, a medalha de mérito Pedro Ernesto, maior honraria da Casa. David Carlos Pereira Neto foi nomeado, em janeiro de 2021, chefe de gabinete do Prefeito e em 23 de abril de 2021, se tornou conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (TCMRJ), na vaga reservada constitucionalmente para a indicação do Poder Executivo². Após a sua saída, Fernando Santos Dionísio foi confirmado como novo (e atual) chefe de gabinete³, que foi também procurador geral do Município do Rio na gestão de Paes em 2008.

Eduardo Paes tem mantido suas estratégias de articulações políticas tanto no cenário carioca quanto em outros níveis da federação, e teve como resultado dessa performance ser escolhido, em decisão unânime, como candidato único à presidência da FNP (Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos) para o biênio abril de 2025 a abril de 2027. Eduardo Paes também garantiu a sua presença no encontro entre Prefeitos e o Governo federal em fevereiro de 2025, momento em que discursou e fortaleceu sua relação com a Presidência da República.

Outra estratégia adotada por Paes nesses primeiros 100 dias de governo foi a sua interferência no

² Disponível em: <https://www.tcmrio.tc.br/WEB/Site/Noticia_Detalhe.aspx?noticia=14708&detalhada=2&download=0> Acesso em: 11 de maio de 2025

³ MAGALHÃES, Luiz Ernesto. Prefeitura do Rio tem mudança em família no alto escalão. O Globo, 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/Prefeitura-do-rio-tem-mudanca-em-familia-no-alto-escalao-24991554>> Acesso em: 11 de maio de 2025

julgamento da ADPF 635, conhecida como ADPF das favelas. A posição de Eduardo Paes revelou uma postura crítica e alinhada ao endurecimento das ações policiais, que o coloca em oposição aos movimentos sociais e setores progressistas que defendem controle e responsabilização das forças de segurança. Outro ponto interessante nesse tema, que é de extrema relevância para o Rio de Janeiro, foi o interesse de Paes pelo modelo autoritário de segurança de Nayib Bukele, em El Salvador, reforçando sua guinada a políticas de repressão ostensiva, apesar de manter um discurso conciliador.

Desde o início, Paes declarou que a ADPF⁴ inibia a ação policial e favorecia o domínio territorial do crime organizado. Embora a segurança pública seja formalmente uma responsabilidade estadual, o prefeito passou a atuar ativamente no debate, inclusive como amicus curiae no processo da ADPF 635, afirmando que a ADPF servia como desculpa para a ineficiência do governador Cláudio Castro, seu rival político. Enquanto Castro celebra a decisão recente do STF como uma “vitória da segurança pública” e enfatiza o uso de tecnologia e a parceria com forças federais, Paes tenta se posicionar como protagonista de uma nova política de segurança, sua atuação pode ser considerada estratégica ao abranger uma pauta defendida por políticos mais à direita.

Comparação das bancadas dos partidos na Câmara Municipal

A composição da Câmara Municipal do Rio de Janeiro sofreu alterações significativas entre as eleições de 2020 e 2024. A tabela abaixo apresenta o número de vereadores eleitos por partido em ambos os pleitos:

Partido	Vereadores Eleitos (2020)	Vereadores Eleitos (2024)	Variação
PSD (Partido Social Democrático)	3	16	13
PL (Partido Liberal)	2	7	5
PSOL (Partido Socialismo e Liberdade)	7	4	-3
PT (Partido dos Trabalhadores)	3	4	1
MDB (Movimento Democrático Brasileiro)	1	3	2
PP (Progressistas)	2	3	1
Republicanos	7	3	-4
Podemos (PODE)	1	2	1
DC (Democracia Cristã)	1	1	0
NOVO (Partido Novo)	1	1	0
PSB (Partido Socialista Brasileiro)	0	1	1
Solidariedade	1	1	0
União Brasil	0	1	1

PV (Partido Verde)	0	1	1
PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira)	0	1	1
PDT (Partido Democrático Trabalhista)	1	1	0
PRD (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro)	0	1	1
Avante	3	0	-3
Cidadania	2	0	-2
PSC (Partido Social Cristão)	2	0	-2
PTB (Partido Trabalhista Brasileiro)	2	0	-2
PMN (Partido da Mobilização Nacional)	1	0	-1
Patriota	1	0	-1
PSL (Partido Social Liberal)	1	0	-1
PTC (Partido Trabalhista Cristão)	1	0	-1
PROS (Partido Republicano da Ordem Social)	1	0	-1
DEM (Democratas)	7	0	-7
	51	51	

PSC - incorporou ao Podemos em 2022
PSL se fundiu com o DEM criando o União Brasil em 2021
Pros foi incorporado ao Solidariedade em 2023
PTB se fundiu com o Patriota criando o PRD em 2023
PMN mudou o nome para Mobiliza em 2023
PTC mudou o nome para Agir em 2022
PRD e União Brasil não existiam em 2020, foram criados, respectivamente, em 2023 e 2021

Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pelo TSE – Paloma Chaves

A comparação entre os resultados eleitorais de 2020 e 2024 revela transformações no sistema partidário carioca, tanto em termos quantitativos (número de cadeiras) quanto qualitativos (reconfiguração de legendas e rearranjos internos da coalizão de governo). O PSD, partido de Eduardo Paes, foi o grande vencedor das eleições de 2024, saltando de três para 16 vereadores, com um aumento de 13 cadeiras, tornando-se a maior bancada da Câmara. Esse crescimento expressivo consolida a liderança do prefeito e reforça sua base de apoio no Legislativo, dessa forma, o Executivo passa a contar com uma base robusta, capaz de aprovar projetos com mais facilidade, reduzindo o risco de bloqueios legislativos.

Houve a expansão da direita: o PL cresceu de 2 para 7 cadeiras (aumento de 5 cadeiras), e o PP subiu de 2 para 3. O Republicanos perdeu 4 cadeiras (de 7 para 3), mas ainda possui um número relevante, e o

Podemos aumentou sua representação, de 1 para 2. Esses dados indicam um repositionamento da direita, que sai de uma configuração pulverizada para uma mais consolidada, ou seja, a direita continua forte, mas mais centrada em partidos organizados e estruturados, como PL e PP. As siglas PSC, PSL, DEM, PTB, PROS e Patriota passam a não existir por motivo de incorporação ou fusão. Já o PMN e o PTC mudam seus nomes, passando a se chamar Mobiliza e Agir. Os partidos Cidadania e Avante não conseguiram nenhuma vaga na Câmara do Rio.

A eleição de 2024 evidencia um processo de depuração e enxugamento partidário, refletindo efeitos da cláusula de barreira e maior concentração dos votos em legendas competitivas. Também foi possível observar um leve crescimento da esquerda, o PSOL embora tenha caído de 7 para 4 vereadores (diminuição de 3), ainda continua relevante no quadro geral, e o PT subiu de 3 para 4 cadeiras (aumento de 1). Partidos aliados à esquerda, como PSB (1) e PV (1), entraram na Câmara, ampliando a diversidade ideológica. Entre 2021 e 2023, o sistema partidário brasileiro passou por uma série de fusões, incorporações e renomeações de siglas motivadas, sobretudo, pela cláusula de barreira, que exige desempenho mínimo para acesso a recursos do fundo partidário e tempo de televisão. Esperava-se que tais reconfigurações tornassem os partidos mais competitivos, viabilizando sua sobrevivência e fortalecimento eleitoral. Contudo, os dados das eleições municipais de 2024 no Rio de Janeiro mostram que, na prática, essas mudanças não renderam frutos positivos no cenário carioca, conforme o quadro abaixo:

Nova legenda	Origem das siglas	Total de cadeiras em 2020	Total de cadeiras em 2024	Variação
União Brasil	DEM (7) + PSL (1)	8	1	-7
Solidariedade	Solidariedade (1) + PROS (1)	2	1	-1
Podemos	PSC (2) + Podemos (1)	3	2	-1
PRD	PTB (2) + Patriota (1)	3	1	-2

Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pelo TSE – Paloma Chaves

Eduardo Paes: primeiros 100 dias de governo em 2025

O quarto mandato de Eduardo Paes se inicia com ambição reformista, mas alto custo político. O prefeito avança em uma agenda de modernização do serviço público (educação, segurança), porém enfrenta um desgaste com servidores, especialmente os da educação, e resistência na própria base legislativa, quando as propostas são percebidas como autoritárias ou mal formuladas. Também houve críticas da oposição e da sociedade civil, que associam suas políticas a cortes de direitos, desorganização e favorecimento de interesses econômicos. Dois episódios marcam a relação entre Executivo e Legislativo já nos primeiros 100 dias de governo: primeiro a implementação do PLC 186/24, que impactou diretamente os profissionais da educação, e

depois a proposta de criação da Força de Segurança Municipal.

Apesar de contar com uma base legislativa numerosa, composta majoritariamente por partidos aliados, especialmente o PSD, partido do prefeito, Eduardo Paes enfrentou dificuldades reais para aprovar integralmente seus projetos mais ambiciosos. Isso ficou evidente no caso da proposta de criação da Força de Segurança Municipal, quando a Câmara atuou de forma independente, questionando a legalidade e a estrutura da proposta original, principalmente a possibilidade de contratação de agentes temporários armados. Mesmo com articulações diretas do líder do governo e tentativas de revisão do texto, a proposta foi retirada após pressões internas da própria base e da oposição, e a Câmara passou a assumir o protagonismo da pauta, reformulando o projeto a partir de uma proposta legislativa anterior. Esse episódio revela que, embora numericamente alinhada, a base governista não é homogênea, e há margem para questionamento e negociação efetiva por parte do Legislativo.

Por outro lado, no caso da reforma administrativa na Educação (PLC 186/24), que ampliou a carga horária dos profissionais sem contrapartida salarial, a Câmara demonstrou menos resistência. O projeto foi aprovado, inclusive com votos de parlamentares da esquerda, como do PT, gerando críticas entre servidores e sindicatos. A postura do Legislativo neste episódio indica que, em temas de menor visibilidade pública imediata, ou com menor mobilização social prévia, a Câmara tende a seguir mais passivamente a orientação do Executivo, mesmo diante de medidas impopulares. Essa dualidade aponta para uma relação complexa entre os dois poderes: o Executivo dispõe de maioria, mas não tem controle absoluto da pauta legislativa. A Câmara também é capaz de impor limites ao prefeito em temas polêmicos ou que envolvam riscos jurídicos e institucionais, e é capaz de aprovar propostas sensíveis quando não há pressão social suficiente para barrá-las.

Portanto, os primeiros 100 dias revelam que, embora Eduardo Paes tenha iniciado o mandato com ambição política e força parlamentar, ele não encontra na Câmara um espaço totalmente submisso. O Legislativo municipal se comporta como um aliado crítico e funcional, que ora atua como correia de transmissão do Executivo, ora como freio institucional. Essa ambiguidade será um fator central na condução dos próximos anos de governo, especialmente à medida que novas reformas forem propostas e a sociedade civil ampliar sua vigilância sobre as decisões do Legislativo.

São Gonçalo

Júlia Pereira

Em 2024, a Prefeitura de São Gonçalo foi marcada por um cenário de polarização similar ao das eleições presidenciais de 2022. A Prefeitura foi disputada por Capitão Nelson (PL), eleito com 84,49% dos votos, seguido na segunda colocação por Dimas Gadelha (PT) — que concorreu com recurso, pois teve sua candidatura anulada *sub judice* — com 10,55% dos votos. A eleição também foi disputada por Prof. Josemar (PSOL), que obteve 3,14% dos votos, Viviane Carvalho (MOBIZILA), que obteve 1,61% dos votos, Jaqueline Pedroza (NOVO), com 0,18% dos votos, e Reginaldo Afonso (PSTU), com 0,04% dos votos.

Aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro e policial militar reformado, Capitão Nelson (PL) venceu as eleições com 84,49% dos votos válidos, registrando o total de 387.914 votos, não dando chances para que seu principal rival, Dimas Gadelha (PT), disputasse um possível segundo turno. A chapa de Nelson, com o vice João Ventura (União Brasil), era parte da coligação “São Gonçalo no caminho certo”, que contava com os partidos PL, Republicanos, PP, MDB, Podemos, PL, PRD, União Brasil, Avante, Solidariedade e Federação PSDB Cidadania. Nelson teve uma grande aprovação na sua gestão, o que foi crucial para a sua reeleição, contando com o apoio não só do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), como de Cláudio Castro (PL), atual governador do Rio de Janeiro, e do Dr. Luizinho (PP), líder do Progressistas na Câmara dos Deputados.

A Prefeitura de São Gonçalo tem como chefe de gabinete o inspetor da polícia civil do Rio de Janeiro, Rodrigo Torregrosa Oliveira, nomeado por Capitão Nelson. Oliveira foi também secretário municipal de Administração na antiga gestão de Capitão Nelson. A Secretaria Municipal de Governo é ocupada por Fábio Vianna de Araújo, que também esteve neste cargo na gestão anterior de Capitão Nelson como prefeito. Além disso, Fábio é presidente da Fundação de Artes, Esporte e Lazer.

Mesa Diretora

Na Presidência da Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Gonçalo para o biênio de 2025-2026, está Piero Cabral (Republicanos); Nelsinho Ruas (PL) é 1º Vice-Presidente; Professor Felipe Guarany (MDB) é 2º Vice-Presidente; Juan Oliveira (PL) é 3º Vice-Presidente. Aline Cici Maldonado (PL) é 1º Secretária; Natan (PP) é 2º Secretário e Nem da Pank Motos (União Brasil) é 3º Secretário. A chapa foi eleita por unanimidade, com 26 votos. Os eleitos para a Mesa Diretora demonstram um cenário favorável para o governo de Capitão Nelson (PL), pois os membros eleitos são em sua maioria do PL e outros partidos membros da coligação que o reelegeu.

Composição da Câmara

Houve uma proporção significativa de vereadores reeleitos, e uma maioria expressiva dos legisladores pertencem a partidos da coligação eleitoral do prefeito. A Câmara teve sete vereadores reeleitos, mas apenas três deles continuaram no mesmo partido, são eles: Magú dos Brinquedos (AVANTE), Juan Oliveira (PL) e Ceci Maldonado (PL). Os outros quatro vereadores reeleitos não fazem mais parte da mesma filiação partidária que os elegeu em 2020, são eles: Claudinei Siqueira, que era do Republicanos e agora é do PRD, Prof. Felipe Guarany, que era do PRTB e agora pertence ao MDB, Lecinho, que foi do MDB, mas atualmente é do Republicanos, e Vinicius, que antes era do Solidariedade e passou a ser do União Brasil. A legislatura atual possui um menor número de partidos na Câmara em comparação à anterior, com 14 partidos; já a passada tinha 16 partidos. Isso também representa um maior número de vereadores eleitos por partido. O partido que mais ascendeu foi o PL, que passou de dois a sete vereadores eleitos. Partidos como o Republicanos e o Avante apresentaram uma continuidade no número de parlamentares na Câmara. Partidos de oposição, como o PT, não obtiveram um resultado expressivo nas eleições de 2024. O Partido dos Trabalhadores elegeu apenas um vereador. Em suma, a Câmara continua com uma configuração semelhante ao cenário pós-eleições 2020.

Eleições 2020

Partidos	Número	Nomes dos Vereadores
Cidadania	3	Diney Marins, Bruno Porto e Cacau
Avante	3	Nelsinho, Magú dos Brinquedos e Beto da Serraria
PV	2	Alexandre Gomes e Tião Nanci
PT	2	Priscilla Canedo e Pablo da Água
PL	2	Cici Maldonado e Juan Oliveira
PSL	2	Pedro Pericar e Nem da Pank Motos
Republicanos	2	Claudinei Siqueira e Natan
PRTB	2	Jalmir Junior e Prof Felipe Guarany
PCdoB	1	Romario Regis
PSD	1	Glauber Poubel
PSOL	1	Prof Josemar
MDB	1	Lecinho
PSC	1	Dr. Armando Marins
Solidariedade	1	Vinícius
PMB	1	Piero Cabral
Podemos	1	Mariola

Eleições 2024

Partidos	Número	Nome dos Vereadores
PL	7	Nelsinho Ruas, Bruno Porto, Juan Oliveira, Patrícia Silva, Aline Cici Maldonado e Beto da Serraria
Solidariedade	2	Felipe Brito e Poubel
Republicanos	2	Lecinho e Piero Cabral

Avante	2	Alcemir Maciel e Magú dos Brinquedos
PP	2	Natan e Alan Rodrigues
União Brasil	2	Vinicius e Nem da Pank Motos
Podemos	2	Artur Rodrigues e Diney Marins
MDB	2	Professor Felipe Guarany e Cacau
PRD	1	Claudinei Siqueira
PT	1	Juliano Freitas
PCdoB	1	Isaac
PSDB	1	Tião Nanci
PDT	1	Dejorge Patrício
Cidadania	1	Alex Loreti

O atual governo de São Gonçalo conta com 22 secretarias e o Gabinete do Prefeito. O secretariado nomeado por Capitão Nelson (PL) é composto por uma variedade de perfis profissionais. Há uma mescla de carreiras técnicas, como economistas, advogados, administradores e especialistas em áreas específicas, como saúde, educação, infraestrutura e meio ambiente. As secretarias que se destacam no plano de governo de Capitão Nelson são as secretarias voltadas para as chamadas “áreas sensíveis”, que são áreas essenciais para a administração municipal, como a Secretaria da Educação, chefiada por Luísa de Marilac de Castro Leite, que tem como desafio a recuperação de uma área crucial após os impactos da pandemia; e a Secretaria da Saúde, chefiada por Terezinha Guedes Rêgo de Oliveira, em que a gestão pública deve enfrentar a demanda crescente por serviços de saúde e melhorar a qualidade no atendimento. A Secretaria de Infraestrutura, encabeçada por Márcio José Almeida Barbosa, considera a necessidade de melhorias urbanísticas e de mobilidade no município.

Ainda no plano de governo da atual gestão de Capitão Nelson (PL), nomeação de secretários como Emilia Caroline Maia de Medeiros Lucena para a pasta de Trabalho, Assistência Social e Cidadania e Marcio Diego do Nascimento Pinto para a Secretaria do Idoso e Pessoa com Deficiência pode indicar um compromisso com políticas públicas inclusivas, ponto fundamental em uma cidade com grande diversidade e desigualdade social. Mesmo que o prefeito tenha optado por alguns nomes conhecidos na administração pública, ele também manteve o equilíbrio com a entrada de novos profissionais. Isso sugere uma tentativa de renovar a gestão, como era previsto para a sua reeleição.

No dia 21 de Fevereiro, o prefeito Capitão Nelson (PL) se reuniu com o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL) e com o deputado federal Altineu Côrtes (PL) para vistoriar as obras do projeto Mobilidade Urbana Verde Integrada (MUVI), que, nas palavras do próprio prefeito, “é a maior intervenção da história de São Gonçalo e, atualmente, o maior investimento do estado, mostrando que temos credibilidade para viabilizar projetos desse tamanho”. No dia seguinte, o prefeito se reuniu novamente com o Governador Cláudio Castro (PL) para visitar a construção da futura maior área de lazer de São Gonçalo, o Parque RJ, que fica no bairro Boa Vista. É uma das muitas parcerias entre a Prefeitura e o Governo do Estado. Nos dias que se seguiram, o prefeito se reuniu outras vezes com o deputado federal Altineu Côrtes (PL) para acompanhar o andamento das obras de drenagem e pavimentação no bairro Sacramento e também as obras do bairro Bom Retiro. Fica claro que o prefeito possui fortes conexões políticas com o Governador Cláudio Castro (PL) e com deputados e vereadores do seu partido, como o deputado federal Altineu Côrtes (PL) e vereadores como

Nelsinho Ruas (PL), seu filho.

As primeiras ações implementadas nos primeiros 100 dias de governo estão em áreas diversas da gestão, como saúde, educação, defesa civil e infraestrutura. Na saúde, foi implementado um programa de bloqueio contra o sarampo nas escolas e creches municipais e a continuidade na obra de construção do novo Hospital Municipal de São Gonçalo, que está sendo realizada em parceria com o governo do estado, e o projeto Novos Rumos, que prevê a construção de clínicas e ampliação de unidades e serviços especializados. No âmbito da educação, as obras das novas creches do Porto do Rosa e do Jardim Miriambi seguem avançando, e a Prefeitura está preparando espaços com fins de ampliar a oferta de vagas na educação infantil. Na defesa civil, foi implementada a formação dos Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDECs), com locais definidos em Jardim Catarina, Salgueiro, Trindade e Luiz Caçador. Na infraestrutura, a Prefeitura está trabalhando em projetos de urbanização, construção de moradias e redução de riscos para enfrentar períodos de chuva e enchentes.

Quanto às prioridades iniciais, o governo Nelson desenvolveu um plano estratégico, chamado Novos Rumos, que estabelece os principais eixos de ação para a gestão municipal e para definir metas e prioridades para uso de recursos extraordinários. O plano é dividido em cinco eixos principais: Cidade Segura, pois a segurança pública tem sido um tema central da gestão; Cidade Saudável, que trabalha o fortalecimento da atenção básica de saúde e a ampliação do atendimento de urgência e emergência através da criação do novo Hospital Municipal; Cidade Justa e Inclusiva, que tem como foco a inclusão produtiva, que estimula o empreendedorismo e a geração de empregos; Cidade Bem Cuidada e Organizada, que através do investimento nas áreas de urbanismo, mobilidade e saneamento, busca incentivar o compartilhamento do espaço público da cidade; e Gestão Eficiente e Transparente, que tem como um dos compromissos investir em quadros técnicos capacitados e valorizar o servidor público, como também fortalecer ferramentas de inovação, transparência e cooperação nos processos de gestão.

O maior desafio e dificuldade enfrentado pela gestão nos primeiros 100 dias de governo foi o desemprego e a elaboração de um projeto para a criação de novas oportunidades de empregos em áreas diversas. Com o empenho da Prefeitura em atrair cada vez mais a iniciativa privada para São Gonçalo, foi inaugurado um novo supermercado Dom Atacadista, gerando cerca de quinhentos novos empregos diretos e indiretos, juntamente com o projeto Oportunidades, que busca a inclusão da população no mercado de trabalho.

Além disso, a Prefeitura de São Gonçalo indica ações em áreas como a preservação de rios e canais, contenção de encostas e tratamento de áreas de risco, adequação e manutenção da rede assistência social, manutenção dos serviços prestados por agentes recrutados na própria comunidade, aquisição de bens e serviços para desenvolver atribuições na área de fiscalização, licenciamento ambiental, etc. A Prefeitura também se comprometeu com o desenvolvimento de políticas públicas que viabilizem a integração dos equipamentos públicos, em especial as escolas municipais, para o atendimento no contraturno, ampliação e manutenção das atividades voltadas para o ensino básico e fundamental, desenvolvimento de atividades propondo e realizando projetos que visem o desenvolvimento da cidade e a geração de emprego e renda, entre outras ações, conforme o Anexo de Metas e Prioridades da LDO 2025.

Niterói

Tayná Paolino

As eleições para prefeito de Niterói em 2024 contaram com sete candidatos disputando o cargo. O ex-prefeito Rodrigo Neves (PDT) liderou as pesquisas durante toda a eleição, e chegou na frente no primeiro turno com 48,47% dos votos, seguido pelo deputado federal Carlos Jordy (PL), que alcançou 35,59%. A também deputada federal Talíria Petrone (PSOL) ficou em terceiro lugar com 12,65%. Os outros candidatos que participaram da disputa foram: Bruno Lessa (Podemos), Danielle Bornia (PSTU), Alessandra Marques (PCO) e Guilherme Bussinger (Mobiliza), que obtiveram 3,14%, 0,07%, 0,04% e 0,04% dos votos, respectivamente. Rodrigo Neves (PDT) conquistou a vitória no segundo turno com 57,20% dos votos válidos, enquanto Carlos Jordy (PL) ficou com 42,80%, o que garantiu ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) e seus aliados mais um mandato à frente da Prefeitura de Niterói. A vitória de Rodrigo Neves já era esperada, porém o desempenho de Talíria Petrone (PSOL), inclusive com movimentos internos de apoio de petistas a sua candidatura, cumpriu um papel decisivo para que a eleição na cidade fosse para o segundo turno.

A cidade de Niterói e de Petrópolis foram as únicas do estado do Rio de Janeiro em que ocorreram eleições no segundo turno, dentre as 11 cidades onde o segundo turno poderia acontecer. É preciso possuir mais do que 200 mil habitantes para que possa ocorrer um segundo turno em um município de acordo com a legislação eleitoral nacional.

Quem é Rodrigo Neves?

O atual prefeito Rodrigo Neves (PDT) começou sua trajetória política ainda na escola secundária, quando participou do movimento estudantil na União Niteroiense dos Estudantes (UNES) e em movimentos de base territorial com a Pastoral da Juventude. Aos 20 anos, em 1996, disputou sua primeira eleição pelo Partido dos Trabalhadores (PT), tornando-se suplente. Assumiu como vereador pela primeira vez em 1998 e foi reeleito para três mandatos (1998-2006). Posteriormente, conquistou uma cadeira como deputado estadual (2007-2012), também pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Durante o seu mandato de deputado estadual, disputou a Prefeitura duas vezes, tendo sido eleito em 2012, ainda no Partido dos Trabalhadores. Ele saiu do PT para disputar sua reeleição em 2016, pelo Partido Verde (PV), e foi reeleito.

Em 2022 foi candidato a governador do estado do Rio de Janeiro. Sua candidatura foi apoiada pelo atual prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), que indicou para ocupar o lugar de seu vice, Felipe Santa Cruz (PSD), ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) estadual e nacional.

Apesar da sua votação para governador ter sido pouco expressiva no Estado do Rio de Janeiro, obtendo 8% dos votos válidos, na cidade de Niterói foi significativa, alcançando 34,22 % dos votos, sendo o único município no qual o atual governador Cláudio Castro (PL) não foi o mais votado. Para presidente, Rodrigo Neves (PDT) fez campanha para o Ciro Gomes (PDT) em 2018 e em 2022. Contudo, por Niterói ter sido a única ci-

dade na região metropolitana que deu vitória ao presidente Lula (PT), a liderança política de Neves adquiriu ainda mais relevância e ele se projetou, principalmente no segundo turno das eleições de 2022, como uma líder que poderia contribuir na construção da frente ampla para a vitória de Lula.

Seu desafio, portanto, é governar uma cidade sob o signo da continuidade da gestão da Prefeitura com seu campo político, mas com a necessidade de rearranjar forças internas e reforçar alianças externas. Sua principal tarefa nos primeiros cem dias foi garantir estabilidade administrativa e política para viabilizar seu projeto — que inclui não apenas a conclusão de sua própria gestão, mas também a construção da candidatura de sua esposa, Fernanda Sixel, à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro em 2026 e a influência na disputa política do governo do Estado do Rio de Janeiro.

Vereadores Eleitos em 2024 e filiação partidária

A Câmara de Niterói é composta por 21 vereadores, na atual Legislatura — 2025-2028 — distribuídos em 11 partidos. O Partido Liberal (PL) elegeu quatro vereadores e é o partido que tem a maior bancada, seguido pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) com três vereadores eleitos. Em terceiro lugar temos cinco partidos com dois representantes, são eles: Partido dos Trabalhadores (PT), Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Cidadania, União Brasil e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Apesar da fragmentação partidária ser alta, podemos observar uma diminuição no número dos partidos políticos representados na Câmara Municipal. No ano de 2020 eram 18 partidos representados na Câmara, de 21 vagas. Atualmente, são 11. A situação da fragmentação partidária pode ser um desafio para o prefeito, visto que o Executivo depende de uma integração com um maior número de partidos para garantir a sua agenda política.

A vida não será simples para o Partido Democrático Trabalhista (PDT), pois além de ter perdido um parlamentar na Câmara, ele viu a oposição fortalecer a sua bancada com a ampliação de cadeiras conquistadas pelo Partido Liberal (PL).

Partidos	Eleições 2020	Eleições 2024	Variação
PL	1	4	3
PDT	4	3	-1
CIDADANIA*	2	2	0
MDB	1	2	1
PSOL	3	2	-1
PT***	1	2	1
União Brasil**	0	2	2
PC do B***	1	1	0
PODE	0	1	1
PSD	1	1	0
Republicano	0	1	1
AVANTE	1	0	-1
DEM**	1	0	-1
PP	1	0	-1
PSDB*	1	0	-1

PTC	1	0	-1
PV	1	0	-1
Solidariedade	1	0	-1

*Federação PSDB + Cidadania
**União Brasil não existia em 2020, é fruto da fusão DEM + PSL: União Brasil
*** Federação PT + PCdoB

Renovação Política

Dentre os 21 vereadores eleitos para a atual Legislatura em Niterói, a taxa de renovação foi de 30%. 14 parlamentares foram reconduzidos ao cargo, mantendo a continuidade de seus mandatos, enquanto sete vereadores eleitos não ocupavam cadeira na Câmara Municipal em 2020, representando a parcela renovada do Legislativo.

Os Vereadores mais Votados da Cidade

Os dois vereadores mais votados da cidade de Niterói na eleição de 2024 fazem parte dos partidos de oposição, são eles: Douglas Gomes (PL) e Professor Túlio (PSOL). Douglas Gomes (PL) foi o vereador mais votado da cidade com 16.369 votos, tendo superado todas as marcas anteriores de votação para vereador. Douglas Gomes tem 34 anos, é solteiro, possui ensino médio completo e quando se candidatou a primeira vez, em 2020, declarou ao TSE enquanto ocupação “estudante, bolsista, estagiário e assemelhados”.

Douglas começou sua trajetória política em 2016, quando criou o movimento “Endireitando Niterói”⁵, que possui perfil no Youtube, Facebook e Instagram⁶. Esse movimento serviu como base de articulação bolsonarista na cidade, em um momento em que multiplicavam-se movimentos associativistas de extrema direita no País. Ele se envolveu em algumas polêmicas em sua recente trajetória parlamentar. A primeira delas foi durante a pandemia da covid-19, quando ele liderou uma manifestação contra o lockdown em sua cidade e foi detido⁷. A segunda foi a sua condenação por crime de transfobia ao afirmar que uma parlamentar que dividia com ele o exercício na Legislatura seria um homem⁸. Outro debate suscitado a partir de alguma ação do parlamentar foi sobre Douglas, durante as eleições de 2024, ter se autodeclarado como um homem branco, quando seu fenótipo é de uma pessoa negra.

O segundo vereador mais votado na eleição de 2024 também faz parte de um partido que faz oposição ao prefeito. Contudo, está posicionado no outro lado do espectro político. Professor Túlio possui ensino superior completo, é casado e se autodeclara branco ao TSE. Ele foi candidato pela primeira vez em 2012, pelo PDT, quando tinha 30 anos de idade.

Em 2016, Professor Túlio foi candidato novamente a vereador, mas dessa vez pelo PSOL, quando foi 1º suplente. Na eleição de 2020, ele foi o segundo mais votado da cidade, posto que assume novamente com o resultado da eleição de 2024. Quando o parlamentar se candidatou pela primeira vez, a sua ocupação de-

⁵ Disponível em: <<https://www.rjdouglasgomes.com.br/>> Acesso em: 11 de maio de 2025

⁶ Disponível em : <<https://www.facebook.com/groups/973033776147912/discussion/preview>> Acesso em: 11 de maio de 2025

⁷ Vídeo: Líder de carreata bolsonarista é preso em Niterói, visivelmente alterado. É ASSIM, 2020. Disponível em : <<https://eassim.com.br/video-lider-de-carreata-bolsonarista-e-preso-em-niteroi-visivelmente-alterado/>> Acesso em: 11 de maio de 2025

⁸ Vereador de Niterói Douglas Gomes é condenado à prisão por chamar vereadora Benny Briolly de homem. G1, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/06/29/vereador-de-niteroi-douglas-gomes-e-condenado-a-prisao-por-chamar-vereadora-benny-briolly-de-homem.ghtml>> Acesso em: 11 de maio de 2025

clarada ao TSE foi “professor de ensino médio”. Uma liderança a qual ele é vinculado politicamente é o atual deputado estadual e presidente do PSOL estadual Flavio Serafini. Ambos são naturais de Niterói e ligados à luta dos profissionais de educação e ao SEPE.

Eleição da Mesa Diretora

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Niterói, para o primeiro biênio da Legislatura (2025-2028), foi eleita em chapa única, com somente uma abstenção, feita por Professor Túlio (PSOL). O vereador Milton Cal (União Brasil) foi reeleito presidente, tendo Beto da Pipa (MDB) como 1º vice-presidente, Andrigo (PDT) como 2º vice-presidente, Luiz Carlos Gallo (Cidadania) como 1º secretário e ZAF (União Brasil) como 2º secretário. Completam a Mesa os vereadores Binho Guimarães (PDT) como 1º suplente e Pipico (PT) como 2º suplente.

O Presidente do Biênio 2025/2026: Milton Cal

Milton Cal (União Brasil) é vereador em Niterói desde 2004 e cumpre seu sexto mandato consecutivo (2005–2028), sendo um dos parlamentares mais longevos da Casa. Sua trajetória política teve início no Partido Comunista do Brasil (PCdoB), legenda pela qual foi eleito pela primeira vez. Já na eleição seguinte, migrou para o Partido Progressista (PP), onde permaneceu por quatro pleitos consecutivos.

No final de 2023, deixou o PP e filiou-se ao União Brasil, legenda pela qual concorreu e foi reeleito. Em sua primeira candidatura, aos 40 anos, declarou ao TSE ter ensino médio completo e ocupação como contador, sem declarar nenhum bem patrimonial. Naquele período, o sistema eleitoral ainda não exigia autodeclaração de raça.

Composição Partidária da Gestão de Rodrigo Neves (2025 - 2028)

A chapa de Rodrigo Neves “Por Amor à Niterói” contou com o apoio de 13 partidos, são eles: PDT, PT, PCdoB, PV, PSDB, Cidadania, MDB, União Brasil, Solidariedade, Republicanos, Agir, PRD e PSD. Cinco vereadores da base do governo municipal se licenciaram de seus mandatos para assumir cargos no Executivo, fortalecendo a articulação entre a Prefeitura e a Câmara local. São eles: Leonardo Soares Giordano (PCdoB), atual secretário municipal das Culturas; José Antonio Toro Fernandez (União Brasil), conhecido como ZAF, que passou a ocupar a Secretaria da Pessoa Idosa; Luiz Carlos Gallo de Freitas (Cidadania), nomeado secretário de Esporte e Lazer; Fabiano Gonçalves (Republicanos), que assumiu a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDEN); e Jorge Andrigo Dias de Carvalho (PDT), que se tornou secretário regional do Fonseca, Cubango e Caramujo, território onde o vereador construiu parte significativa de sua trajetória política. Andrigo, além disso, foi o vereador mais votado da cidade nas eleições de 2020 e mantém forte presença nas regiões que agora administra como secretário.

Entre os licenciados, destaca-se também o vereador Fabiano Gonçalves (Republicanos), advogado e economista, que atualmente preside a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado do Rio de Janeiro (FCDL-RJ). Sua nomeação à frente da SEDEN representa uma tentativa de aproximar a gestão pública do setor empresarial local. No caso de Leonardo Giordano, sua saída da Câmara para a Secretaria das Culturas abriu espaço para o suplente Fal, do Partido Verde — única alteração relevante na composição partidária da Câmara, com a saída do PCdoB e a entrada do PV. Já os demais secretários foram substituídos por suplentes de seus respectivos partidos: Raphael Costa (PDT) no lugar de Andrigo; Romédio Duarte (Cidadania)

no lugar de Gallo; Emanuel Rocha (União Brasil) no lugar de ZAF; e Mauricio Gomes (Republicanos) no lugar de Fabiano.

Essas mudanças não alteraram significativamente a correlação de forças na Câmara Municipal. Com exceção da substituição de Giordano, que retirou o PCdoB da composição atual do parlamento, os demais suplentes mantiveram a mesma filiação partidária dos vereadores licenciados, garantindo estabilidade política à base do governo.

Secretário de Governo e Chefe de Gabinete: o núcleo político da gestão Rodrigo Neves em Niterói⁹

A nova gestão da Prefeitura de Niterói, sob comando de Rodrigo Neves (PDT), é composta por 24 secretarias, mantendo a estrutura herdada do governo de Axel Grael (PDT). O centro da articulação política foi confiado a Felipe Peixoto, de 48 anos, atualmente filiado ao Partido Social Democrático (PSD), ex-vereador e ex-deputado estadual, que assumiu o cargo de secretário Executivo. Felipe Peixoto começou sua militância política no movimento estudantil no Partido Democrático Trabalhista (PDT). Com 23 anos disputou sua primeira eleição, para vereador de Niterói, e obteve a primeira suplência. Entre 2011 e 2014, foi deputado estadual e ocupou importantes funções no governo estadual, como a Secretaria de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca (Sedrap), tendo atuado também na Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (Fiperj) e na Central de Abastecimento (Ceasa). Agora, à frente da Secretaria Executiva de Niterói, é responsável por coordenar transversalmente as ações de governo, além de ser peça-chave no diálogo com a Câmara Municipal e com a sociedade civil.

A chefia de gabinete ficou a cargo de Carlos Eduardo Sixel Barreto, filho do prefeito com Fernanda Sixel. Carlos Eduardo já havia ocupado diversos cargos na gestão anterior, de Axel Grael (PDT), e sua nomeação sinaliza a influência crescente da família Neves-Sixel no núcleo duro da administração municipal. A escolha também reforça a continuidade do grupo político liderado por Rodrigo Neves (PDT) e sua estratégia de manter o poder sob controle de um círculo próximo e de confiança.

A montagem do secretariado buscou articular uma frente ampla de partidos aliados — como PDT, PT, MDB, PCdoB, PSD, Cidadania, Podemos, União Brasil e Republicanos — com o objetivo de garantir alta capilaridade política e estabilidade na governabilidade. A gestão optou por preservar quadros técnicos em áreas sensíveis, como saúde e educação, ao mesmo tempo em que abriu espaço para lideranças políticas regionais. No entanto, a disputa interna por espaços e cargos foi um dos principais desafios enfrentados nesse início de mandato, conforme apontado por aliados em entrevistas de bastidores. A acomodação entre os diferentes interesses partidários exigiu habilidade política e negociação constante por parte do núcleo de governo.

Primeiras medidas dos cem dias de governo e principais desafios

De acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, o município de Niterói é composto por 481.749 cidadãos, sendo 3.601,67 habitantes por quilômetro quadrado. O salário médio dos trabalhadores empregados formalmente é, em média, três salários mínimos, de acordo com dados de 2022. Em 2021, o PIB per capita de Niterói foi de 128.333,01 reais, sendo, portanto, o 7º maior PIB per capita no estado do Rio de Janeiro.

Nos primeiros cem dias de gestão, a Prefeitura de Niterói firmou um convênio com o governo estadu-

⁹ Disponível em: <<https://niteroi.rj.gov.br/secretarias-municipais/>> Acesso em: 11 de maio de 2025

al para viabilizar a redução da tarifa das barcas que ligam a cidade ao Rio de Janeiro. O novo valor, de R\$7,70, passou a vigorar a partir da renovação da concessão e da entrada do Consórcio Rio Barcas, com subsídio mensal da Prefeitura entre 900 mil reais e 1,3 milhão de reais. Além disso, a administração municipal tem atuado na defesa da implementação de um fundo federal de desenvolvimento regional financiado pelos royalties do petróleo, com o objetivo de ampliar os investimentos em infraestrutura no Leste Metropolitano. Outro eixo de atuação da gestão foi a reorganização do centro de Niterói. A Prefeitura anunciou um pacote de 65 milhões reais para requalificar a área central, incluindo melhorias urbanísticas e a criação de um auxílio-moradia estudantil no valor de 700 reais, destinado a universitários da UFF. Entre outras medidas, também foram realizadas ações para reforçar o programa Segurança Presente, com foco no combate à criminalidade e à desordem urbana, e iniciada uma força-tarefa para fiscalizar motociclistas e coibir os chamados “rolezinhos” com motos barulhentas.

No campo social, a Prefeitura sancionou uma lei que permite a internação involuntária de pessoas com transtornos mentais e dependência química. A gestão também anunciou a eliminação da fila por vagas em creches da rede municipal e a aprovação de uma lei que permite às passageiras de aplicativos escolherem motoristas mulheres. Além disso, firmou um convênio com o governo do estado para a reforma histórica da sede do 4º CPA, e ampliou o debate sobre a mobilidade regional, retomando pautas como a Linha 3 do metrô.

Nos primeiros meses de gestão, o prefeito tem buscado fortalecer suas articulações com diferentes níveis de governo, sobretudo com o Executivo federal e o governo estadual. Embora o PDT, seu partido, conte com representação limitada no Congresso Nacional — tendo apenas um deputado federal de pouca projeção —, o prefeito tem compensado esse isolamento partidário com uma atuação política que privilegia o diálogo institucional e a construção de alianças táticas. Sua presença constante em agendas com ministros do governo Lula, bem como com deputados federais de partidos da base governista, como PT, PCdoB e PSB, reforça essa estratégia. Além disso, mantém interlocução com o governador Cláudio Castro em pautas prioritárias como a expansão do metrô e a redução da tarifa das barcas, indicando uma disposição pragmática para cooperação intergovernamental. Também é notável sua proximidade com o prefeito Eduardo Paes (PSD), com quem compartilha projetos metropolitanos e uma agenda comum para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Essas conexões são apresentadas publicamente, com frequência, por meio de suas redes sociais, onde o prefeito busca reforçar sua imagem de gestor articulado e influente no cenário estadual e nacional.

Essa estratégia de articulação multiescalar ganhou destaque também no plano internacional, especialmente a partir de sua participação no Encontro de Novos Prefeitos e Prefeitas, realizado em fevereiro em Brasília, com a presença do presidente Lula. No evento, o prefeito não apenas marcou presença, como também foi eleito vice-presidente de Relações Internacionais da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), reforçando seu protagonismo entre os gestores municipais. Na ocasião, assinou um acordo que formaliza a parceria entre a FNP e a rede Mercocidades — uma articulação de prefeitos da América Latina —, a qual assumirá a presidência em dezembro. A cúpula teve como temas centrais a segurança pública e o financiamento por organismos multilaterais, áreas nas quais o prefeito tem buscado visibilidade e soluções conjuntas. A exemplo de Eduardo Paes, com quem compartilha uma agenda metropolitana e uma orientação estratégica de inserção internacional, o prefeito apostava na diplomacia das cidades como instrumento de projeção política e de captação de recursos, ao mesmo tempo em que busca enfrentar desafios concretos como a crise da segurança urbana.

Conclusão

Os cem primeiros dias do governo Rodrigo Neves (PDT) em Niterói foram marcados pela estabilidade política e pelo esforço de recompor a máquina pública com aliados confiáveis. O prefeito inicia sua nova gestão com base parlamentar sólida, secretariado alinhado e planejamento estratégico orientado para a continuidade de políticas públicas que marcaram suas gestões anteriores. A projeção de Fernanda Sixel como futura candidata reforça a leitura de que Neves pretende manter sua influência política na cidade a longo prazo.

A população de Niterói pode esperar, para os próximos anos, uma gestão orientada pela continuidade administrativa, pela estabilidade política e pela busca de protagonismo regional e nacional. Com uma base parlamentar sólida e um secretariado composto por quadros de confiança, Rodrigo Neves sinaliza que seu governo terá como marcas a articulação multiescalar, a ampliação de políticas públicas já consolidadas e a adoção de medidas que respondam a desafios concretos como segurança, mobilidade e inclusão social. Ao mesmo tempo, sua atuação ativa em redes de prefeitos, tanto no Brasil quanto na América Latina, e sua aliança com lideranças da base do governo federal, indicam que a cidade poderá se beneficiar de parcerias estratégicas e novos recursos. Nesse cenário, a população poderá cobrar da Prefeitura não apenas a manutenção dos avanços obtidos em mandatos anteriores, mas também uma postura inovadora diante de velhos e novos problemas urbanos.

Maricá

Alice Leal

Em 2024, o PT venceu novamente as eleições municipais em Maricá. Washington Quaquá foi eleito prefeito de Maricá com uma votação expressiva de 73,74% (91.789 votos); Fabinho Sapo (PL) ficou em segundo lugar com 22,30% (27.755 votos); em terceiro, Dr. Cláudio Ramos com 2,37% (2.951 votos); e em quarto Marcia Santiago (PMB) com 1,59% (1.984 votos). Apesar da distância considerável e um candidato pouco conhecido, o PL conseguiu marcar uma oposição que não se apresentava nas eleições anteriores.

O ex-prefeito Fabiano Horta (PT) não veio como candidato neste pleito, porque foi reeleito em 2020 com 88,09% (76.285 votos). À época, o segundo colocado foi Ciro Fontoura (Republicanos), com 5,98% dos votos (5.183 votos).

Maricá não possuía mulheres eleitas na Câmara Municipal. Entretanto, no pleito de 2024, os maricenses elegeram duas, Adriana Costa (PDT), como quinta vereadora mais votada, com 4.584 votos (3,47%) e Rita Rocha (PT), com 2.801 votos (2,12%). Foram um total de 21 vereadores eleitos, quatro a mais do que na eleição passada, tendo em vista o crescimento populacional de Maricá¹⁰.

Mudanças na composição da Câmara Municipal de Maricá de 2020 para 2024

PARTIDO	Nº de cadeiras 2020	Nº de cadeiras 2024
PT	4	7
MDB	2	0
PCdoB	3	0
Cidadania	1	2
Avante	2	3
PDT	3	3
PSD	1	3
Republicanos	1	0
PL	0	2
PV	0	1

Nas eleições de 2020, a composição da Câmara Municipal de Maricá, na qual havia apenas 17 cadeiras, era: quatro do PT, duas do MDB, três do PCdoB, uma do Cidadania, duas do Avante, três do PDT, uma

¹⁰ Maricá: Novos vereadores tomam posse nesta quarta-feira, saiba quem fica no cargo e quem sai pra prefeitura. MaricáInfo, 2024. Disponível em: <<https://maricainfo.com/2024/12/30/marica-novos-vereadores-tomam-posse-nesta-quarta-feira-saiba-quem-fica-no-cargo-e-que-sai-pra-Prefeitura.html>> Acesso em: 11 de maio de 2025

do PSD e uma do Republicanos.

Após a janela partidária, alguns vereadores mudaram de partido. O PT recebe os vereadores do MDB e passa a ter seis cadeiras. Com isso, o MDB que ocupava apenas duas cadeiras, passa a não ter mais espaço na Câmara Municipal. O PSD passa de uma cadeira para três, recebendo dois vereadores até então do PCdoB. O PV, que não detinha espaço na Câmara, passa a ocupar uma cadeira, também advinda de um vereador do PCdoB. Com isso, o PCdoB perde o espaço que possuía na Câmara Municipal. O Cidadania, o Avante e o PDT mantiveram o número de cadeiras, sendo respectivamente uma, duas e três. O Republicanos perdeu a sua única cadeira, abrindo espaço para a primeira cadeira do PL na Câmara de Maricá.

Nas eleições de 2024, a composição da Câmara Municipal de Maricá foi: sete cadeiras para o PT, três para o PSD, três para o Avante, três para o PDT, duas para o PL, duas para o Cidadania e uma para o PV. Dentre os reeleitos estão: Adelso Pereira (Avante), Aldair de Linda (PT), André Casquinha (PT), Bubute (PDT), Dr. Richard (PV), Filipe Bittencourt (PT), Frank Costa (Avante), Hadesh (PT), Helter Ferreira (PT), Jorge Castor (PT), Bambam (PSD), Ricardinho Netuno (PL), Tataí Do Sacolão (Cidadania).

O aumento da bancada do PT condiz com a disputa da Prefeitura, em que os partidos mais fortes são aqueles da coalizão do governo do prefeito, composta pelos partidos: PT, PCdoB, PV, PDT, PSD, Avante, PSDB e Cidadania. É interessante perceber que, pela primeira vez, o PL ganha um espaço na Câmara Municipal. Anteriormente o bolsonarismo estava presente na Câmara através de Ricardinho Netuno, que era do Republicanos e agora formalizou a presença do Partido Liberal na Câmara.

Dentre os novos vereadores de Maricá, em 2024 estão: Felipe Paiva (Cidadania), Chiquinho (PL), Adriana Costa (PDT), Deil Machado (Avante), Rony Peterson (PSD), Marcinho da Construção (PSD), Rita Rocha (PT).

Ao tratar da Mesa Diretora, Aldair Nunes de Elias (PT) é o presidente, Frank Costa (Avante) o vice-presidente, Adelso Pereira (Avante) o 1º secretário e o Bubute (PDT) o 2º secretário. A atual Mesa Diretora da Câmara de Maricá é não apenas favorável, mas também estratégica para a administração de Washington Quaquá, proporcionando estabilidade política e apoio às políticas públicas propostas pelo prefeito.

A eleição de Maricá para a Prefeitura, apesar de apresentar a principal disputa entre o Partido dos Trabalhadores e o Partido Liberal, demonstra uma diferença entre o voto nas eleições para o Executivo nacional. Isso porque, em 2018 e em 2022, Bolsonaro ganhou as eleições no município, com, respectivamente, 62,30% e 51,74% dos votos. Entretanto, os moradores de Maricá continuam votando em representantes do PT para a Prefeitura.

Isso ocorre porque o voto na eleição municipal tende a ser menos ideológico, já que as pessoas moram, transitam e vivenciam aqueles territórios, e buscam representantes que se apresentam como bons gestores. Diante disso, podemos explicar a razão de um mesmo eleitor ter votado no candidato Jair Bolsonaro (PL) em 2022 e no Washington Quaquá (PT) em 2024.

Apesar de ser um ator político polêmico, Quaquá foi o representante que iniciou as políticas públicas que fizeram Maricá crescer e se desenvolver. O candidato do PT utilizou do tom nostálgico em sua campanha, com um jingle dizendo que Maricá é uma “cidade modelo do Brasil” e “quem começou com tudo agora vai voltar”.

Tanto a Prefeitura quanto a Câmara Municipal da cidade são majoritariamente do PT e de sua federação. Os maricaenses ainda conhecem pouco o trabalho da oposição, que até agora foi representada por apenas um vereador, o Ricardinho Netuno (PL). O povo de Maricá, mais que em qualquer outro município do

Rio de Janeiro, está acostumado com um poder estatal forte que injeta dinheiro na economia para a promoção de políticas públicas. Enquanto Maricá se destacar como uma “cidade modelo” de medidas governamentais bem sucedidas, vai continuar elegendo representantes do PT.

Relações políticas

A expansão das relações intermunicipais

Quaquá participou e assumiu a presidência da Associação Brasileira de Municípios (ABM), com a promessa de transformar a entidade em centro de debate nacional, ampliando o diálogo entre gestores locais e o governo federal. Em seu discurso, Quaquá diz: “a riqueza é construída nos municípios e precisa retornar às cidades para impulsionar o país”¹¹.

Dobradinha Rio x Maricá



Durante as eleições de 2024, no dia 02 de agosto, Quaquá publicou em suas redes sociais uma foto ao lado de Eduardo Paes (PSD). Na foto, estão ambos abraçados e apontando um para o outro. A legenda anuncia: “Dobradinha Rio x Maricá”. Hoje, após cem dias de sua Prefeitura, vemos que as relações com a Prefeitura do município do Rio de Janeiro permanecem estreitas.

Em março, ele aparece ao lado da vereadora da cidade do Rio, Talita Galhardo (PSDB), que é presidente da Comissão Especial de Fomento ao Turismo. Em um vídeo, eles conversam sobre estar realizando uma parceria entre Rio e Maricá. O encontro foi para discutir sobre as dez grandes obras que Quaquá está lançando em Maricá com a arquitetura de Oscar Niemeyer. Eles falam sobre a importância do turismo para fortalecer a economia, impulsionar o comércio e diversificar a economia local. De acordo com o prefeito, Maricá será a “cidade Niemeyer”. Quaquá comenta sobre a vereadora levar o projeto para o prefeito Eduardo Paes, o que demonstra o seu estreitamento de relação com a outra Prefeitura.

Em entrevista para o PGM Jogo do Poder, programa do canal de televisão CNT, que ocorreu no dia 6

¹¹ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/DHormSCuuAh/?igsh=aDNoY2Rvc3BvOHRj>> Acesso em: 11 de maio de 2025; Disponível em: <<https://www.instagram.com/reel/DHuBfM3JogQ/?igsh=MTU0bmpuY2xzaXkwNw==>> Acesso em: 11 de maio de 2025

de abril de 2025, Quaquá comenta que vai apoiar Fabiano Horta (PT), ex-prefeito de Maricá, para ser vice do Eduardo Paes (PSD) na eleição para o Governo do Estado em 2026¹². Ele afirma que Eduardo Paes é “o maior prefeito da história do Rio”, e “é um cara que vai salvar o Rio de Janeiro”, caso ele assuma enquanto governador.

Quaquá reafirma que se tornou Presidente da Associação Brasileira de Municípios (ABM), e que vai convocar os vereadores, deputados e prefeitos para organizar um grande movimento de “salvação do Rio de Janeiro”. Nesse movimento, ele pretende mostrar as políticas realizadas por ele e por Fabiano Horta (PT) em Maricá, e levar a mensagem daquilo que Eduardo Paes (PSD) pretende fazer para o estado do Rio. Para realizar isso, ele diz que vai “sair em campo”, percorrendo o Estado do Rio de Janeiro junto de Fabiano Horta.

Apesar de um distanciamento ideológico partidário, Quaquá reforça a sua proximidade com o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL) e diz que Castro é um político posicionado no centro do espectro político-ideológico¹³. O prefeito de Maricá não poupa elogios para descrever o governador, como em um vídeo que ele postou no dia 29 de março de 2025 parabenizando o aniversário de Castro e reafirmando a parceria¹⁴. Em entrevista para o PGM Jogo do Poder, Quaquá afirmou que apoiaria a eleição para o Senado do atual governador do Rio¹⁵.

Quaquá e Lula

Em fevereiro Quaquá esteve no Encontro de Novos Prefeitos e Prefeitas em Brasília com o presidente Lula. A comitiva do prefeito de Maricá se destaca pelo grande número de gestoras mulheres de Maricá. No dia 7 de março de 2025, Quaquá esteve com o presidente Lula para entregar seu livro “Diálogos com a Utopia: um necessário debate sobre a estratégia da esquerda”, que trata sobre os rumos da esquerda¹⁶.

O secretariado

O prefeito Washington Quaquá (PT) anunciou seu novo secretariado no dia 19 de novembro de 2024, promovendo uma reestruturação na gestão municipal que ampliou o número de secretarias de 33 para 35. Dentre os nomes das secretárias e secretários, dez foram de vereadores eleitos, o que abre vagas para os suplentes assumirem no Legislativo. Sendo assim, uma mudança de quase 50% na Câmara Municipal, que conta com 21 cadeiras.

Com a nomeação de dez vereadores para o secretariado da nova gestão municipal de Maricá, houve uma significativa reconfiguração na Câmara Municipal. Assumiram cargos no Executivo os seguintes parlamentares: André Casquinha (PT), que passou a ocupar a Secretaria de Transportes e Postura; Helter Ferreira (PT), nomeado secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade; Filipe Bittencourt (PT), secretário de Esportes; Jorge Castor (PT), à frente da Secretaria de Relações Internacionais; Robgol (PT), designado para a Secretaria de Bem-Estar Animal; Danilo Santos (PDT), que assumiu a Secretaria de Defesa Civil; Marcus Bambam (PSD), Secretário de Habitação; Marcinho da Construção (PSD), secretário de Trânsito; Rony Peterson (PSD), agora

12 Disponível em: <<https://youtu.be/h87vWQfZh-M?si=wYJRiWov8RIJV5PD>> Acesso em: 11 de maio de 2025

13 Disponível em: <<https://youtu.be/h87vWQfZh-M?si=u9-0Y1N7Y943jhH->> Acesso em: 11 de maio de 2025

14 Disponível em: <<https://www.instagram.com/reel/DHy8tezvSYx/?igsh=YzdjbDh3aXEzMGRv>> Acesso em: 11 de maio de 2025

15 Disponível em: <<https://youtu.be/h87vWQfZh-M?si=u9-0Y1N7Y943jhH->> Acesso em: 11 de maio de 2025

16 Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/DG5XrAXu4Ns/?igsh=MXZ5MWhnNGFqdnhrdw==>> Acesso em: 11 de maio de 2025 ; Vice-presidente do PT entrega a Lula o livro “Diálogos com a Utopia”. Poder 360, 2025. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/poder-gente/vice-presidente-do-pt-entrega-a-lula-o-livro-dialogos-com-a-utopia/>> Acesso em: 11 de maio de 2025

secretário de Eventos; e Xandi de Bambuí (PSD), que passou a comandar a Secretaria de Pesca.

Com a saída desses parlamentares para o Executivo, foram convocados os respectivos suplentes para compor a nova legislatura da Câmara Municipal de Maricá. Assumiram os cargos: Igor Corrêa (PCdoB), Andrea Cunha (PT), Kelly Bernardos (PT), Chris Correa (PT), Julio Carolino (PDT), Fabricinho (PSD), Robson Dutra (PSD) e Felipe Auni (PSD). Essa mudança ampliou a representatividade feminina, promovendo uma nova dinâmica no Legislativo de Maricá.

Após a entrada dos suplentes, a nova composição da Câmara Municipal de Maricá ficou da seguinte forma: Aldair de Linda (PT); Ricardinho Netuno (PL); Hadesh (PT); Adriana Costa (PDT); Frank Costa (Avante); Felipe Paiva (Cidadania); Deil Machado (Avante); Tatai do Sacolão (Cidadania); Rita Rocha (PT); Adelso Pereira (Avante); Dr. Richard (PV); Bubute (PDT); Chiquinho (PL); Igor Corrêa (PCdoB); Andrea Cunha (PT); RobGol (PT); Kelly Bernardos (PT); Julio Carolino (PDT); Fabricinho (PSD); Robson Dutra (PSD) e Dr. Felipe Auni (PSD). Quaquá manteve nomes estratégicos da gestão anterior, como Fabrício Monteiro Porto, que continua como procurador geral do município, e Daylene da Silva Costa, que permanece como chefe de Gabinete. Outros seis secretários também foram reconduzidos aos seus cargos. No entanto, uma das nomeações gerou polêmica: o médico Marcelo Velho foi escolhido para assumir a secretaria de saúde, apesar de estar sob investigação da Polícia Federal por suposto desvio de recursos da saúde durante a gestão do ex-prefeito Fabiano Horta, da qual fazia parte.

Além dos já citados, o novo secretariado é composto por Arlen Pereira na Secretaria de Governo, André Casquinha em Transportes e Postura, Helter Ferreira em Meio Ambiente e Sustentabilidade, Filipe Bitencourt em Esportes, Xandi de Bambuí na Pesca, Jorge Castor em Relações Internacionais, Rony Peterson em Eventos, Marcinho da Construção em Engenharia Viária, Robgol no Bem-estar Animal, Marcus Bambam em Habitação, Brunna Tavares Índia na promoção das comunidades e Minha Casa Minha Vida, Wagner Soares em Agricultura, Rosana Horta em Trabalho e Emprego, Danilo Santos em Proteção e Defesa Civil, Rick Aquino na Defesa do Consumidor, Tatiana Castor na Secretaria da pessoa com deficiência e inclusão, Paulo Rogério Peixoto em qualidade de vida, bem-estar social e entretenimento.

Amarildo Ribeiro da Silva em Políticas para a Terceira Idade, Sabrina Alves em Ciência e Tecnologia, Pastor Sérgio em Assuntos Religiosos, Joab Santana de Carvalho em Planejamento, Orçamento e Gestão, Sheila Nazareth Rodrigues em Urbanismo e Planejamento Territorial, Matheus Gaúcho em Economia Solidária e Empreendedorismo social, Andressa Santos em Juventude e Participação Popular, Danielle Oliveira em Comunicação, José Carlos de Azevedo em Assistência social e Cidadania, Coronel Júlio César Veras em Segurança Pública e Cidadania, José Alexandre em Turismo, Márcio Jardim em Educação, Sady Bianchin em Cultura e Utopias, Birigu em Direitos Humanos, Paulo Rogério Mendes Peixoto em Bem-estar, Ingrid Bastos em Política e Direito das Mulheres, Ivana Melo em Representação e Articulação Institucional, e Fabrício Monteiro Porto na procuradoria geral do município.

Com esse novo arranjo, Quaquá busca dar continuidade a um projeto de gestão que visa consolidar Maricá como referência nacional em políticas públicas, turismo, cultura e inovação, ainda que enfrente críticas e desafios, especialmente nas áreas mais sensíveis como saúde e segurança.

Principais ações

De acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, o município de Maricá é composto por 197.277 cidadãos, sendo 545,61 habitantes por quilômetro quadrado. O salário

médio dos trabalhadores empregados formalmente é, em média 2,5 salários mínimos, de acordo com dados de 2022. Em 2021, o PIB per capita de Maricá foi de 511.810,82 reais, sendo, portanto, o maior PIB per capita no estado do Rio de Janeiro.

Em entrevista para o PGM Jogo do Poder¹⁷, dia 6 de abril de 2025, o prefeito de Maricá, Washington Quaquá (PT), afirmou que conversou com o Presidente Lula (PT) sobre como ele poderia aumentar a popularidade da gestão do governo federal. Dentre as alternativas, Quaquá destaca que o Presidente deveria investir em inovação e grandes projetos.

É assim que o novo – e antigo – prefeito de Maricá está atuando na sua terceira gestão do município. “As nossas utopias vão sair do papel”, é com essa promessa que o prefeito Washington Quaquá apresenta um ambicioso plano de reestruturação econômica e social para Maricá. É perceptível a sua pressa em inovar e ampliar as políticas de Maricá, até foguetes ele almeja e está articulando para que Maricá lance. Apesar disso, é notável que grandes críticas levantadas no período da eleição, como a questão da saúde, segurança, saneamento básico, energia e as dúvidas sobre as soluções para um fim próximo dos recursos advindos do petróleo, já estão sendo respondidas pelo prefeito em forma de políticas públicas.

Quaquá reforça constantemente em suas redes sociais a transformação e materialização do dinheiro do petróleo que é finito. Diante disso, ele aposta em grandes projetos que trazem visibilidade para o município. “Visionária e empreendedora” são as palavras definidas para essa gestão. Quaquá já visitou diferentes países como Espanha, Portugal e França, para tornar Maricá em uma economia do turismo mundial. O prefeito pretende atrair investimentos, tornar o município em um destino forte do turismo e diversificar a economia, empregando mais pessoas¹⁸. Ele reforça que todos os investimentos são para a economia das famílias, tendo em vista que a população local que irá ocupar os novos postos de trabalho¹⁹.

Para realizar tudo isso, Quaquá anunciou cortes nas seguintes áreas: Comissões de funcionários para participarem de reuniões, auxílio alimentação para os que ganham mais de 7 mil reais, FEMAR, o PPT e o Cota 10. Com esses cortes, ele informa que estão sendo economizados 512.356.000 reais por ano²⁰.

Quaquá vem destacando em suas redes sociais que os investimentos têm como foco a economia das famílias maricaenses. Em sua nova gestão, ele já anunciou 2,5 a 3 bilhões de reais²¹ em grandes obras, incluindo a licitação de 300 milhões de reais²² para obras em Itaipuaçu, o estudo para duplicação da Avenida Carlos Mariguella e a operação de “tapa buracos” com 130 a 150 equipes da Prefeitura, com a meta de eliminar todos os buracos da cidade em até três anos. No dia seguinte, Quaquá publica imagens de trabalhadores da Prefeitura asfaltando 10 km de asfalto em um dia²³.

Na saúde, uma das áreas mais criticadas nas eleições, a gestão investe em inovação com a criação do primeiro centro de tratamento de protonterapia contra o câncer no SUS, em parceria com a Universidade de Vassouras. O Hospital Ernesto Che Guevara foi ampliado, realizando as primeiras cirurgias bariátricas do

17 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=h87vWQfZh-M>> Acesso em: 11 de maio de 2025

18 Disponível em: <<https://www.instagram.com/reel/DHTFXIBu9bG/?igsh=MWk5MWlyeXFmNHF0OQ==>> Acesso em: 11 de maio de 2025

19 <https://www.instagram.com/reel/DHJTmHdJATt/?igsh=MWU3bnlmam81OWtIYQ==> > Acesso em: 11 de maio de 2025

20 Disponível em: <<https://www.instagram.com/reel/DHI9el9PpwO/?igsh=MVV5dnQ2ODRnczl4dQ==>> Acesso em: 11 de maio de 2025

21 Quaquá anuncia reestruturação econômica em Maricá. Correia da Manhã, 2025. Disponível em: <<https://www.correiodamanha.com.br/estado-do-rio/2025/01/175925-quaqua-anuncia-reestruturação-económica-em-marica.html>> Acesso em: 11 de maio de 2025

22 Disponível em: <<https://www.instagram.com/reel/DEYPPG6vdaC/?igsh=MXlwazExMW5naXQxNQ==>> Acesso em: 11 de maio de 2025

23 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DEaVmLIPDmf/?img_index=2&igsh=MXNyNDI0czJrdHowMw==> Acesso em: 11 de maio de 2025

município e oferecendo serviços como hemodiálise, endoscopias, biópsias e doação de órgãos. Dois novos projetos se destacam²⁴: o Hospital da Mulher e da Criança Dona Marisa Letícia²⁵ e um centro de medicina nuclear com tecnologia cubana de prevenção individualizada. A relação com Cuba se deve por conta da medicina de prevenção²⁶.

No campo da segurança, Quaquá reforça a Guarda Municipal, amplia a parceria com a Polícia Militar e implanta um Centro de Operações com tecnologia de ponta²⁷. Maricá foi escolhida para receber um projeto-piloto²⁸ de segurança pública e, segundo o jornal O Dia, tem se tornado referência no tema. O prefeito valoriza publicamente as operações que resultam em apreensões de armas, drogas e na prisão de criminosos. No fim de março, Quaquá anunciou que irá armar a Guarda Municipal²⁹.

Na educação, o prefeito anunciou aumento salarial e gratificação por desempenho para professores³⁰, além da construção de escolas de excelência como o CEPT de Inoã e o CEPT de Itapeba — este último, descrito como um campus de educação pública transformadora. Ele promete que o povo de Maricá estudará “em escolas melhores que as dos ricos”³¹. O Programa Passaporte Universitário foi aprimorado, com 60% das vagas para estudantes de escolas públicas ou bolsistas e 30% das vagas no curso de medicina reservadas para pessoas negras³².

Para fomentar o turismo, Quaquá apresentou projetos como a “Cidade Niemeyer”³³, com dez obras assinadas pelo arquiteto, incluindo teatro, hotel e estádio. Serão investidos cerca de 3 bilhões de reais. A cidade também terá o complexo “Samba, Futebol e Caipirinha”, o Hotel Samba em São José do Imbassaí, e o Parque Puy du Fou, que deve gerar 3 milhões de reais em arrecadação. A gestão investe em cultura com a criação da Secretaria de Cultura e Utopias, liderada por Sady Bianchin, e da Film Commission de Maricá, além de promover intercâmbios culturais com Cuba e a criação da Empresa de Cultura e Turismo.

No campo internacional, Quaquá firmou acordo em Lisboa para instalar uma fábrica de latinhas de pescado, com foco na economia azul. Durante o encontro mundial de investidores MIPIM, apresentou os projetos turísticos e destacou o potencial sustentável da cidade. No setor de energia, anunciou parcerias com a Enel, com a instalação de três usinas para os condomínios do Minha Casa Minha Vida e a distribuição de mil placas solares para famílias de baixa renda, através do programa “O Sol Nasce Para Todos”.

O prefeito também defende a integração logística e ferroviária com a viabilização da Estrada de

24 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DEf9xLsP_FJ/?igsh=MXI3bWdpnVsd3M1> Acesso em: 11 de maio de 2025

25 Disponível em: <<https://www.instagram.com/reel/DEdaedKvonG/?igsh=MWFpM3NnaGpxYmtlbg==>> Acesso em: 11 de maio de 2025

26 Disponível em: <<https://www.instagram.com/reel/DEzmfh4Oh98/?igsh=OHJ5M3FoenZ1bzM2>>

27 Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/DHv-NY5pvW/?igsh=MWo2bzEyeHV4OWprNw==>> Acesso em: 11 de maio de 2025

28 Maricá receberá projeto piloto em segurança pública. O Dia, 2025. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/marica/2025/01/6982455-marica-recebera-projeto-piloto-em-seguranca-publica.html>> Acesso em: 11 de maio de 2025

29 Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/DGbYvmEP3U3/?igsh=MW1kZ3NvNjdzcjV5YQ==>> Acesso em: 11 de maio de 2025

30 Quaquá anuncia armamento da Guarda Municipal como reforço à segurança pública de Maricá . Prefeitura de Maricá, 2025. Disponível em: <<https://www.marica.rj.gov.br/noticia/quaqua-anuncia-armamento-da-guarda-municipal-como-reforco-a-seguranca-publica-de-marica/#:~:text=O%20prefeito%20de%20Maricá%2C%20Washington,acelerado%20crescimento%20urbano%20do%20município.>> Acesso em: 11 de maio de 2025

31 Disponível em: <<https://www.instagram.com/reel/DHGdrBfOBcp/?igsh=MTFhcJrMXlrZzhmYg==>> Acesso em: 11 de maio de 2025

32 Disponível em: <<https://www.instagram.com/reel/DE7qkfux2V/?igsh=MTIqbGM4ZTY3ZTN1Nw==>> Acesso em: 11 de maio de 2025

33 Disponível em: <<https://www.instagram.com/reel/DFDHI8MJwbX/?igsh=MWE5OGF4aTA0dHNybw==>> Acesso em: 11 de maio de 2025

Ferro 118, conectando Maricá ao Porto de Itaguaí e ao Comperj, ampliando a capacidade produtiva e de escoamento da cidade. Na área de geração de empregos, está prevista a construção de um shopping center com estimativa de 3 mil novos postos de trabalho. E, para garantir que os programas sociais atendam quem realmente precisa, iniciou o recadastramento do Programa de Proteção do Trabalhador (PPT).

A gestão ainda busca tornar Maricá uma referência aeroespacial, com tratativas para a instalação de uma base de lançamento de foguetes em parceria com a Agência Espacial Brasileira. Com a frase “foguete não tem ré” como lema, Quaquá conduz um governo de grandes promessas e investimentos, tentando colocar Maricá, como ele repete, “no centro do mundo”.

Desafios enfrentados nos 100 dias

Período de estiagem

Maricá passa por um período de estiagem severa. Quaquá recebe diversas críticas a respeito desse assunto, mas ele reforça que a água foi privatizada no estado do Rio de Janeiro, o que o deixa sem muito poder de ação, além de afirmar que não se trata de uma competência municipal. Todavia, Quaquá afirma que está investindo 350 milhões em obras de saneamento e carros pipa emergencial para a situação atual. Coleta e a transformação de material coletado. Ele quer implantar uma indústria de transformação de plástico, vidro e metais para transformar em materiais utilizáveis. Ele diz querer implantar uma indústria de vidro, já que o Brasil não tem nenhuma. Ele fala sobre os catadores e sobre manter a dignidade dessa categoria. Diz que eles precisam de maquinários e proteção a essas pessoas, criando uma cooperativa para que os trabalhadores “não se misturem com o lixo”

Quaquá irá destinar 350 milhões de reais para fazer uma ETE, estação de tratamento com emissário submarino em Itaipuaçu; vai finalizar o recanto de Itaipuaçu; finalizar o Jardim Atlântico Leste; e vai levar saneamento para o Minha Casa Minha Vida de Inóa; vão limpar o canal de Ponta Negra e fazer uma ETE, também. De Ponta Negra à Itaipuaçu serão realizadas obras de saneamento para que tenha mais de 60% de cobertura de saneamento em Maricá, ele informa que hoje a cobertura é de 6%

Paralisação dos professores

Em suas redes, Quaquá recebe diversas críticas a sua política de cortes, especialmente relacionado ao corte do auxílio alimentação dos servidores públicos que recebem acima de 7 mil reais. Quaquá traz em seu discurso a defesa dos trabalhadores, a importância da economia ser uma economia das famílias, gerando empregos para a população local. A medida de cortar o auxílio alimentação se demonstra amplamente impopular, gerando a paralisação dos professores. Enquanto isso, a categoria está mobilizada para pressionar, no meio digital e externo.

Em suas redes, o prefeito ameaçou cortar o ponto dos professores que aderirem a paralisação de 1 dia. . A reação aos cortes do auxílio alimentação dos servidores é vista de forma muito negativa por seu público no Instagram, que comenta diversas vezes em suas postagens – mesmo as que não estão relacionadas ao assunto –, criticando a ação. Alguns argumentam que o prefeito quer realizar obras “megalomaníacas” e “faraônicas” e está cortando um direito básico; como também mencionam o ex-prefeito com saudosismo.

A população de Maricá pode esperar para os próximos meses a construção dos projetos assinados pelo prefeito, que prometem dar continuidade ao modelo de desenvolvimento local baseado na justiça social e no investimento público estratégico. Entre as propostas prioritárias estão a ampliação da infraestrutura urbana

na, a criação de novos equipamentos públicos de saúde e educação, além da consolidação do polo tecnológico e do complexo industrial. Esses projetos visam fortalecer a economia solidária, gerar empregos e garantir qualidade de vida para a população, sobretudo nas áreas mais periféricas do município.

Baixada Fluminense

Duque de Caxias

Mônica Gonçalves

Com uma população de 808.161 cidadãos, sendo 1.729,36 habitantes por quilômetro quadrado, de acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, o município de Duque de Caxias enfrenta diversos desafios quanto à gestão local. Ainda de acordo com o IBGE, o salário médio dos trabalhadores empregados formalmente é, em média 2,4 salários mínimos, de acordo com dados de 2022. Em 2021, o PIB per capita de Duque de Caxias foi de 57.170,07 reais, sendo, portanto, o 19º maior PIB per capita no estado do Rio de Janeiro.

Início do governo

A disputa pela vaga de prefeito em Duque de Caxias na eleição de 2024 foi decidida no primeiro turno com a vitória de Netinho Reis (MDB) com 54% dos votos. A atuação de Netinho Reis à frente do Executivo municipal tem um ar de negócio familiar. Netinho é herdeiro político do seu tio, o ex-prefeito do município Washington Reis (MDB), que atualmente ocupa o cargo de secretário estadual de Transportes. A vitória de seu sobrinho é resultado do trabalho que Washington Reis teve ao longo de sua carreira para eleger seus irmãos em todas as esferas de poder Legislativo. Junior Reis (MDB) é vereador em Duque de Caxias, Rosenverg Reis (MDB) é deputado estadual (MDB) e Gutemberg Reis (MDB) é deputado federal. Apesar de ser secretário estadual, Washington Reis (MDB) está sempre presente nos eventos em que o prefeito participa.

Antes mesmo de tomar posse, Netinho Reis (MDB) foi alvo de busca e apreensão em uma operação da Polícia Federal que investigou a suspeita de compra de votos e fraude no financiamento da campanha eleitoral de 2024, quando ocorreu a prisão de um empresário que possuía empresas que prestam serviços para a Prefeitura de Duque de Caxias. O empresário foi flagrado às vésperas da eleição com uma soma de quase dois milhões de reais e uma lista de nomes de vereadores de Duque de Caxias. Na casa de Netinho, foram recolhidos dois aparelhos celulares que estavam escondidos em seu freezer. Há duas investigações sobre o grupo político da família Reis.

A família Reis também esteve envolvida com a fraude dos cartões de vacina do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Braço direito da família Reis no município, o secretário de governo que esteve à frente da pasta entre 2017 e 2023 foi preso, acusado de ter sido o responsável pela fraude no comprovante de vacina contra Covid-19 de Bolsonaro em 2022, antes da viagem do ex-presidente para os Estados Unidos.

De acordo com ranking feito com base no patrimônio dos candidatos a prefeito no Brasil em 2024, Netinho Reis (MDB) é atualmente o prefeito que possui maior patrimônio, ou seja, é o mais rico do país. Em suas redes sociais, segue o padrão adotado pelo tio Washington, com muitas postagens sobre suas realizações feitas para o município e encontro com lideranças políticas. A atuação inicial de Netinho demonstra que seu governo é de continuidade tanto nas relações com os vereadores, quanto na sua forma de comunicação e atividades

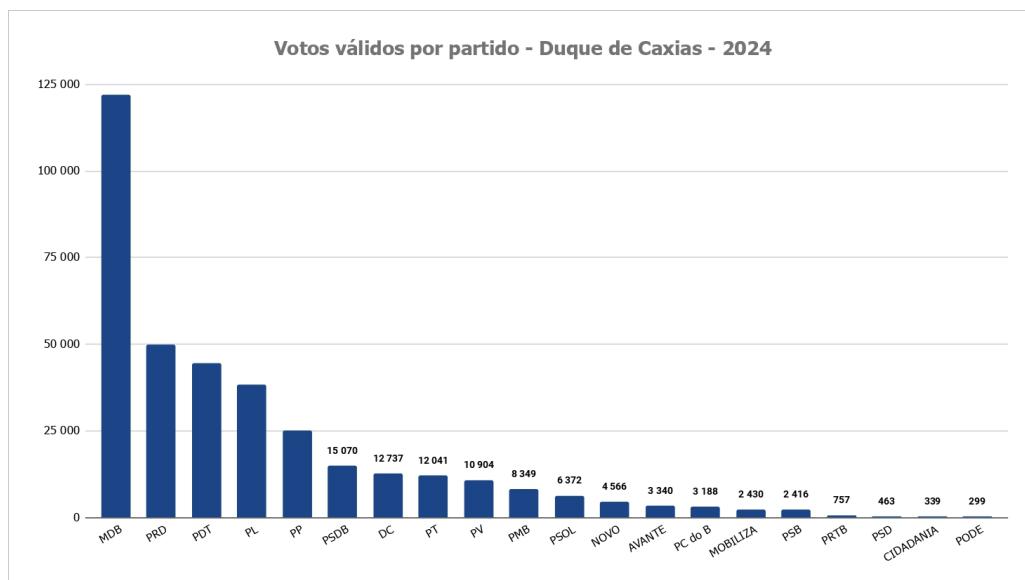
que realiza. O site oficial e redes sociais da Prefeitura de Duque de Caxias mantém o volume de postagens, com mudança apenas na logo do município, que trouxe de volta o brasão da cidade, agora estilizado.

A única novidade observada em relação aos dois mandatos anteriores exercido por seus tios é de uma atuação da vice-prefeita Aline Ribeiro (Solidariedade), que busca marcar presença nas atividades das secretarias que seu grupo político representa, como em lançamento de programas ou obras, inaugurações, entre outros. A vice-prefeita é esposa do deputado federal Áureo Ribeiro (Solidariedade), que faz parte do grupo de aliados dos Reis desde o segundo turno da eleição para prefeito em 2016, quando apoiou Washington no segundo turno. Desde então, Áureo indica nomes para ocupar importantes secretarias e em 2024 indicou sua esposa para compor a chapa de Netinho.

Na publicação dos cem dias de governo, a Prefeitura apresentou os programas e obras iniciados da gestão de Netinho. Foram eles: Programa de Economia Circular; RJ Digital; Educa Caxias; Remédio em Casa; Caça Fios; Abraço Mulher; Jogue Limpo; IPTU Zero; Feira do Empreendedor; início da Reforma do Parque Natural da Taquara; Complexo Educacional; Ponte do Pilar; asfaltamento de ruas; Salário em dia; aquisição de viaturas para a Guarda Municipal, Torre de monitoramento 24h; Licitação da Casa do Autista, ampliação do Tarifa Zero; autorização do concurso para a Guarda Municipal Armada.

Composição da Câmara de Vereadores

Observa-se uma redução do número de partidos de 12 para nove partidos com representação na Casa Legislativa de Duque de Caxias.



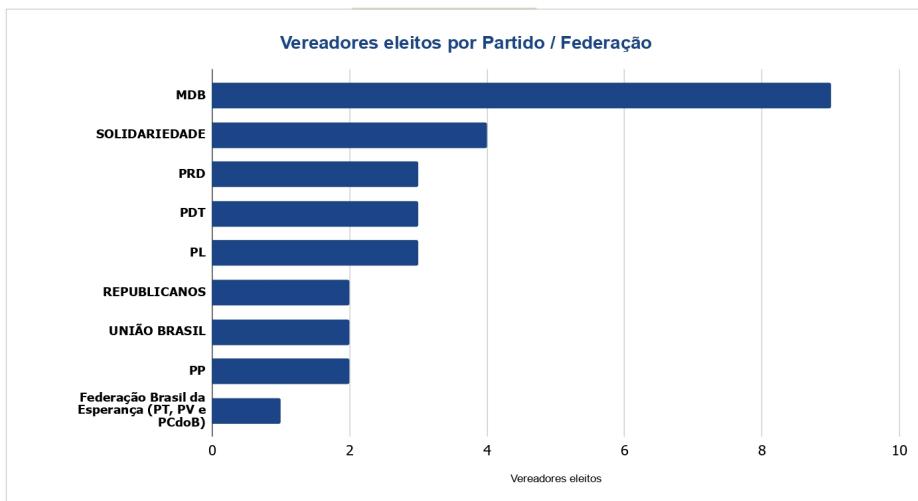
Fonte: TSE

Dos concorrentes ao cargo de vereador, apenas 81 podem ser considerados candidatos competitivos, ou seja, alcançaram pelo menos 10% do quociente eleitoral. O principal destaque foi o desempenho do MDB, que trouxe para si os vereadores mais votados de 2020 e conseguiu o feito de ter um terço das vagas da Câmara. O partido, que naquela eleição conseguiu sete cadeiras, teve o último colocado, Marquinho da Pipa, com 4.161 votos. A estratégia adotada pela sigla o fez conseguir mais duas vagas, alcançando um total de nove cadeiras na Câmara de Vereadores.

Na comparação da configuração da Câmara de 2020 e 2024, o partido que mais ganhou cadeiras foi

o PDT, que não tinha nenhum representante, e passou a ter três. O PL, o PP e o MDB ganharam duas cadeiras. Os únicos partidos que não estiveram coligados com o MDB dos Reis foram o União Brasil, que obteve duas cadeiras, e o PV, que integra a Federação Brasil da Esperança com o PT e o PCdoB, que só possui uma vaga na Casa Legislativa do município, e é a única representante da esquerda.

Composição da Câmara de Vereadores em Duque de Caxias por Partido/Federação



Fonte: TSE

A permanência da gestão de Netinho em relação à gestão de seu tio se mostra também na relação com a Câmara, tendo seus aliados na composição da Mesa Diretora, que recebeu apenas um novo integrante, o vereador Marcelo Cardoso, o Catiti (PDT).

Composição da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Duque de Caxias



Presidente



1º Vice-presidente



2º Vice-presidente



1º Secretária



2º Secretário

Fonte: Boletim Oficial de Duque de Caxias

A aliança entre a família Reis (MDB) e o deputado federal Áureo Ribeiro (Solidariedade) não se verifica na distribuição das vagas na mesa diretora da Câmara. A despeito de ter sido o segundo partido com maior representação no Legislativo, os apoiados de Áureo só conseguiram se manter nas secretarias que já ocupavam.

Outra forma encontrada pela família Reis de coordenar a presença das lideranças nos espaços de poder do município é através da distribuição de cargos de secretarias. Esta estratégia utilizada pela gestão Reis (2017 - 2024) previa não apenas a distribuição, como também a criação de novas secretarias onde pode alocar algum vereador aliado. Desta forma, o candidato que estava numa vaga de suplentes pode assumir uma cadeira na Câmara Municipal. Dentre os 29 vereadores eleitos nesta eleição, sete ocuparam função de secretários municipais entre 2017 e 2024, sendo que cinco deles já são vereadores com longa trajetória na Câmara.

A equipe de governo de Netinho Reis

Entre os meses de dezembro de 2024 e janeiro de 2025, Netinho anunciou nas suas redes sociais os nomes de alguns dos componentes do seu gabinete e secretariado. Chamou atenção dentre as publicações de Netinho a nomeação de um ex-vereador pelo PP, o Chiquinho Grandão, para uma secretaria especial que não possui uma especificação, restando dúvidas sobre qual a atribuição do ex-vereador no governo de Netinho. Além desta, criou duas novas secretarias: Secretaria Municipal de Atenção à Pessoa com Deficiência, que ficou com o vereador Junior Uios (MDB) e a Secretaria Municipal de Gestão e Inclusão, e excluiu a Secretaria Municipal de Eventos. Ele também criou uma sub-Prefeitura, mas até o momento somente foi nomeado ocupante para a vaga do 1º distrito, região com o maior população, e com a menor atuação da família Reis, que tem como base o distrito de Xerém, no outro extremo do território

A distribuição de secretarias municipais para vereadores marcou a relação do governo Washington Reis com eles, sendo seu auge no ano de 2022, quando havia 10 vereadores ocupando uma secretaria, ou seja, 40% dos secretários municipais. Atualmente o secretariado de Netinho conta com sete secretários-vereadores, dentre os quais três deles ocupam a vaga desde a gestão do tio. São eles: Serginho (MDB), Sandro Lelis (MDB) e Boquinha (Solidariedade).

Além destes, outros dois vereadores “herdaram” as secretarias de aliados de Washington Reis, como a Secretaria de Proteção Animal, que ficou com a vereadora Michele Tavares (PDT), irmã do antigo ocupante da pasta, o deputado Federal Marcos Tavares (PDT); e a Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda, que passa a ser conduzida pelo irmão do deputado Arthur Monteiro (Podemos), o vereador estreante Giorgio Monteiro (PP). O vereador Junior Uios (MDB) foi a única novidade, passando a ocupar uma secretaria recém criada, a Secretaria de Atenção à Pessoa com Deficiência. Outra permanência de aliança política se mostra no caso da Secretaria de Educação, ocupada por Iracema Medeiros, apadrinhada do deputado Áureo (Solidariedade) ainda na gestão de Wilson Reis;

Dentre os secretários de Netinho outros que fizeram parte da equipe de governo de seu tio são o Secretário de Fazenda, Carlos Mello e Aroldo Brito, que agora ocupa a Secretaria de Cultura e Turismo, ambos integrantes do governo desde 2017, além do Jonas dos Santos, ex-presidente da Fundec e atual secretário de Habitação, Valber Januário, Secretário de Obras. Para esta Secretaria de Governo, Netinho nomeou Luciana Ribeiro Gomes Bertella, que atuou como Controladora Geral na gestão anterior. Esta secretaria ficou desocupada durante os anos de 2023 e 2024, desde que João Brecha, braço direito de Washington Reis (MDB), foi

preso devido a fraude nos cartões de vacina de Bolsonaro.

Nesta gestão de Netinho um dos integrantes da antiga equipe de João Brecha, Douglas Rhanieri, foi promovido a Chefe de Gabinete. De acordo com o relatório da Polícia Federal, Douglas tinha ciência “em relação aos crimes de inserção de dados falsos de vacinação contra a Covid-19 em nome do ex-Presidente Jair Messias Bolsonaro e sua posterior exclusão.”, mas não foi indiciado por falta de provas sobre sua participação na fraude.

A nomeação de vereadores em secretarias municipais pode ser também uma forma de abrir espaço para aqueles que apoiaram o prefeito nas eleições, mas não conseguiram uma cadeira na Câmara Municipal. Foi o caso da vereadora Leide (Republicanos), que após seis mandatos consecutivos não conseguiu se eleger, mas foi nomeada para a Secretaria de Defesa dos Direitos da Terceira Idade. Além disso, com a nomeação dos cinco vereadores eleitos, candidatos que ficaram na posição de suplentes passaram a assumir uma vaga na legislatura. Com este movimento o partido do prefeito, o MDB se beneficia mais, pois pode dar mais projeção a três vereadores que ficaram na suplência, e em relação aos demais partidos, torna possível ao executivo a manutenção do controle sobre os partidos beneficiados, sob o risco de perder o poder que o controle de uma secretaria pode dar.

VEREADORES QUE OCUPAM CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL³⁴



Esporte e Lazer
Serginho (MDB)



Prefeito
Netinho Reis (MDB)



Defesa dos Direitos da Terceira Idade
Leide (Republicanos)



Atenção à Pessoa com Deficiência
Júnior Ulios (MDB)



Trabalho, Emprego e Renda
Giorgio Monteiro (PP)



Transportes e Serviços Públicos
Sandro Lelis (MDB)



Proteção Animal
Michele Tavares (PDT)



Assistência Social e Direitos Humanos
Boquinha (Solidariedade)

Fonte: Boletim Oficial de Duque de Caxias

A disputa pelo espaço político em Duque de Caxias

Um importante líder local que o governo Reis busca manter sob controle é o vereador Serginho (MDB), tendo sido o mais votado do município, com 24 mil votos. Ele permaneceu na Secretaria de Esportes e Lazer,

³⁴ Nomeações correspondem ao mês de abril de 2025.

que à primeira vista parece pouco importante, mas que o permitiu dobrar sua votação, comparando 2020 com 2024. Este vereador também desenvolve um trabalho contínuo com os evangélicos, mantendo reuniões de oração regulares em seu galpão. O campeão de votos desistiu de concorrer a uma vaga no Legislativo estadual em 2022 para apoiar o candidato da família Reis, mas já foi anunciado, em postagem do deputado federal Marcos Tavares (PDT) como futuro candidato em 2026.

Serginho e diversos vereadores da base aliada de Netinho estiveram em reunião com o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), que pretende se candidatar ao cargo de governador do estado e faz parte de um grupo político oposto ao da família Reis, que é bolsonarista. Essa aproximação com um grupo político rival ao dos Reis foi articulada por Marcos Tavares (PDT), o que lhe rendeu a nomeação de sua irmã, a vereadora Michele Tavares (PDT), para o cargo de Secretária de Proteção Ambiental após o prefeito Netinho ter dividido a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Proteção Animal.

Com a quase totalidade dos vereadores compondo a base aliada ao governo, a oposição declarada na Câmara agora é feita pela vereadora Andréia Zito (PV), filha do ex-prefeito Zito, derrotado na eleição para o Executivo municipal. Ela tem tido postura ativa nas redes sociais, criticando os problemas do município e apresentando as indicações que leva ao plenário da Câmara. A coligação da qual Zito (PV) fez parte moveu uma representação contra a chapa de Netinho Reis (MDB) e Aline Ribeiro (Solidariedade) pedindo a cassação de seus mandatos, acusando-os de abuso de poder político. Conforme divulgado na mídia, o Ministério Público Eleitoral reconheceu que o lançamento da política pública de oferta de transporte público com tarifa zero às vésperas da eleição beneficiou o candidato da situação. Zito tem vista a possibilidade de realização de eleições complementares, caso seja aceita a cassação do prefeito Netinho Reis.

Uma eleição suplementar em Duque de Caxias poderia abalar o frágil equilíbrio conquistado pela família, que apesar de ter sido beneficiada nos arranjos políticos iniciados por Washington em 2016, tem na sua sombra muitos interessados em disputar o espaço político do segundo maior colégio eleitoral do estado. Além dos já mencionados vereador Serginho (MDB) e deputado federal Marcos Tavares (PDT), o deputado federal Áureo Ribeiro (Solidariedade) poderia ser uma forte ameaça ao controle dos Reis sobre o município, visto que entre os três há uma atuação mais marcante nos níveis federal e estadual. No governo do estado Áureo conseguiu indicar sua irmã ao cargo de Secretária Estadual de Cultura, a qual tem atuado em todo estado do Rio de Janeiro, e no nível federal atua como líder do seu partido na Câmara dos Deputados.

Na sua atuação à frente do governo, Netinho segue o padrão do tio, se apresentando como um político articulado, com entrada em diversos níveis. Em suas redes sociais, Netinho publica vídeos com diversas lideranças políticas em todos os níveis. No nível estadual, o prefeito de Caxias postou material com a presença do governador Cláudio Castro (PL), em outras situações com o presidente da ALERJ, Rodrigo Bacellar (União Brasil), e também com o secretário Estadual de Ambiente e Sustentabilidade, Bernardo Rossi (Solidariedade). Em nível nacional há encontros com parlamentares em Brasília como o atual presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos), Sóstenes Cavalcante (PL), Alexandre Ramagem (PL), Pazuello (PL) e Dr. Luizinho (PP). Finalmente, buscando uma articulação no nível regional imediato, ele esteve com prefeitos de outros municípios como Dudu Reina (PP), de Nova Iguaçu, e Leo Vieira (Republicanos), de São João de Meriti.

Belford Roxo

Isabel Uchôa

As eleições municipais de 2024 em Belford Roxo foram palco de uma disputa entre antigos aliados: Wagner Carneiro, o Waguinho (Republicanos), e Márcio Canella (União Brasil). Os dois candidatos constituíram uma parceria até 2022, quando Waguinho apoiou a candidatura de Lula à Presidência da República e Canella declarou apoio a Bolsonaro na ocasião. Anteriormente, o candidato pelo União Brasil tinha sido eleito vice-prefeito na chapa de Waguinho, nas eleições de 2016. Nas eleições de 2024, o então prefeito pelo Republicanos lançou em seu nome a candidatura de seu sobrinho Matheus do Waguinho, que contracenou a disputa pela Prefeitura com Márcio Canella.

O vencedor na disputa foi Canella, com 62,88% dos votos (155.229 votos). Anteriormente, ele tinha sido eleito deputado estadual pela primeira vez em 2014 e reeleito em 2018 e 2022. Em 2024, a coligação de sua candidatura, Belford Roxo de Todos Nós, era composta por União Brasil, PP, PL, DC, Mobiliza, Avante, PSDB, Cidadania, PRTB e MDB. Ao lado de Marcelo Canella, seu irmão, como Chefe de Gabinete, o ex-deputado irá governar pelos próximos quatro anos o município de Belford Roxo pela primeira vez, traçando uma transformação no grupo que comanda a região.

Matheus do Waguinho (Republicanos), por sua vez, concorreu à uma eleição pela primeira vez em 2024 e compôs a chapa Belford Roxo Vai Continuar Avançando (Federação Brasil da Esperança - PT/PCdoB/PV; PDT, PSD, Solidariedade, Podemos, Agir e PRD). O sucessor de Wagner Carneiro alcançou o segundo lugar na disputa e obteve 35,20% dos votos (86.887 votos). Outros candidatos que concorreram no pleito foram Marquinho da Farmácia (MDB), Assis Freitas (PSB) e Vinicius Crânio (PSOL).

A princípio, o cenário político que tinha sido desenhado no início da corrida eleitoral de 2024 indicava que o MDB apoiaria a candidatura de Márcio Canella (União Brasil). Contudo, com o lançamento da candidatura de Celso do Alba (União Brasil) à Prefeitura de Duque de Caxias, Marquinho da Farmácia foi o nome anunciado pelo MDB à disputa em Belford Roxo. Isso porque a candidatura de Celso tornou o União Brasil rival da hegemonia emedebista em Duque de Caxias, liderada na região da Baixada Fluminense por Washington Reis e representada naquela eleição por Netinho Reis (MDB), sobrinho do ex-prefeito do município. Assim, foi lançada a candidatura de Marquinho da Farmácia (MDB), com objetivo de enfrentar o União Brasil em Belford Roxo. A candidatura do emedebista, porém, foi considerada inapta.

Vinicius Crânio (PSOL), advogado e ambientalista, foi o candidato do PSOL na disputa pela Prefeitura de Belford Roxo. Ele já havia concorrido à vereança do município em 2020, mas não foi eleito. Com apoio com Glauber Braga e Talíria Petrone, seus copartidários, Vinicius não conseguiu agregar outros partidos localizados à esquerda do espectro político-ideológico em uma chapa no município, visto que as outras legendas à esquerda optaram por apoiar o nome do sucessor de Waguinho, figura aliada a Lula na região. O candidato

alcançou o terceiro lugar no pleito, com 1,09% dos votos totais (2.690 votos).

Assis Freitas, presidente municipal do PSB, concorreu pela segunda vez a prefeito de Belford Roxo. O candidato natural de Cuité (PB) foi eleito suplente a deputado federal em 2022. Anteriormente, já havia disputado eleições à Câmara Municipal de Belford Roxo em 2004 pelo PT, à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em 2018 também pelo PT e à Câmara dos Deputados em 2022 pelo PCdoB, sendo suplente nos três casos. Apoiado pelo presidente estadual do partido e ex-deputado Alessandro Molon, o candidato não compunha uma coligação eleitoral. Ele foi o quarto candidato mais votado, recebendo 0,83% da votação total do pleito, correspondente a 2.042 votos.

A composição da Mesa Diretora

Quanto à composição da Mesa Diretora, observa-se uma predominância de vereadores ligados ao prefeito Márcio Canella. Eleito vereador por sete vezes consecutivas e cinco vezes presidente da Câmara, Markinho Gandra (União Brasil) é o parlamentar eleito para presidir a Mesa Diretora. O vereador é aliado de Canella, o que cria para o prefeito um cenário favorável em relação à Câmara Municipal.

Entre os membros da Mesa, apenas Nuna do Waguinho (PSD), o 1º vice-presidente, e Filipe Jesus (PT), o 2º vogal, não apoiaram a campanha de Márcio Canella durante as eleições de 2024. Enquanto Nuna apoiou o candidato sucessor do ex-prefeito Waguinho, o petista não esteve relacionado a nenhuma campanha à Prefeitura. Quanto aos outros membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Belford Roxo, todos foram aliados de Canella durante a campanha eleitoral. No caso da vice-presidência, a Mesa é composta por: Nuna do Waguinho (PSD), o 1º vice-presidente, Regina do Valtinho (PSDB), a 2ª vice-presidente e única mulher eleita vereadora no município, Rodrigo Gomes (MDB), o 3º vice-presidente e Telminho (Progressistas), o 4º vice-presidente. Os secretários são: Rodrigo com a Força do Povo (PL), 1º secretário, Juninho Pica Pau (Solidariedade) ocupando a posição de 2º secretário, Ribeiro (PSDB) enquanto 3º secretário e Angelo Ramos Anjinho (União Brasil) como 4º secretário. Quanto aos vogais, foram eleitos Sidney Canella (União Brasil) enquanto 1º vogal e Filipe Jesus (PT) como 2º vogal.

A composição da Câmara Municipal a partir dos resultados do último pleito

Belford Roxo elegeu, em 2020, um total de 25 vereadores. O partido com maior representação na Câmara Municipal naquele ano foi o MDB, com oito parlamentares eleitos. O PSL foi o segundo partido com maior número de cadeiras ocupadas, visto que elegeu três vereadores. O PDT, Solidariedade, PP, PRTB, PSDB e o PL elegeram dois representantes, enquanto o Republicanos e o DEM elegeram um parlamentar. Abaixo, o gráfico apresenta a distribuição de cadeiras na Câmara por partido.

Tabela - Partidos que obtiveram assentos na Câmara Municipal de Belford Roxo em 2020

PARTIDOS	VEREADORES ELEITOS EM 2020
MDB	8
PSL	3
PDT	2
Solidariedade	2
PP	2

PRTB	2
PSDB	2
PL	2
Republicanos	1
DEM	1

Naquele pleito, os vereadores mais votados foram Fabinho Varandão (MDB), Armandinho Penélis (MDB), Igor Feio (MDB), Markinho Gandra (PDT) e Marcelo Irineu (Republicanos). É possível observar que os candidatos mais votados eram filiados ao MDB, partido líder na disputa pela Câmara naquela eleição e ao qual o então prefeito reeleito na ocasião, Waguinho, era filiado.

Tabela - Vereadores eleitos em Belford Roxo em 2020

Candidato	Partido	Número de votos
Fabinho Varandão	MDB	3.789
Armandinho Penélis	MDB	3.749
Igor Feio	MDB	3.486
Markinho Gandra	PDT	3.461
Marcelo Irineu	REPUBLICANOS	3.272
Nelci Praça	MDB	3.101
Rodrigo Gomes	MDB	3.094
Sidney Canella	MDB	3.046
Dudu Canella	PSL	3.043
Tuninho Medeiros	MDB	2.937
Matheus Igual A Você	SOLIDARIEDADE	2.933
Cristiane do Sobreira	PP	2.871
Rodrigo Com A Força do Povo	PRTB	2.856
Eduardo Araújo	MDB	2.622
Teixeira do Carvão	DEM	2.481
Amigo Binho	SOLIDARIEDADE	2.447
Nuna do Waguinho	PSDB	2.369
Henrique Farofa	PSL	2.297
Igo Menezes	PT	2.094
Danielzinho	PL	2.004
Telminho	PSL	1.952
Regina do Valtinho	PP	1.866
Fabinho de Heliópolis	PRTB	1.722
Julio Piu	PSDB	1.642
Ribeiro	PL	1.528

No pleito de 2024, o partido que conquistou o maior número de vereadores eleitos foi o Republicanos, com seis cadeiras ocupadas na Câmara Municipal de Belford Roxo, seguido pelo União Brasil, que elegeu quatro vereadores e o Agir, que elegeu três parlamentares. O PL, PSD, PT e PSDB conquistaram, cada, duas cadeiras na Câmara, enquanto o PDT, PP, MDB e Solidariedade, um assento.

Tabela - Partidos que obtiveram assentos na Câmara Municipal de Belford Roxo em 2024

PARTIDOS	VEREADORES ELEITOS EM 2024
Republicanos	6
União Brasil	4
AGIR	3
PL	2
PSD	2
PT	2
PSDB	2
PDT	1
PP	1
MDB	1
Solidariedade	1

Os vereadores mais votados nas eleições de 2024 no município de Belford Roxo foram Markinho Gandra (União Brasil), Sidney Canella (União Brasil), Julio Piu (Agir), Teixeira do Carvão (Republicanos) e Henrique Farofa (PL). Entre os cinco candidatos mais votados, dois — Julio Piu e Teixeira do Carvão — apoiaram a campanha de Matheus do Waginho (Republicanos) e compunham o grupo ligado ao ex-prefeito, enquanto três — Markinho Gandra, Sidney Canella e Henrique Farofa — declararam apoio à candidatura do prefeito eleito Márcio Canella (União Brasil).

Tabela - Vereadores eleitos em Belford Roxo em 2024

CANDIDATOS ELEITOS 2024	PARTIDO	NÚMERO DE VOTOS
Markinho Gandra	União Brasil	5.193
Sidney Canella	União Brasil	4.140
Julio Piu	AGIR	4.042
Teixeira do Carvão	Republicanos	3.934
Henrique Farofa	PL	3.596
Armandinho Penélis	Republicanos	3.498
Vitor do Gelo	PSD	3.268
Nuna do Waginho	PSD	3.186
Rodrigo com a Força do Povo	PL	3.180
Amigo Binho	Republicanos	3.080

Dudu Canella	União Brasil	3.004
Matheus Igual a Você	Republicanos	2.993
André Feijão	PDT	2.939
Marcelo Irineu	Republicanos	2.912
Filippe Jesus	PT	2.905
Telminho	PP	2.755
Regina do Valtinho	PSDB	2.639
Rodrigo Gomes	MDB	2.606
Tuninho Medeiros	Republicanos	2.605
Dudinho	AGIR	2.483
Juninho do Pica-Pau	Solidariedade	2.483
Alex Abençoado	AGIR	2.458
Angelo Ramos Anjinho	União Brasil	2.452
Igo Menezes	PT	2.401
Ribeiro	PSDB	1.876

A partir dos dados apresentados acima, é possível observar que o MDB sofreu uma queda de oito vereadores eleitos em 2020 para apenas um em 2024. Essa transformação ocorreu devido ao movimento migratório partidário do grupo hegemônico de Waginho ao União Brasil e, posteriormente, ao Republicanos. Em 2021, o então prefeito de Belford Roxo filiou-se ao PSL e presidiu a sigla a nível estadual. Em 2022, o PSL fundiu-se ao DEM e tornou-se o União Brasil. No ano de 2023, Waginho migrou para o Republicanos, assumindo a sua presidência estadual.

O PSL e o DEM, fundidos em 2022 e que em 2020 totalizavam, juntos, quatro parlamentares eleitos à Câmara, em 2024 mantiveram seu número de assentos: o União Brasil, segundo maior partido da Câmara, elegeu quatro vereadores. O PDT, o Solidariedade e o PP perderam uma cadeira em 2024. O PRTB, por sua vez, não elegeu nenhum vereador à Câmara Municipal de Belford Roxo em 2024. O PSDB manteve dois assentos em 2024, mesmo número que o obtido em 2020.

O grande salto foi feito pelo Republicanos, que em 2020 havia eleito apenas um parlamentar e em 2024 tornou-se a maior bancada, com seis vereadores, em virtude da migração do ex-prefeito ao partido, agregando seus aliados à sigla. As novidades na Casa Legislativa Municipal estão na integração de parlamentares filiados ao Agir — que chamava-se PTC, até o ano de 2022 —, ao PSD e ao PT. Sete entre os 25 vereadores de Belford Roxo, portanto, são filiados a partidos que não ocupavam cadeiras após o fim das eleições de 2020 — desconsiderando o União Brasil, visto que ele é fruto da fusão entre dois partidos que possuíam representação na Câmara.

Márcio Canella (União Brasil) construiu ao longo dos últimos anos, desde quando ainda era aliado de Waginho, articulações com atores da ala bolsonarista. Aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro, do governador Cláudio Castro (PL), do presidente da ALERJ, Rodrigo Bacellar (União Brasil), e do ex-prefeito de Duque de Caxias e atual secretário de Transportes do estado, Washington Reis (MDB), Canella faz parte de alianças

bolsonaristas no estado do Rio de Janeiro, compostas por diversos líderes, sendo ele um ator importante representante de Bolsonaro na Baixada Fluminense. Ao fim de março, Canella reuniu-se, ao lado de secretários e vereadores, com Rueda, o presidente nacional de seu partido, o União Brasil, para discutir a liberação de recursos ao município de Belford Roxo.

As secretarias de governo

Quanto às secretarias do governo Canella, a tabela a seguir apresenta a distribuição das 26 pastas, além do cargo de chefe de Gabinete, controlador geral, procurador geral, presidente do Fundo Municipal de Saúde e presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Belford Roxo (PREVIDE):

Tabela - Secretarias de governo e cargos anteriores dos agentes

Cargo	Nome	Já foi vereador?	Observação
Chefe de Gabinete	Marcelo Correia da Silva (Marcelo Canella)	Não	Atuou enquanto vice-prefeito após a saída de Márcio Canella do cargo e foi eleito em 2020, ao lado de Waguinho
Secretário da Casa Civil	Alexsander Leite Castricini	Não	A ele foi concedida a Medalha Engenheiro Belfort enquanto era secretário municipal da Casa Civil em 2021
Controladora Geral do Município	Monica Barboza Pinheiro	Não	
Procurador Geral	Rafael Alves de Oliveira	Não	Atuou como procurador geral em Nova Iguaçu entre 2017 e 2021
Secretário municipal de Comunicação Social	Marcos Paulo Ribeiro Lopes	Não	
Secretário municipal de Licitações e Compras	Fabio dos Santos Araujo	Não	
Secretário municipal de Administração	Claudecir Souza dos Reis	Não	Foi um dos membros da Comissão de Transição do novo Governo publicado no ato oficial em 1 de novembro de 2024 e os nomes indicados no ofício n.º 085/2024.
Secretário de Assistência Social, Cidadania e do Combate à Fome	Diogo Bastos Xavier	Suplente (2016)	Foi candidato a vereador em 2016 pelo PRTB e foi suplente. Também foi suplente a deputado estadual em 2014 pelo PRB.
Secretário municipal de Governo	Carlos Eduardo Pereira da Silva (Dudu Magalhães)	Não	Foi indiciado em 2019 pela Polícia Civil por organização criminosa, fraude de licitações, falsidade ideológica, peculato e lavagem de dinheiro.
Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação	Alan Braga de Souza	Não	

Secretário de Conservação	Clécio Jeferson de Santana Leal	Não	
Secretária de Educação	Sheila Boechat Ferreira	Não	Junto a Dudu Magalhães, foi indiciada em 2019 pela Polícia Civil por organização criminosa, fraude de licitações, falsidade ideológica, peculato e lavagem de dinheiro. A investigação aponta que Sheila teria atuado enquanto funcionária fantasma em um esquema de rachadinhos na Prefeitura.
Secretário de Cultura	André Luiz Carvalho	Não	
Secretário de Esporte e Lazer	Fabio Augusto de Oliveira Brasil (Fabinho Varandão)	Sim (2016 e 2020)	Eleito vereador em 2016 pelo PCdoB e reeleito em 2020 pelo MDB. Em 2018, foi suplente a deputado estadual pelo PRP. Nas eleições de 2024, teve sua candidatura indeferida pelo TRE-RJ, por acusações de envolvimento com milícias. Em 2018, havia sido preso, acusado de comandar grupos de serviços irregulares de internet, que ameaçavam moradores da região. Sua nomeação ao cargo de secretário é investigada pelo Ministério Público do Rio de Janeiro.
Secretário de Fazenda	Luciano Lima	Não	
Secretário de Habitação e Urbanismo	Reginaldo Ferreira Gomes	Sim (1996, 2000, 2004 e 2008)	Ex-vereador, ex-secretário municipal de Obras/Habitação e ex-presidente da Câmara de Belford Roxo. É o presidente municipal do MDB.
Secretário de Meio Ambiente	Flávio Francisco Gonçalves	Não	
Secretário de Segurança Pública	Aruak Oliveira de Sousa	Não	
Secretário Municipal de Obras, Infraestrutura, Captação de Recursos e Desenvolvimento Urbano	Odair da Cunha Braga Almeida	Não	Atuou enquanto secretário de Obras de Belford Roxo em 2023. Fez parte de um grupo de 14 denunciados pelo Ministério Públco do Rio de Janeiro (MPRJ) por desvio de recursos públicos em municípios da Baixada Fluminense.
Secretário de Saúde	Eduardo Macedo Feital	Sim (Em Duque de Caxias - 2016)	Vereador eleito em Duque de Caxias 2016 pelo PRP. Suplente a vereador em Duque de Caxias em 2008 pelo PPS, em 2012 pelo PR, em 2020 pelo Patriota e suplente a deputado estadual pelo PR em 2010.
Secretário de Ordem Pública	Christiano Gaspar Fernandes	Não	
Secretário de Serviços Públicos	Cristiano Miranda Pontes	Não	

Secretário de Indústria e Comércio	Luiz Eduardo Santos de Araújo	Sim (2012, 2016 e 2020)	Teve a candidatura a vereador de Belford Roxo pelo PL em 2024 indeferida por acusações de envolvimento com milícias da Baixada Fluminense. Foi eleito vereador de Belford Roxo em 2012 pelo PRP, reeleito em 2016 pelo PRB e em 2020 pelo MDB.
Secretário de Proteção e Defesa dos Animais	Francisco Jucier Barbosa de Oliveira (ZZ da Crajubar)	Sim (2012 e 2016)	Eleito vereador de Belford Roxo em 2012 pelo PTdoB e reeleito em 2016 pelo mesmo partido. Em 2020 e em 2024 foi suplente ao cargo pelo MDB. Já havia sido suplente a vereador em 2004 e 2008, pelo PSC.
Secretário de Trabalho, Renda e Economia Solidária	Márcio Valério Ribeiro da Silva	Não	
Secretário de Defesa Civil	Evalder Perini Vermelho	Não	Foi secretário municipal de Proteção e Defesa Civil de São João de Meriti
Secretário de Transporte e Mobilidade Urbana	Luiz Leonardo Brito da Silva	Não	
Secretário de Turismo e Eventos	Fabio de Souza Fontes	Não	
Secretaria da Mulher	Tatiana Ervite Musser Lima (Tati Ervite)	Suplente (2020 e 2024)	Suplente a vereadora de Belford Roxo pelo PL em 2024. Em 2020, foi suplente ao cargo pelo MDB.
Presidente do Fundo Municipal de Saúde	Andressa Freitas de Barros Dias	Não	
Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Belford Roxo (PREVIDE)	Marcelo Lopes de Oliveira	Não	

Fonte: elaboração própria com base em dados fornecidos pelo site da Prefeitura de Belford Roxo e pelo DivulgaCand

Entre os 31 nomes apresentados acima pela tabela, cinco já foram eleitos vereadores e dois já foram

suplentes ao cargo. Quatro entre os cinco vereadores foram eleitos por Belford Roxo, são eles: o secretário de Esporte e Lazer Fábio Augusto de Oliveira (Fabinho Varandão), o secretário de Habitação e Urbanismo Reginaldo Ferreira Gomes, o secretário de Indústria e Comércio Luiz Eduardo Santos de Araújo (Eduardo Araújo), e o secretário de Proteção e Defesa dos Animais Francisco Jucier Barbosa de Oliveira (ZZ da Crajubar). Eduardo Macedo Feital, secretário de Saúde de Belford Roxo, por sua vez, foi eleito vereador em 2016 no município de Duque de Caxias. Os secretários que já atuaram enquanto suplentes a vereador de Belford Roxo são Diogo Bastos Xavier, secretário de Assistência Social, Cidadania e do Combate à Fome, e a secretária da Mulher Tatiana Ervite Musser Lima (Tati Ervite).

Ademais, o chefe de Gabinete do prefeito é Marcelo Correia da Silva, mais conhecido no âmbito político enquanto Marcelo Canella. Ele atuou enquanto vice-prefeito de Belford Roxo após a saída de Márcio Canella do cargo e foi eleito em 2020, ao lado de Waguinho.

As ações implementadas pelo prefeito nos seus primeiros cem dias de gestão

De acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, o município de Belford Roxo tem uma população de 483.087, correspondendo a uma densidade de 6.116,19 habitantes por quilômetro quadrado. O salário médio dos trabalhadores empregados formalmente é, em média, 1,8 salário mínimo, de acordo com dados de 2022. Em 2021, o PIB per capita de Belford Roxo foi de 17.156,71 reais, sendo, portanto, o 90º maior PIB per capita no estado do Rio de Janeiro.

Em 10 de abril de 2025 foram completados cem dias de governo do prefeito Márcio Canella no município de Belford Roxo. Ao longo desses primeiros cem dias, ele apresentou suas principais realizações por meio de sua página oficial do Instagram.

Um dos tópicos mais abordados por Canella em seu perfil na rede social são as obras de pavimentações e investimento na limpeza das ruas de Belford Roxo. Em seu primeiro dia de trabalho enquanto prefeito de Belford Roxo, ele apresentou que estava acompanhando a manutenção asfáltica das ruas da cidade, tema que permaneceu relevante em suas publicações nos meses seguintes. Ainda em janeiro, Canella divulgou em sua página no Instagram que a Prefeitura realizou um mutirão de limpeza e pavimentação das ruas no município. O abastecimento de água na região também foi pauta para o governo de Canella. Em março, obras foram realizadas pela Águas do Rio para melhor promoção de abastecimento d'água para a população de Belford Roxo.

O prefeito apresenta suas articulações políticas em diversas publicações nas redes sociais. Ao mencionar as obras de pavimentação das ruas do município, por exemplo, agradeceu pela parceria do governador Cláudio Castro, ao presidente nacional do União Brasil Rueda, e ao presidente da Alerj Rodrigo Bacellar. Em 14 de janeiro, o prefeito realizou um encontro na Secretaria Estadual das Cidades com o secretário Douglas Ruas para a apresentação de projetos para o município de Belford Roxo. Em 10 de abril, Canella publicou em seu perfil no Instagram que reuniu-se com Rodrigo Bacellar, presidente da Alerj, para tratar da implementação de políticas públicas no estado. Os nomes do governador Cláudio Castro, de Bacellar e de Rueda são frequentemente mencionados em publicações da página. Por vezes, outros atores políticos relevantes para a região são citados, como foi o caso do ex-prefeito de Duque de Caxias e secretário de Transportes do estado Washington Reis em uma publicação a respeito de uma reforma para a construção da Rodoviária, da nova estação de trem e revitalização do centro de Belford Roxo. Outro membro da família Reis também foi mencionado na página oficial de Canella, Netinho Reis. O prefeito de Duque de Caxias, sobrinho de Washington

e eleito nas eleições municipais de 2024 para manter o legado de poder da família na região, compareceu junto a Canella na reabertura da Estrada Manoel de Sá e na entrega da reforma da Rodoviária do Lote XV, em Belford Roxo.

Um aspecto protagonista dos primeiros cem dias de governo de Canella é a atenção do prefeito ao tema da segurança pública. De anúncio sobre prisões de criminosos e divulgação de números para realização de denúncias à derrubada de barricadas construídas por milícias e traficantes da região, Márcio Canella enfatizou o combate ao crime em Belford Roxo enquanto uma de suas principais pautas em suas redes sociais. Esse foi o principal tópico de prioridade do prefeito em sua divulgação nas redes sociais sobre as medidas tomadas em seu governo. Durante os primeiros cem dias de gestão, Canella reafirmou o compromisso de campanha com o combate ao tráfico de drogas e contra as milícias. Uma questão mencionada frequentemente por Canella em sua página no Instagram são as barricadas instaladas por criminosos no município. O prefeito solicitou à equipe da Prefeitura a retirada dessas obras irregulares em locais como Morro do Sapo, Morro do Avião, Vila Pauline, Morro da Caixa D'Água e Parque Floresta.

Ainda no tocante à pauta da segurança pública, Márcio Canella publicou em seu Instagram que um relatório produzido pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) apresentou que no 1º trimestre de 2025 Belford Roxo obteve o menor índice de roubos de carros nos últimos nove anos. Uma outra medida governamental relevante ocorrida nos primeiros cem dias de governo de Márcio Canella foi a armamento da guarda municipal, aprovada por unanimidade na Câmara e sancionada no mesmo dia pelo prefeito. Tal pauta foi protagonista no discurso de Canella desde a campanha eleitoral.

Além disso, o prefeito anunciou a inauguração de uma nova sede da 3ª Delegacia de Polícia Judiciária Militar em um espaço cedido pela Prefeitura de Belford Roxo, com a finalidade de levar maior segurança à população.

Canella também participou da inauguração do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do bairro Nova Aurora. Outra entrega feita pelo prefeito foi o Complexo da Cidadania, a Padaria-Escola e a Secretaria Municipal de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida.

No tocante à questão da educação municipal, Canella afirmou em uma publicação que não houve tempo para a transição de governo e que haveria um desfalque inicial nas escolas, com relação à distribuição de material escolar e uniformes.

Alguns dos principais desafios ao assumir o cargo de prefeito de Belford Roxo foram os desvios de recursos financeiros na Prefeitura. Uma operação da Polícia Federal apontou fraude e desvios de dinheiro na Prefeitura de Belford Roxo, o que Canella afirma que está relacionado à gestão anterior de seu rival Waguinho. Além disso, o prefeito afirmou que quando a nova gestão assumiu a Prefeitura tinha uma dívida de quase 1 bilhão de reais. Em um vídeo publicado no Instagram, ele afirma que a Prefeitura estava realizando pagamentos atrasados de servidores públicos.

Outra dificuldade enfrentada por Canella foi transicional: no dia 16 de janeiro houve a reabertura da Prefeitura, após a reestruturação. A Prefeitura esteve fechada por 15 dias para ser remobiliada. À época, Canella, recém-empossado, havia decretado calamidade financeira no município. De acordo com o ele, Waguinho e sua equipe teriam depenado a sede do Executivo de Belford Roxo antes do gabinete do prefeito ter sido entregue, levando torneiras, computadores, HDs e até mesmo pilhas de controles de ar-condicionado. Assim, de acordo com tais relatos, Canella encontrou, ao assumir o cargo, uma Prefeitura endividada e desfalcada.

Em termos de expectativa da população para os próximos anos da gestão de Canella, é possível afirmar, com base nesses primeiros cem dias, que será um governo que prioriza uma perspectiva punitivista com relação à pauta da segurança pública, corroborando com a lógica bolsonarista a qual Canella aliou-se fortemente desde 2022, além da realização de pavimentações nos asfaltos do município, dando espaço e destaque para questões locais e particulares da política do município.

Nova Iguaçu

Victor Escobar

As eleições de 2024 de Nova Iguaçu propuseram o que chamamos de “eleição plebiscitária” em torno da aprovação ou não da gestão de Rogério Lisboa (PP), que se despedia do cargo após cumprir o seu segundo mandato, sendo o grande personagem do pleito. Como resultado, o candidato à sucessão, Dudu Reina (PP), então presidente da Câmara Municipal, foi eleito ainda em primeiro turno, com 74,77% dos votos, enquanto seus principais oponentes, Clébio Lopes Jacaré (União Brasil) e Tuninho da Padaria (PT), receberam respectivamente 14,38% e 6,02%, sendo necessário considerar que o candidato do União Brasil foi indeferido pela Justiça Eleitoral e teve seus votos anulados.

O resultado das eleições demonstra a preponderância da união das forças políticas em torno de Dudu Reina (PP), que recebeu apoio das principais lideranças políticas da cidade. A coligação que liderou, chamada “Fé, Trabalho e Humildade”, contou com onze partidos (PP, Republicanos, MDB, PL, Avante, PRD, PRTB, Federação PSDB Cidadania (PSDB/Cidadania), Solidariedade e PSD), dentre os quais o PP, seu partido, que trazia consigo o apoio do deputado federal Dr. Luizinho (PP) e do estadual Carlinhos BNH (PP), o Republicanos da deputada federal Rosângela Gomes, e o Solidariedade do deputado estadual Filipinho Ravis. Outro apoiador de primeira hora foi o deputado federal Juninho do Pneu, que, embora ainda filiado ao União Brasil, já passa a atuar informalmente através do Republicanos — inclusive tendo seu pai, Rogério do Pneu, eleito como vereador pela sigla nesse pleito.

Essa conjunção de forças também surtiu efeito no resultado das eleições legislativas. Nova Iguaçu sofreu uma alteração na composição da Câmara Municipal, que passou de 11 para 23 cadeiras. Por ter mais do que dobrado, a Câmara sofreu uma grande renovação, mas mantendo a maioria governista. Nas eleições de 2020, oito dos 11 vereadores eleitos eram da coligação liderada pelo ex-prefeito Rogério Lisboa (PP). Já em 2024, sua coligação preencheu 20 das 23 cadeiras.

Dessa forma, o resultado da eleição faz com que a gestão de Dudu Reina (PP) se inicie com ampla maioria na Câmara e com condições de governabilidade, talvez sendo um desafio manter uma base tão grande e acomodar os anseios de diversas lideranças políticas.

Composição da Câmara

A Legislatura que se inicia em 2025 comporta uma nova formação da Câmara Municipal, agora com 23 parlamentares em vez de 11 da Legislatura passada, conjugando tanto um alto percentual de reeleição quanto a eleição de vereadores preferencialmente da coligação do prefeito. Sobre a taxa de sucesso na reeleição, em relação aos eleitos em 2020, oito vereadores foram candidatos à reeleição — com exceção de Dudu Reina, que foi candidato a prefeito, e de Filipinho Ravis (Solidariedade) e Carlinhos BNH (PP), eleitos deputados estaduais em 2022.

A reeleição também se estendeu aos suplentes desses vereadores que se tornaram deputados, mas em partidos diferentes. O primeiro, Dr. Robertinho, que substituiu BNH na vaga do PP, obteve a renovação do seu mandato, desta vez pelo PDT. Já o segundo, Claudinho da Kombi, que ficou no lugar de Ravis na vaga aberta pelo Solidariedade, reelegeu-se pelo PP. Em números gerais, portanto, dos 11 vereadores que formavam a Câmara Municipal de Nova Iguaçu no momento da eleição, dez deles concorreram à reeleição e todos se reelegeram, demonstrando a força da máquina política através do exercício do mandato.

A Câmara resultante das eleições conta com 20 parlamentares filiados a partidos que compuseram a coligação de Dudu Reina (PP), corresponde a praticamente 90% da Casa. Das três cadeiras restantes, duas são ocupadas pelo PDT, que pertencia à coligação do PT, e uma pelo União Brasil, partido de outro candidato adversário. No entanto, por mais que esses parlamentares sejam de partidos em tese adversários, não significa que haverá oposição ao governo no parlamento. Isto porque os dois candidatos eleitos pelo PDT, Dr. Robertinho e Thadeu do Marcos Fernandes, fizeram toda pré-campanha alinhada com Dudu Reina (PP), ficando de fora da coligação por decisão das instâncias superiores do partido, que vetou coligação junto com o PL, partido da vice-prefeita, Doutora Roberta. Já Danielzinho da Padaria, vereador eleito pelo União Brasil, aparece em postagens no início do mandato indicando trabalhos em conjunto e agradecimentos ao prefeito.

Quanto à divisão partidária da Câmara, em especial no que se refere à correlação de forças dentro da base da coligação vencedora, temos o seguinte cenários: com três vereadores, os partidos com maior representação são o PL, o PP e o Solidariedade. Com dois vereadores, há PSDB, PDT, MDB, Avante, Republicanos e PRD (partido dos dois candidatos mais votados do pleito, Vaguinho Neguinho e Márcio Fonseca). Por fim, com um candidato eleito cada, o União Brasil e o PSD, sendo este último com o veterano vereador e ex-presidente da Câmara Maurício Moraes.

Tabela: Composição da Câmara Municipal por partido e número de eleitos por legenda

Partido	Número	Nome dos Vereadores
PL	3	Dr. Manoel Barreto, Baixinho da Van e Igor Porto
PP	3	Elton Cristo, Claudinho da Kombi e Dr. Marcio Guerreiro
Solidariedade	3	Douglas Nadaes, Alcemir Gomes e Marcio Simpatia
PRD	2	Vaguinho Neguinho e Marcio Fonseca

PSDB	2	Alexandre da Padaria e Wesley Lopes
Avante	2	Jefferson Ramos e Camu
Republicanos	2	Cláudio Haja Luz e Rogério do Pneu
PDT	2	Dr. Robertinho e Thadeu do Marcos Fernandes
MDB	2	Maninho de Cabuçu e Juan Santa Cruz
União Brasil	1	Danielzinho da Padaria
PSD	1	Mauricio Moraes

Para a presidência da Câmara, foi eleito o vereador Doutor Marcio Guerreiro, do PP, através de votação unânime, demonstrando o grau de alinhamento entre os pares. Além de pertencer ao mesmo partido de Dudu Reina e do ex-prefeito Rogério Lisboa, o atual presidente da Câmara foi contemporâneo do prefeito enquanto vereador na Legislatura passada. Dessa forma, a escolha privilegiou não só a proximidade e os vínculos partidários, mas também um vereador reconduzido ao cargo.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Nova Iguaçu é formada por, além da presidência, três vice-presidentes e três secretários. A composição, de certa forma, privilegiou a harmonia entre os partidos da coligação. Dos três vices, o primeiro é Vaguinho Neguinho, do PRD, o segundo é Alexandre da Padaria, do PSDB, e o terceiro é Alcemir Gomes, do Solidariedade. Quanto às secretarias, em ordem, os ocupantes são Cláudio Haja Luz, do Republicanos, Jeferson Ramos, do Avante, e Maninho do Cabuçu, do MDB. Em comum, todos os sete vereadores que compõem a Mesa Diretora foram reeleitos em 2024, não comportando nenhum parlamentar de primeiro mandato.

Composição de governo

Durante a campanha, a marca da candidatura de Dudu Reina (PP) era a continuidade da gestão Rogério Lisboa (PP). Uma forma de incutir essa ideia no eleitorado foi a reciclagem do jingle de campanha. Na eleição de Rogério Lisboa de 2016, o verso principal da peça de campanha dizia “tem jeito de fazer bem feito”. A partir dessa ideia, a campanha de Dudu Reina reciclou o jingle, mas agora exaltando os feitos da gestão passada e indicando a continuidade: “foi feito, bem feito, ainda há muito pra ser feito”, além de citar nominalmente Rogério Lisboa.

A campanha também focalizou bastante a capacidade administrativa de Rogério Lisboa, destacando a recuperação financeira da cidade e a regularização do salário dos servidores após a sucessão do governo Nelson Bornier com a eleição de 2016, além de exaltar as obras municipais, principalmente de limpeza e

desassoreamento dos rios.

Com isso, em relação à organização administrativa, a gestão Dudu Reina (PP) manteve o desenho das secretarias. Atualmente, o Executivo municipal conta com 25 secretarias, incluindo a Procuradoria Geral do Município e a Previdência, dentre as quais apenas três foram criadas para o novo governo. Ainda em período de transição, em dezembro de 2024, foram criadas a Secretaria da Mulher, na qual foi alocada a vice-prefeita Doutora Roberta, e a de Serviços Delegados. Além das duas, também foi criada a de Atendimento Geral e Ouvidoria.

Além do desenho administrativo, Dudu Reina (PP) também herdou boa parte da composição do secretariado de Rogério Lisboa. Das 25 pastas, 16 são comandadas pelos mesmos secretários da gestão anterior, com a manutenção, por exemplo, dos secretários de saúde, educação, cultura, ordem pública e infraestrutura. Considerando que havia 22 pastas na gestão anterior, são apenas seis os novos secretários, tendo as principais novidades na Secretaria de Governo, na Procuradoria e na Fazenda.

Destaca-se também na composição do secretariado que, em regra, os secretários não foram candidatos nas eleições, podendo-se estabelecer um critério técnico nas escolhas e afastar a ideia de premiação para candidatos bem votados, mas não eleitos, que poderiam ser manejados nessas funções. As exceções foram o secretário de desenvolvimento econômico, trabalho e turismo, Mario Lopes, e do presidente da Fundação Educacional e Cultural de Nova Iguaçu (FENIG), Miguel Ribeiro, que já eram secretários e voltaram ao cargo após concorrer à vereança pelo PSDB e pelo Cidadania, respectivamente.

Os primeiros desafios

De acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, o município de Nova Iguaçu é composto por 785.867 cidadãos, sendo 1.509,60 habitantes por quilômetro quadrado. O salário médio dos trabalhadores empregados formalmente é, em média 2 salários mínimos, de acordo com dados de 2022. Em 2021, o PIB per capita de Nova Iguaçu foi de 21.559,06 reais, sendo, portanto, o 76º maior PIB per capita no estado do Rio de Janeiro.

Um dos principais temas da campanha de 2024, recebendo a devida importância no plano de governo de todos os candidatos, foi a questão das chuvas e das enchentes, que gerou cenas traumáticas para a cidade no ano eleitoral e que foram objeto de atenção da mídia. Logo no primeiro mês de governo de Dudu Reina (PP), o problema das enchentes voltou a assolar Nova Iguaçu com as chuvas do dia 29/01/2025, em que a cidade entrou em alerta máximo, com o transbordamento do Rio Botas em diversos bairros do município.

Em razão do evento climático, a Prefeitura concentrou esforços para realizar reparos paliativos na cidade, como através da limpeza urbana dos resíduos da enchente. O prefeito também veio a público informar que necessita de uma obra estruturante no Rio Botas, com a cobrança de investimento do governo federal, envolvendo também os municípios de Belford Roxo e Duque de Caxias, por onde passa o rio. Além disso, há também a tratativa junto à Light para a utilização de terrenos pertencentes à concessionária, com intermédio do governo do estado, para a construção de piscinões para aumentar o escoamento das enchentes em pontos estratégicos da cidade.

A fim de buscar auxílio para as obras na cidade, o prefeito Dudu Reina (PP) se reuniu em Brasília com o Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos), com a participação da correligionária Rosângela Gomes (Republicanos), deputada federal licenciada e secretária estadual de Desenvolvimento Social de Direitos Humanos do Rio de Janeiro, para a liberação de construção dos piscinões de retenção das chuvas

no Aeroclube de Nova Iguaçu.

Além dos compromissos em Brasília no início de fevereiro, em que também se reuniu com o então ministro das Relações Institucionais Alexandre Padilha (PT) e com o secretário especial de assuntos federativos André Ceciliano (PT), Dudu Reina (PP) ainda participou do Encontro Nacional dos Prefeitos no dia 11 de fevereiro de 2025, prometendo novos anúncios.

Destaca também a sinalização do prefeito na atuação na área da segurança pública, tema que sempre é corriqueiro nos municípios da Baixada Fluminense. Nesse sentido, anunciou a desapropriação de um terreno para a instalação de um batalhão da Polícia Militar em Nova Iguaçu, que será doado ao estado, assim como renovou o consórcio intermunicipal de segurança pública junto ao prefeito de Duque de Caxias, Netinho Reis (MDB), para que as duas maiores cidades da Baixada atuem em conjunto.

Outro ponto de discussão que envolve a Prefeitura foi o aumento salarial dos vereadores e dos gastos previstos pela casa, como motoristas e carro blindado, ao mesmo tempo que há desde a gestão passada o entrave com os professores da rede municipal, que reivindicam aumento salarial e ar-condicionado nas escolas. Os professores fizeram greve na gestão Rogério Lisboa, em 2022, e ensaiam novas paralisações.

São João de Meriti

Rayssa Veras

A disputa pela Prefeitura de São João de Meriti foi concorrida por seis nomes. Léo Vieira (Republicanos), que na última pesquisa de intenção de votos divulgada pela Real Time Big Data aparecia em primeiro lugar com 48%, seguido por Valdecy da Saúde (PL) com 30% e Marcos Muller (PMB) com 10% das intenções de votos. Disputaram a Prefeitura também os candidatos Elvis Silva (NOVO), Professor Joziel (DC) e Juliana Drummond (PSOL). O resultado das eleições foi decidido no dia 6 de outubro: o eleitorado destinou 49,2% de votos a Léo Vieira (Republicanos) e 33,01% dos votos a Valdecy da Saúde (PL) o que, de acordo com as normas eleitorais, ocasionaria o segundo turno. No entanto, após uma decisão judicial, o TRE-RJ anulou 2.684 votos destinados ao Professor Joziel (DC) após o processo de retotalização que se deu devido a chapa do candidato não estar de acordo com as normas, já que o registro de candidatura do seu vice foi indeferido.

O candidato que disputaria o segundo turno com o líder de votos, Valdecy da Saúde (PL), se pronunciou optando por não recorrer à decisão judicial sob a justificativa de que foram mais de 40 mil votos de diferença entre ele e o primeiro colocado e que a vontade das urnas deve prevalecer. É nesse contexto que, após recontagem de votos, Léo Vieira (Republicanos) assume a Prefeitura e se torna o 32º prefeito eleito em São João de Meriti com 50,3% dos votos válidos.

Na publicação do Diário Oficial que datava os primeiros dias do governo do prefeito Léo Vieira (Republicanos), o responsável pela Secretaria Municipal de Governo era Leandro Goes Weber, Procurador-Geral do Município que respondia, também, pela secretaria até meados de fevereiro. O atual procurador é advogado e atuava no ramo do direito eleitoral. Leandro Goes advogou para o PROS (Partido Republicano da Ordem Social) nas eleições de 2022, partido do qual Adolpho Konder foi presidente (2022-2023). A relação profissional do atual secretário municipal de Governo de São João de Meriti com Adolpho Konder, que era presidente do Detran, se estendeu ainda em 2023, quando Leandro foi nomeado assessor especial do Departamento de Trânsito do Rio de Janeiro, pelo próprio ex-presidente do órgão, Adolpho Konder. Goes foi exonerado 20 dias depois após polêmica envolvendo acusações de desvio de finalidade, pois ele era advogado de Konder.



DOM

Ano XXI N° 6476

DIÁRIO OFICIAL
da Cidade de São João de Meriti

QUINTA-FEIRA, 09 DE JANEIRO

Poder Executivo

LEONARDO VIEIRA MENDES
PREFEITO

LETÍCIA ALVES PEREIRA ENTRAGO DE ANDRADE
VICE - PREFEITA

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Leandro Goes Weber

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO
Leandro Goes Weber - Responsável pela Secretaria

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Márcio Magalhães Dias

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AMBIENTE, MUDANÇAS DO CLIMA E BEM-ESTAR ANIMAL
Antônio Marcos Barreto

Poder Legislativo

CÂMARA DE VEREADORES

João Dantas de Mello
Presidente

Giovani Letta de Abreu Jr
1º Vice Presidente

Ota Jardim Letta de Oliveira
2º Vice Presidente

Amiton Machado Domingues
1º Secretário

Rodrigo Rodrigues Pitt
2º Secretário

Júlio Ricardo dos Santos Henriques
Suplente

IMAGEM: Diário Oficial de São João de Meriti. 09 de Janeiro de 2025. Leandro Goes Weber respondendo pela Secretaria Municipal de Governo. Disponível em: <https://transparencia.meriti.rj.gov.br/ver20230623/WEB-ObterAnexo.rule?sys=LAI&codi->

go=7129

No dia 14 de fevereiro de 2025, após atualização publicada no Diário Oficial, a secretaria municipal de Governo foi ocupada por Alírio Montebrune de Souza, nomeado por Leo Vieira (Republicanos). Alírio e o atual prefeito já trabalharam juntos durante seu segundo mandato como deputado estadual (2022), onde o atual secretário desempenhava o papel de chefe de gabinete. No início do mandato de Léo Vieira, Alírio foi nomeado para a Secretaria de Ação Comunitária, a qual ocupava até dia 13 de fevereiro de 2025. A partir desse momento ocorre uma “dança das cadeiras” nos cargos políticos de São João de Meriti através de malabarismos no jogo democrático.

Através de uma postagem em suas redes sociais, o vereador Tatão (PL), que a princípio tinha se classificado como suplente, anunciou sua volta à Câmara Municipal de São João de Meriti: “Quem não acreditou? As promessas de Deus nunca falham. A partir de hoje assumimos mais uma vez a câmara dos vereadores, representando a voz do povo. Foram 131 dias, 3144 horas de espera. Desde a eleição. E o nosso amigo e prefeito Léo Vieira honrou com sua palavra. E agradecer os 5694 votos de confiança. O Verdadeiro Vereador do povo está de volta”, disse o político via Instagram.

Destaca-se na postagem a referência que o atual vereador faz ao prefeito Léo Vieira (Republicanos) atribuindo ao ator político sua volta à Câmara através da honraria de sua palavra. Dessa maneira, a publicação induz o leitor a concluir que Tatão (PL) assumiu a vereança após intervenção do prefeito. Ao analisar mais profundamente a movimentação de Léo Vieira para os responsáveis pelas secretarias de seu governo, é possível compreender como a posse do vereador Tatão foi possível.

O perfil oficial da Câmara Municipal de São João de Meriti repercutiu, na rede social Instagram, a posse do vereador Tatão. A Câmara veicula a informação de que Tatão (PL) assume o mandato de vereador juntamente com a informação de que o vereador eleito pelo PL, Rogério Paes, se licenciou para ocupar a Secretaria Municipal de Ação Comunitária (anteriormente ocupada por Alírio de Souza Montebrune). Sob esse panorama, através de uma manobra política legal, o prefeito consegue “honrar a sua palavra” de trazer o tradicional rosto meritiense do vereador Tatão (PL) de volta à casa legislativa.

Além da posse do vereador, a nomeação de Rogério Paes como secretário de ação comunitária ocasionou o remanejamento das funções dos outros secretários de Léo Vieira (PL). Leandro Goes Weber, que respondia pela secretaria municipal de Governo e a procuradoria geral do Município, passou a ocupar apenas a segunda função. O procurador foi substituído por Alírio, que teve sua secretaria anterior (secretaria de Ação Comunitária) ocupada por Rogério Paes (PL) e passou então a comandar a procuradoria geral do Município. Assim, o prefeito, ao influenciar diretamente a configuração da Câmara e do poder governamental de acordo com os interesses próprios e de seus aliados, demonstra vasta experiência de articulação com atores de diferentes núcleos do cenário político regional visto que teve papel ativo de decisão nos componentes de seu governo não só a nível executivo, mas também a nível legislativo.

Na Presidência da Mesa Diretora da Câmara Municipal de São João de Meriti está Doca Brazão (MDB). O presidente foi eleito por unanimidade através da chapa única que também elegeu Giovani Ratinho Jr. (Solidariedade) como vice-presidente, Otojanes Filho (Solidariedade) como segundo vice-presidente, Milti-

nho como primeiro secretário (PP), Rodrigo Pit (Agir) como segundo secretário e Magrão Nobre (União Brasil) como suplente. O prefeito Léo Vieira (Republicanos) se depara, assim, com um cenário favorável para o seu governo, visto que Doca Brazão (MDB) pode ser entendido como aliado já que fez parte da coligação “Tá na hora de mudar pra melhor”, formada pelos partidos Republicanos, PDT, MDB, Podemos, PRTB, MOBILIZA, e PSD, que elegeu o atual prefeito.

A Câmara Municipal de São João de Meriti esteve até 2024 distribuída de forma a contemplar 13 partidos que se distribuíam entre as 21 cadeiras existentes, sendo eles: União Brasil, com três cadeiras; MDB, com duas cadeiras; DC, também com duas cadeiras; PV, também com duas cadeiras; PTB, com duas cadeiras; PP, também com duas cadeiras; PSDB, com duas cadeiras; Republicanos, com uma cadeira; PSC, com uma cadeira; Solidariedade, com uma cadeira; PDT, com uma cadeira; AGIR, com uma cadeira e PROS também com uma cadeira.

Em 2024, após alteração através de emenda que previa a redução do número de vereadores do Legislativo, votou pelos representantes que ocuparam as 15 cadeiras disponíveis. Essa mudança produziu efeitos diretamente proporcionais à redução do quantitativo de vagas, como a redução do número de partidos que conseguiram eleger representantes, que decaiu de 13 partidos em 2020 para 10 em 2024. Essa queda também causou a reconfiguração das siglas que fazem parte da Câmara, isso porque alguns dos partidos que fizeram parte da última legislatura não obtiveram sucesso em garantir sua posição diante da nova estruturação da Casa, são eles: o DC, que teve a diferença de duas cadeiras para zero; o PV que tinha duas cadeiras e passou a ter nenhuma; o PTB que possuía duas cadeiras e também não possui mais representantes; e ainda o PDT, e Solidariedade que tinham uma cadeira cada e nas eleições de 2024 passaram a não ter mais cadeiras na Câmara dos Vereadores.

Alguns partidos também perderam espaço, como o União Brasil que dispunha do maior número de cadeiras em 2020 (três), em 2024 só possui uma; o PSDB que tinha dois representantes na Câmara, e após as últimas eleições conta com somente um. Registrhou-se também o surgimento de partidos na Câmara que não fizeram parte do último ciclo: PL, PRD e PSD passaram a integrar as siglas representadas com uma cadeira cada um. O AGIR, o MDB e o PP aparecem como casos de estabilidade ao manterem o seu número de vereadores eleitos inalterado: um, dois e dois, respectivamente. Na curva ascendente de progressão podemos observar os partidos Republicanos e Solidariedade que aumentaram uma unidade de representantes cada um totalizando respectivamente duas cadeiras cada. Conforme pode ser observado na tabela a seguir:

NÚMERO DE CADEIRAS DOS PARTIDOS DA CÂMARA DE SÃO JOÃO DE MERITI

2020	2024
União Brasil (3 cadeiras)	União Brasil (1 cadeira)
MDB (2 cadeiras)	MDB (2 cadeiras)
DC (2 cadeiras)	DC (0 cadeiras)
PV (2 cadeiras)	PV (0 cadeiras)

PTB (2 cadeiras)	PTB (0 cadeiras)
PP (2 cadeiras)	PP (2 cadeiras)
PSDB (2 cadeiras)	PSDB (1 cadeira)
Republicanos (1 cadeira)	Republicanos (2 cadeiras)
PSC (1 cadeira)	PSC (0 cadeiras)
Solidariedade (1 cadeira)	Solidariedade (2 cadeiras)
PDT (1 cadeira)	PDT (0 cadeiras)
Agir (1 cadeira)	AGIR (1 cadeira)
PROS (1 cadeira)	PROS (0 cadeiras)
PRD (0 cadeiras)	PRD (1 cadeira)
PL (0 cadeiras)	PL (2 cadeiras)
PSD (0 cadeiras)	PSD (1 cadeira)

Em relação ao resultado do executivo, o Legislativo se compõe de maneira alinhada tanto direta quanto indiretamente. O prefeito Léo Vieira (Republicanos) foi eleito em coligação com os partidos Republicanos, PDT, MDB, Podemos, PRTB, Solidariedade e MOBILIZA. Dessa forma, sete das 15 cadeiras são de partidos diretamente ligados ao vencedor da Prefeitura, além disso, deve-se atentar para o fato de que em São João de Meriti a Câmara é composta por rostos conhecidos da política meritiense que tem desempenhado seus trabalhos sem um histórico significativo de atritos internos, visto que, durante a última legislatura, não foi rara a ocorrência de decisões por unanimidade, e que apenas 40% (seis de 15) dos vereadores eleitos são políticos que não ocupavam o cargo anteriormente. São apenas Doca Brazão (MDB), Elias Queiroz (Republicanos), Otojanes Filho (Solidariedade), Aquino (Republicanos), Carlos Henrique Queiroz (MDB) e Juninho Vieira (PSD) novidade dentre os componentes da Câmara.

No entanto, a linearidade observada na Câmara não pode ser vista na Prefeitura, já que, à nível da configuração de seu representante houve mudança. São João de Meriti teve, de 2017 a 2024, Dr. João (PL) como prefeito por dois mandatos. Apesar desse fato, o ex-prefeito não conseguiu manter a hegemonia do seu governo dada a derrota de seu sucessor Valdecy da Saúde (PL) nas disputas mais recentes pelo cargo. O primeiro turno das eleições municipais de 2024 para a Prefeitura de São João de Meriti, registrou 49,2% dos votos para Léo Vieira (Republicanos) e 33,01% para Valdecy da Saúde (PL).

Contudo, após a recontagem devido a nulidade dos votos do candidato Professor Joziel (DC), o candidato que ocupava o primeiro lugar, ultrapassou os 50% necessários para a não realização do segundo turno, consagrando-se prefeito. Todavia, apesar de não se verificar uma linearidade na relação interno entre executivo anterior e ulterior, essa regularidade é encontrada na relação Câmara-Prefeitura, que assim como a de 2020, em 2024 não demonstra desacordo com o executivo.

No que se refere às articulações com outros âmbitos governamentais, o prefeito de São João de Meriti demonstra eficácia. De janeiro a março de 2024, Léo Vieira (Republicanos) fez aparições públicas com representantes federais, estaduais e municipais. Em ordem cronológica: em janeiro recebeu vereadores de São João de Meriti em seu gabinete para tratar da calamidade financeira da cidade e recebeu também o deputado

federal General Pazuello (PL) para tratar de políticas de segurança para a cidade. Em fevereiro, durante o Encontro de Novos Prefeitos e Prefeitas, visitou o gabinete de seu irmão e deputado federal Luciano Vieira (Republicanos) em Brasília, onde aproveitou para visitar a ex-ministra (no cargo à época) da saúde Nísia Trindade para levar a pauta da saúde de São João de Meriti. Já em março, o prefeito veiculou conteúdo em suas redes sociais referente a obras públicas que estão sendo feitas na cidade através de parceria com o governador Cláudio Castro. Pode-se atribuir ao prefeito a capacidade de diálogo com outros níveis de governo que se manifesta de maneira explícita e consistente com aqueles que compartilham do mesmo espectro político e de maneira moderada com aqueles que, em tese, seriam oposição.

Para estruturar seu secretariado de governo, o prefeito Léo Vieira (Republicanos) selecionou nomes tradicionais da política meritiense, antigos parceiros de gabinete que estabeleceu ao longo de sua trajetória política e até mesmo laços familiares. Alírio Montebrune de Souza e Rogério Paes (PL) são exemplos de atores políticos que o prefeito já havia atuado em conjunto, no caso do primeiro, e paralelamente, no caso do segundo. Cabe mencionar a presença de Márcio Magalhães Dias no secretariado, que atuou, durante a Prefeitura anterior, como secretário municipal de Administração e permaneceu no cargo diante da nova gestão. Também merece destaque o secretário municipal de Habitação, Urbanismo e Iluminação Pública, Leonardo Braga Vieira Mendes, que é filho do prefeito eleito. A nomeação do filho, teoricamente, seria constitucional visto que está classificada na prática recriminada como nepotismo. O Executivo de São João de Meriti conta atualmente com 25 nomes, 56% maior que o secretariado do ex-prefeito Dr. João (PL) que contava com 14 secretarias.

Os primeiros 100 dias do governo foram marcados pela implementação de ações nas áreas de educação, saúde, ordem pública e infraestrutura urbana e reestruturação financeira, temas centrais no escopo de necessidades do município de São João de Meriti. Nas redes sociais, o prefeito Léo Vieira (Republicanos), publicou: “Eu disse que o dia que quando a gente assumisse haveriam sinais! E os sinais são: ordenamento, limpeza e qualidade de vida!”. Dessa forma, o governo estabeleceu as suas prioridades iniciais de acordo com as urgências municipais de conhecimento público, agindo de forma alinhada ao seu plano de governo.

Em seu primeiro dia empossado, o Prefeito Léo Vieira (Republicanos) dispôs 70 equipamentos de obra pela cidade, sendo estes do município e do governo do estado, para realizar um mutirão de limpeza de focos de lixo espalhados pela cidade em parceria com o governador Cláudio Castro (PL), o deputado estadual Luciano Vieira (Republicanos), a vice-prefeita Dra. Letícia Costa (MDB), o secretário de Habitação, Urbanismo e Iluminação Pública, Leozinho Vieira e os vereadores Doca Brazão (MDB), Rodrigo Piti (AGIR) e Giovani Ratinho (SD). Em discurso veiculado nas mídias sociais, seu irmão, Luciano Vieira (Republicanos) destaca: “Aqui, junto, o Executivo, o Legislativo [...] isso é união dos poderes em prol do povo de São João de Meriti. Nós vamos fazer um grande mandato e a partir de hoje, o nosso gabinete, é nas ruas, ao lado do povo, cuidando e trabalhando por cada um que nos escolheu.”

Ainda na primeira semana, o prefeito dedicou espaço em sua agenda para visitar algumas unidades das UPAs (UPA dos bairros Jardim do Éden e Jardim do Íris) com o objetivo de fiscalizar o funcionamento. Ao lado do deputado estadual Luciano Vieira (Republicanos), do secretário de Habitação, Urbanismo e Iluminação Pública, Leozinho Vieira e do presidente da Câmara Doca Brazão (MDB) atestou a normalidade dos atendimentos nas UPAS e ressaltou a saúde dos moradores como prioridade de seu governo, juntamente com um aceno aos servidores, demonstrando sua gratidão pela realização do trabalho mesmo com salários atrasados e sem o recebimento do 13º salário. No primeiro domingo de sua gestão persistiu com o foco em ordenamento urbano e, em parceria com a Defesa Civil e com o presidente da Câmara Doca Brazão (MDB), realizou a poda

de árvores da praça localizada em frente ao PAM Meriti.

No que se refere a saúde, o prefeito colocou em seu planejamento a reabertura efetiva do Hospital Municipal de São João de Meriti, que à época funcionava de forma emergencial para atender os pacientes da UPA de Jardim do Íris, fechada para reformas, bem como o conserto dos ar-condicionados da CEMARC (Centro de Marcação de Consultas e Exames) e a substituição do mesmo por um sistema digitalizado para garantir praticidade a população. Também houve o lançamento do programa “Consultório na Rua”, que visa acolher pessoas em situação de vulnerabilidade social e também a destinação de 6,8 milhões de reais à reforma da UPA do Íris, 5 milhões para a construção de uma nova clínica em Tomazinho e 5 milhões para a construção da Clínica da Família de Venda Velha obtidas através do deputado estadual Luciano Vieira (Republicanos). No âmbito financeiro, no dia 15 de janeiro, Léo Vieira (Republicanos) realizou o pagamento dos salários atrasados de servidores públicos, aposentados e pensionistas, pautas de primeira ordem no que se refere às demandas municipais. O prefeito também realizou o pagamento de débitos municipais que estavam em aberto no valor de 6.663.244,17 reais e declarou o comprometimento com a organização das finanças da cidade mesmo em estado de calamidade financeira.

Na área da segurança pública, apesar de não ser uma atribuição do prefeito, Léo Vieira (Republicanos) reforçou o objetivo de oferecer ao povo meritiense uma cidade mais segura. É nesse contexto que o prefeito recebeu 3 novas viaturas recebidas do Ministério da Justiça em parceria com Luciano Vieira (Republicanos) e fez o lançamento do programa “Meriti em Ordem” para garantir a segurança dos comerciantes da região.

A ordem pública e infraestrutura urbana também foi abrangida pela atuação do prefeito, que no dia 22 de janeiro acompanhou a Defesa Civil em uma encosta para prevenir o risco de desabamento, promoveu obras de assentamento para evitar alagamentos, trabalhou no programa “Calçada Acessível” em parceria com a Firjan, realizou a manutenção de semáforos fora de funcionamento e retomou obras de drenagem paradas na área do Conjunto Azul.

No período inicial da gestão Léo Vieira (Republicanos), houve também imbróglios relativos a polêmicas em nível federal. A situação ocorreu após a placa do carro em que o prefeito estava chamar a atenção da Polícia Rodoviária Federal que parou o condutor e atestou adulteração de veículo, visto que a placa do carro era diferente da que constava na documentação do veículo. Apesar de provar que a placa do carro não era fria, mas sim reservada à Prefeitura de São João de Meriti, o prefeito foi detido em posse de 117 mil reais e 15 dólares em espécie. A questão teve ampla repercussão na mídia pública sendo manchete de jornal em diversos canais de notícias.

Léo Vieira (Republicanos) defendeu-se atribuindo a quantia à empresa de veículos de sua família, afirmindo que o valor era para “fazer negócio” e seria destinado ao pagamento de serviços, de comerciantes e de negócios de carro e que não fazia transações bancárias. Em nota à imprensa, a assessoria de comunicação do prefeito informou: “O prefeito Léo Vieira informa que sobre a questão do veículo, se trata de uma placa reservada, devidamente autorizada, conforme documentação da Assembleia Legislativa do RJ (Alerj). Em relação ao dinheiro, o prefeito Léo Vieira estava saindo de casa em direção a sua empresa familiar no ramo de automóveis, com mais de 25 anos de atuação, e foi abordado pela PRF. Vale ressaltar que o dinheiro em posse do prefeito está declarado no Imposto de Renda, e seria destinado para pagamentos”.

Léo Vieira (Republicanos) em entrevista para o RJTV se justificou sobre o uso de um veículo com placa da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro mesmo não sendo mais deputado estadual, alegou que a Alerj

não haveria pedido o carro de volta e que na sua vida de comerciante seria normal transitar com dinheiro vivo. Na cobertura em questão, o jornalista Edmilson Ávila criticou a instrumentalização de um bem público em prol de benefício próprio e o uso do carro com a placa em estado de regularização, assim, irregular. O prefeito fez um pronunciamento em suas redes, ratificando as informações repassadas à polícia e à imprensa como forma de dar satisfação aos moradores de sua cidade. Após o episódio, a Polícia Federal de Nova Iguaçu abriu um inquérito sobre a origem dos 100 mil reais apreendidos no carro do prefeito.

A situação financeira encontrada pela atual gestão é grave, incluindo um decreto de calamidade financeira assinado pelo prefeito Léo Vieira (Republicanos) e publicado em Diário Oficial no dia 10 de janeiro. De acordo com sua equipe econômica, a dívida atual é superior a 400 milhões de reais. O portal oficial da Prefeitura publicou: “A nova gestão encontrou atraso no pagamento do 13º salário dos servidores municipais, queda nos repasses de verbas ao município, bloqueio do Fundo de Participação dos Municípios, unidades de saúde funcionando com capacidade reduzida, problemas que afetam diretamente a coleta do lixo e dívida no Instituto de Previdência dos inativos. O decreto número 7337 tem validade de 120 dias e destaca o risco da interrupção dos serviços essenciais como: saúde, educação, limpeza pública e assistência social. O documento determina, entre outras ações, o corte de até 30% nos contratos administrativos, redução de até 20% na folha de pagamento, suspensão de todas as despesas para a realização do Carnaval 2025, além da revisão de até 20% nos programas municipais.”

Em 25 de fevereiro, o prefeito publicou em seus canais oficiais uma entrevista em que confirmou que a dívida era superior a 1 bilhão de reais e explicou a diferença relatada em janeiro: “Esses 440 milhões foi o que tive acesso na transição, mas após o começo do nosso Mandato em Janeiro, pedi uma auditoria em toda administração e os técnicos da Fazenda e Controle interno me apresentaram um relatório com uma dívida de Um Bilhão e 40 milhões de reais que encaminhamos para o TCE!”. Vieira ainda colocou: “Apesar de todos os problemas financeiros que temos, apesar da situação falida que a última gestão deixou nossa cidade, não vou desistir de fazer de São João de Meriti um lugar que teremos muito orgulho de morar.”

O prefeito Léo Vieira (Republicanos) demonstrou durante os primeiros 100 dias de governo uma boa capacidade de articulação com outros níveis governamentais. Suas primeiras ações no cargo foram marcadas por dezenas de parcerias com políticos do âmbito nacional e subnacional contando com apoios tanto financeiros quanto de prática política. Alguns dos principais parceiros do prefeito são: o governador Cláudio Castro (PL), o deputado estadual e seu irmão Luciano Vieira (Republicanos) e o presidente da Câmara Municipal de São João de Meriti, Doca Brazão (MDB).

Dessa forma, o gestor consegue se manter próximo dos níveis estadual, nacional e municipal através de conexões que o proporcionam a possibilidade de mais efetividade na sua atuação no município. A extensa lista de partidos e atores com os quais o prefeito tem bom trânsito pode ser explicada através da sua trajetória política e também o fator familiar. Através da ocupação dos cargos de secretaria estadual de Defesa do Consumidor e de Trabalho, de deputado estadual e de vereador, o político conseguiu consolidar relacionamentos com outros players de diferentes planos institucionais. O seu parentesco com Luciano Vieira (Republicanos) também tem sido bastante decisivo em seu governo já que o deputado estadual em exercício coopera integralmente com os projetos do prefeito estando presente na cidade regularmente, destinando emendas parlamentares e prestando todo tipo de apoio ao irmão.

De acordo com os primeiros 100 dias de governo, a população de São de Meriti pode esperar dos próximos meses um período de consolidação do nome do prefeito como gestor da cidade e também possíveis

consequências circunstanciais como desdobramentos do inquérito policial que o prefeito enfrentará. O projeto de estabelecer o chefe do executivo municipal como um ator primoroso para o desenvolvimento de São João de Meriti está em curso desde os primeiros dias de mandatos, como manifestação prática através da revitalização e reestruturação da cidade em suas áreas de maior fragilidade e de críticas sistemáticas à gestão anterior. Sobre os eventuais efeitos da ação que o prefeito deve responder pelo escândalo financeiro, é cedo para traçar conclusões, mas a população pode esperar a eclosão de outras polêmicas oriundas do fato que podem causar impactos na imagem ou até na própria gestão do político.

Noroeste
&
Norte

Campos dos Goytacazes

*Millena Dias Nogueira
Niara Melo Retana*

A disputa para a Prefeitura em Campos dos Goytacazes teve como principais nomes Wladimir Garotinho (PP), seguido pela Delegada Madeleine (União Brasil), que lideraram as pesquisas de intenção de votos. Participaram também Professor Jefferson (PT), Thuin (PRD), Dr Buchaul (Novo), Fabrício Lírio (Rede) e Pastor Fernando (PRTB).

Wladimir Garotinho (PP), que faz parte do Partido Progressista e é filho dos ex-Governadores Anthony e Rosinha Garotinho, além de ser irmão de Clarissa Garotinho, ex-deputada federal, vence no primeiro turno e é reeleito com um resultado histórico de 192.232 votos (69,11%). Enquanto sua principal concorrente, Delegada Madeleine, filiada ao partido União Brasil, ficou com 67.354 votos, totalizando 24,22% nas urnas. A eleição foi marcada por uma disputa de dois grupos tradicionais. Wladimir Garotinho (PP) foi apoiado por sua família, que tem grande trajetória na política e influência no município. Delegada Madeleine, por sua vez, foi apoiada e teve sua candidatura afiançada pelo presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) Rodrigo Bacellar, que também é filiado ao União Brasil. Além de Bacellar, seus apoiadores e sua família tradicional de políticos da cidade também declararam apoio a ela.

A distribuição das secretarias de governo

Atualmente, o Chefe de Gabinete do prefeito é o contador Walter Jobe, cargo que ocupa desde 2021, quando Wladimir estava em seu primeiro mandato como prefeito da cidade e efetuou trocas no secretariado, no qual Walter deixou o comando da Secretaria da Fazenda e assumiu a chefia de Gabinete. O cargo de secretário de Governo é ocupado pelo ex-deputado federal, Caio Vianna, do PSD, que também já foi secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação de Niterói. Caio é filho do ex-prefeito campista, Arnaldo Vianna, e foi candidato à Prefeitura de Campos dos Goytacazes duas vezes, chegando ao segundo turno em 2020 pelo PDT com 110.094 votos (47,60%), sendo derrotado por Wladimir Garotinho, que na ocasião obteve 121.174 votos (52,40%) pelo seu atual partido. No entanto, nessas eleições municipais, Caio declarou apoio a seu antigo adversário, Garotinho.

A composição da Mesa Diretora de Campos dos Goytacazes

Para o biênio de 2025-2026, o vereador que ocupa o cargo de presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal é Fred Rangel (PP), que foi eleito com 22 votos favoráveis, duas abstenções, sendo essas de Marquinho Bacellar (União) – da família do presidente da Alerj – e Thamires Rangel (PMB) e um voto contra, de Juninho Virgílio (Podemos), que também disputava o cargo e votou em si mesmo, ou seja, teve apoio da

maioria da Câmara e é de mesmo partido que o prefeito. Fred foi seu assessor parlamentar federal entre 2018 e 2020, quando Wladimir Garotinho era deputado. Foi, também, assessor parlamentar federal do deputado Paulo Feijó (filiado ao PR, que posteriormente se fundiu ao PL), condenado em 2017 por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Fred Rangel, inclusive, atuou no Executivo municipal da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, como secretário entre janeiro de 2021 a dezembro de 2022.

O 1º vice-presidente da Mesa Diretora é Silvinho Martins (MDB), foi vereador na cidade em 2016 e reeleito em 2020, além disso, é irmão de José Cláudio, ex-deputado estadual por três mandatos. O 2º vice-presidente, Abdu Neme (PL), é ex-superintendente da Secretaria Municipal de Saúde e está no 6º mandato. O 1º secretário é o vereador Diego Dias (PDT) e o 2º secretário, que foi reeleito vereador, é Anderson de Matos (Republicanos), pastor evangélico há 20 anos.

A composição da Câmara Municipal

Há na Câmara de Campos dos Goytacazes 25 cadeiras, tanto nas eleições de 2020, quanto nas eleições de 2024. A composição do Legislativo da cidade em 2020, antes da janela partidária, contava com quatro assentos do PSD e três cadeiras do PDT. Os partidos Solidariedade, PSC, DEM, PSL e PROS obtiveram, cada um, duas cadeiras; Avante, Republicanos, Podemos, MDB, PTC, PL, Cidadania e PTB elegeram apenas um vereador.

Após as mudanças, o PP e o União Brasil (fusão entre DEM e PSL) passaram a liderar o número de cadeiras com cinco, o PL, PDT e MDB com três cadeiras, o Podemos com duas cadeiras e o PSD, PRD, Solidariedade, Republicanos e PMB com apenas um assento.

O PP liderou o número de cadeiras no fim do mandato de 2020 e segue liderando em 2024, sendo esse o mesmo partido do prefeito. A sigla alcançou, nas eleições de 2024, o total de sete cadeiras, já o União Brasil perdeu três cadeiras e agora possui apenas duas, juntamente com o PL, que perdeu uma cadeira, Republicanos, que ganhou uma, assim como o Solidariedade e Podemos, que continuam com o mesmo número de assentos. Já o PDT e o MDB permaneceram com três cadeiras e o PSD e PMB com uma.

2020	2024
PP (5 cadeiras)	PP (7 cadeiras)
União Brasil (5 cadeiras)	União Brasil (2 cadeiras)
PL (3 cadeiras)	PL (2 cadeiras)
PDT (3 cadeiras)	PDT (3 cadeiras)
MDB (3 cadeiras)	MDB (3 cadeiras)
Podemos (2 cadeiras)	Podemos (2 cadeiras)
PSD (1 cadeira)	PSD (1 cadeira)

PRD (1 cadeira)	PRD (0 cadeira)
Solidariedade (1 cadeira)	Solidariedade (2 cadeira)
Republicanos (1 cadeira)	Republicanos (2 cadeira)
PMB (0 cadeiras)	PMB (1 cadeira)

Além do partido ao qual o prefeito é filiado ocupar o maior número de cadeiras na Câmara, Wladimir conta com o apoio do presidente da Mesa Diretora Fred Rangel, que também é filiado ao PP. Entretanto, a queda de cadeiras do União Brasil se destaca em um cenário de atrito, visto que a Delegada Madeleine, principal opositora de Wladimir nas eleições para prefeito, é do União Brasil. Outra ocasião de atrito entre Câmara e o atual prefeito ocorreu durante as eleições, momento em que foi declarado o apoio da família Bacellar à Delegada Madeleine (União Brasil), que contou com a aliança com o ex-presidente da Mesa Diretora, Marquinhos Bacellar, do União Brasil e irmão de Rodrigo Bacellar.

A situação entre o prefeito e Câmara se mostra favorável, pois ao se eleger ele fazia parte da coligação “O Trabalho Começou”, formada pela coligação: Agir, Avante, MDB, PP, PDT, PL, Podemos e Republicanos. Os partidos com maior número de cadeiras no Legislativo – PL, PDT e MDB – se encontram nela e continuam apoiando Garotinho. Antes mesmo da candidatura de Wladimir para concorrer novamente à Prefeitura, o PL e o PDT reforçaram seu apoio em uma possível reeleição, enquanto o MDB é o partido do vice-prefeito, Frederico Paes.

A composição do secretariado municipal

A divisão de secretarias do município de Campos dos Goytacazes se organizou da seguinte maneira neste novo mandato de Garotinho: A Secretaria Municipal de Governo está sob gestão de Ruy Crispim e a Secretaria Municipal da Fazenda está sendo gerenciada por Carlos Roberto dos Santos Júnior.

A Secretaria Municipal da Saúde é administrada por Paulo Hirano. Ele já foi secretário três vezes anteriormente, duas nomeado por Rosinha Garotinho, e outra por Wladimir em 2021. Além disso, foi eleito vereador em 2012. Na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente, quem está na gestão é Cláudio Francisco Correa Valadares, que assumiu a posição em 2021 com a secretaria recém criada. A frente da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, está Marcelo Ferres, que já correu a vereador pela primeira vez em 2024, mas não foi eleito. Ele já foi secretário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica até 2016, quando recebeu o convite de Wladimir para assumir a secretaria da qual atualmente está no poder em Campos.

A Secretaria de Comunicação Social é comandada atualmente pelo secretário Matheus Gustavo, jornalista que ocupou o lugar de Sérgio Cunha para que este passasse, então, a atuar como assessor de gabinete do vice-prefeito Frederico Paes (MDB). Matheus já exerceu a função de superintendente de Relações Institucionais na mesma Secretaria. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social está sob direção de Rodrigo Carvalho, que se candidatou pela primeira vez a vereador, mas não foi eleito. Além dele, a Secretaria

Municipal de Administração e Recursos Humanos está sob gestão de Fellipe Augusto Almeida. Patrícia Alencar supervisiona a Secretaria de Turismo desde 2021, após sair do cargo de superintendente da Educação e Cultura da Câmara Municipal. Vinícius Madureira, candidato a vereador em 2024 e suplente, está comandando a Secretaria Municipal de qualificação e emprego.

A Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca está nas mãos de Almy Júnior, nomeado desde 2021 e que já foi membro da Câmara de Fruticultura do Ministério da Agricultura do Brasil. A Secretaria Municipal de Serviços Públicos está sob o comando de Simone Muniz e a Secretaria Municipal da Ordem Pública está sob a gestão de Rodrigo Ibiapina, que foi nomeado em 2024 e em 2019 foi nomeado Coronel, nível de mais alta patente da Polícia Militar.

O secretário Suledil Bernardino está no comando da Secretaria Municipal da Casa Civil, ele já teve passagens por diversas secretarias municipais, incluindo as pastas de Controle, Governo e Fazenda, durante os mandatos de Rosinha Garotinho. Em 2017 Suledil foi preso durante a “Operação Caixa D’água”, conduzida pela Polícia Federal. Ele foi acusado de integrar uma organização criminosa liderada por Anthony Garotinho, com envolvimento em esquemas de arrecadação de recursos para campanhas eleitorais entre 2010 e 2014. Essa operação resultou na prisão de diversos membros do grupo político, incluindo Suledil e Rosinha, ex-prefeita de Campos. Em 2020, também foi nomeado por Wladimir Garotinho para comandar a Secretaria Municipal de Governo e Comunicação.

A Secretaria Municipal da Defesa Civil está sob comando de Alcemir Pascoutto da Rocha e a Secretaria Municipal do Petróleo, Energia e Inovação está no comando de Marcelo Neves, que ocupa o cargo desde 2021. O secretário Fabrício Ribeiro, que antes atuava como diretor-presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Campos (Previcampos) até março de 2024, agora dirige a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

E por último, a Secretaria Municipal de Captação de Recursos e Convênios que é dirigida por Thiago Ferrugem. Ele foi eleito vereador em 2017 pelo PR – antes do partido se fundir ao PL –, e atuou como secretário parlamentar no gabinete de Wladimir Garotinho quando este ainda era deputado federal, exercendo funções de apoio legislativo e administrativo. De 2021 a 2024, desempenhou o papel de chefe de Gabinete do prefeito Wladimir e ficou responsável pela coordenação das atividades administrativas e políticas do Gabinete municipal. Thiago Ferrugem esteve envolvido na “Operação Chequinho”, uma investigação da Polícia Federal que apurou um esquema de compra de votos nas eleições de 2016. Ele, então, foi condenado por abuso de poder político e econômico, conduta vedada a agente público e outras irregularidades eleitorais. No entanto, em 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF) anulou sua condenação, reconhecendo irregularidades nas provas utilizadas no processo.

Articulações com outros níveis de governo

Já a relação com a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), não é estável. Além de não ter recebido apoio de Rodrigo Bacellar, presidente da ALERJ, Wladimir, recentemente, rebateu críticas do deputado estadual bolsonarista Philippe Poubel (PL) em sua página oficial no Instagram. Ele descreveu o deputado como submetido a ordens, “você é uma pessoa segurada na coleira pelo seu dono”, afirmou Wladimir. Os ataques começaram após um vídeo de Poubel criticando a Guarda Municipal de Campos e publicando declarações ofensivas que afirmavam que Garotinho seria responsável pela “Operação Caça Níquel” em Campos.

Reprodução das redes sociais

No Encontro de Novos Prefeitos e Prefeituras, realizado no mês de fevereiro de 2025, em Brasília, Wladimir publicou imagens ao lado de ministros, deputados federais e outros prefeitos. Em suas redes sociais, foi publicada uma foto com a ministra da Saúde Nísia Trindade, afirmando tratar com ela sobre o financiamento para a alta complexidade de Campos e sobre o aumento de agentes causadores de endemias.

O ministro de Turismo, Celso Sabino, também é um aliado. Em uma publicação no Instagram, Garotinho posa para uma foto ao lado dele e do deputado Murilo Gouveia (União Brasil). Ele esclarece na legenda que trataram neste encontro sobre retorno dos vôos e a revitalização do Centro Histórico.

Seu perfil no Instagram conta, também, com a presença de imagens ao lado dos deputados federais Arthur Lira (PP), Dr. Luizinho (PP), Nikolas Ferreira (PL) e o atual presidente da Câmara Federal, Hugo Motta (Republicanos). Além disso, também há fotos ao lado dos prefeitos João Henrique Holanda Caldas, conhecido como JHC, de Maceió, e Léo Pelanca, de Italva, ambos do PL.



Reprodução: Acervo Pessoal

Principais ações implementadas nos cem primeiros dias de governo

De acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, o município de Campos dos Goytacazes é composto por 483.540 cidadãos, sendo 119,91 habitantes por quilômetro quadrado. O salário médio dos trabalhadores empregados formalmente é, em média 2,2 salários mínimos, de acordo com dados de 2022. Em 2021, o PIB per capita de Campos dos Goytacazes foi de 72.243,98 reais, sendo, portanto, o 14º maior PIB per capita no estado do Rio de Janeiro.

Durante os primeiros 100 dias à frente da Prefeitura novamente, Wladimir já implementou diversas medidas em resposta às demandas da população. No âmbito educacional, houve uma expansão de escolas, com a construção de seis creches, sendo elas: Irmã Dulce, Gilberto do Espírito Santo Amaral, Creche Getúlio Vargas, Jardim Ceasa, Lourdes da Cruz Souza, a Creche Escola Felismundo Marques Barreto, em Farol de São Tomé, e a Creche em Donna, oferecendo uma quantidade maior de vagas. Além disso, também houve um incentivo para a qualificação formal dos professores do ensino infantil e fundamental e a inserção de tecnologias digitais na educação, seguindo instruções da Firjan.

No mesmo período, a gestão também promoveu avanços na área da saúde. Entre as ações realizadas, têm destaque as reformas na Clínica HGG, com objetivo de enfrentar o problema de superlotação, levando a uma aplicação nas áreas de emergência e urgência. As obras garantiram aumento da capacidade do atendi-

mento e a melhoria da infraestrutura, possibilitando condições para a realização de tratamento de hemodiálise e transplante renal. Também foram realizadas reformas estruturais nas UBS de Ibitioca e Morangaba, e a construção da Clínica da Família em Travessão, visando melhorar as condições de atendimento e a qualidade do serviço prestado aos moradores.

Paralelamente às ações na saúde, houve início de uma série de obras voltadas para melhorar a mobilidade urbana e a qualidade dos espaços do município. Dentre as ações desenvolvidas, destaca-se o projeto Bairro Legal, voltado para obras de calçamento, drenagem e esgoto em diferentes bairros de Campos.

Ainda dentro das propostas de melhorias urbanas, foi implantado o projeto “Caça Fio” para a retirada de fios soltos sem funcionalidade, ação essa que contribui com a segurança e com a paisagem urbana. O projeto foi criado para acabar com um problema antigo da cidade e que é dever da empresa privada de energia Enel resolver, como afirmou Wladimir Garotinho (PP) em uma publicação no Instagram: “Apesar de ser uma obrigação da Enel, a Prefeitura já iniciou essa missão e vamos cobrar a empresa para que cumpra seu dever!”.

Para mais, ele deu início a um programa para promover a modernização da iluminação pública, substituindo as lâmpadas convencionais por LED com o projeto “Brilha Campos 100% LED”, que já efetuou mais de 500 instalações de LED no distrito de Ururaí e a instalação de super postes no Parque Aurora.

Um dos grandes problemas enfrentados pela população campista é a condição de pobreza na qual grande parte da população vive. Tentando garantir medidas para minimizar o impacto que isso gera na população, a Prefeitura criou uma nova Clínica Odontológica na Faculdade Universo para atender todos gratuitamente. Outra iniciativa voltada para a redução do impacto social, foi o programa “Cartão Recomeçar”, desenvolvido em parceria com o governo do estado, que concede um benefício no valor de 3 mil reais para famílias afetadas pelas enchentes ocorridas em março de 2024, com o objetivo de apoiar a reconstrução de seus lares e promover a possibilidade de retomar a vida cotidiana. Além disso, Wladimir mantém o projeto “restaurante do povo” inaugurado em 2021 e destaca em suas redes sociais sua importância por servir refeições para a população mais pobre, oferecer vacinação, cursos de capacitação profissional e atenção social. Complementando essas ações, Wladimir direcionou investimentos ao lazer social. Foram reformadas e construídas praças em diversos pontos da cidade, acompanhando eventos gratuitos culturais e de músicas, incluindo iniciativas que valorizam a prática de esportes, incentivando a integração comunitária e a valorização dos espaços públicos.

Com essas iniciativas, o prefeito trabalha constantemente na aproximação com a população, reforçando essa imagem em suas redes sociais. Wladimir tem participação frequente nas inaugurações do município, marcando presença em eventos comunitários, onde realiza uma interação direta com os moradores, principalmente com os jovens, fortalecendo o vínculo popular, alinhando isso a uma atuação política articulada para construção da sua imagem pública.

O uso regular das redes sociais amplia a percepção de uma gestão próxima e ligada nas necessidades da população, com a divulgação de suas ações, se aproxima dos eleitores com uma espécie de vínculo emocional, o que intensifica a simpatia e confiança dos campistas com a família Garotinho. A importância de ser ativo nas redes é notória, pois esse é o principal meio de comunicação do prefeito, que apenas eventualmente faz declarações à imprensa. Em sua entrevista mais recente pós reeleição, garantiu que suas prioridades nesse novo mandato seriam um melhor serviço de transporte público em Campos e a humanização do atendimento à saúde.

Entretanto, Wladimir não apresentou grandes respostas, nesses primeiros 100 dias, à insuficiência dos serviços de transporte público, uma das maiores insatisfações da população. O serviço em Campos é um grande problema para os moradores, pois lidam com a baixa oferta de ônibus, superlotação, degradação dos veículos, além dos horários irregulares, o que dificulta o acesso em determinadas regiões do município. Até o momento, a resposta a isso se restringiu a uma publicação em seu Instagram, na qual foi anunciada uma mudança de gestão no setor, seu ex-líder de governo da Câmara, Álvaro Oliveira, está agora à frente do IMTT Campos (Instituto Municipal de Trânsito e Transporte).

Tendências para o futuro do governo

Por mais que haja brigas familiares, como a que ocorreu entre Wladimir e seu pai, Anthony Garotinho, no período de pré-campanha eleitoral, por considerar que o filho o estava isolando politicamente, a família Garotinho se mostra unida e focada em Campos dos Goytacazes, utilizando do capital familiar para angariar votos.

A população campista pode esperar para esses próximos meses de gestão, a finalização de obras e a reafirmação do sobrenome “Garotinho” como importante para que a cidade se desenvolva e tenha cada vez mais avanços socioeconômicos, pois esta é a mensagem diariamente sendo transmitida nas redes sociais pessoais do prefeito. Além disso, ele tem se mostrado ouvinte das queixas da população, apesar de não ter demonstrado ações significativas em relação ao transporte e segurança pública nesses 100 dias de governo, seu posicionamento com a população mostra que há possibilidade dessa demanda ser realizada, visto que, são queixas que se estendem desde seu antigo mandato.

De acordo com o último Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) de Campos dos Goytacazes, em 2022, a situação das contas do município estava boa, principalmente devido a um excelente planejamento financeiro, mesmo que precisando superar a baixa autonomia para cobrir os custos da Prefeitura sem depender de transferências e os investimentos públicos em patamares críticos.

A Firjan também deixou sugestões de demandas empresariais que se forem cumpridas levariam à potencialização do desenvolvimento socioeconômico do município, porém, nem todas estão sendo realizadas, como por exemplo, a demanda de atuar junto ao governo federal para a construção da Estrada de Ferro 118, que vai conectar o Porto do Açu ao Centro-Oeste do país, projeto que o atual prefeito é contrário por considerar que não há contrapartidas justas para o desenvolvimento local, como o próprio afirmou em uma postagem nas redes sociais: “Manifestei minha posição contrária a maneira como esse projeto está para ser executado. O Estado do Rio de Janeiro já perdeu oportunidades demais e não pode mais aceitar propostas que não atendam às suas reais necessidades. A atual proposta representa um balde de água fria para nossa região, enquanto o Espírito Santo e empresas como Vale do Rio Doce e Porto do Açu colherão os lucros, nós ficaremos só com o ônus.”

Mesmo assim, há tendências de avanço socioeconômico municipal, já que esses dados publicados pela Firjan apresentam uma melhoria significativa no nível de investimento do município, mesmo que ainda dentro da classificação “crítica” no ano de 2022. A situação das contas do município, saiu de uma situação “crítica” em 2021 para uma situação “boa” em 2022. Isso tende a se manter, pelos empregos que as obras para melhoria de Campos têm gerado, além das ações do prefeito nesses primeiros cem dias de atuação frente ao Executivo municipal.

Baixada Litorânea & Costa Verde

Angra dos Reis

*Gabriela Lopes
Leonardo Nogueira*

Nas eleições municipais de 2024 em Angra dos Reis, Cláudio Ferreti (MDB) foi eleito para seu primeiro mandato como chefe do Executivo municipal, tendo recebido 40.681 votos (42,41%), e superando Renato Araújo (PL), que obteve 39.579 votos (41,27%). Ferreti (MDB), apoiado pelo ex-prefeito de Angra dos Reis Fernando Jordão (MDB), conquistou o cargo para prefeito por uma diferença de apenas 1.102 votos sobre Araújo (PL), que contou com o apoio declarado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Ferreti e seu vice, Rubinho Metalúrgico (PP), integraram a coligação “Angra no Caminho Certo”, composta pelos partidos PP, PDT, MDB, Podemos, PRD, Agir e Solidariedade. Cláudio Ferreti e Rubinho foram eleitos apesar da polêmica envolvendo o uso indevido da imagem do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, em materiais de campanha de Ferreti. A situação levou o ex-presidente a açãoar a Polícia Federal contra o então candidato, segundo noticiado pelo jornal Metrópoles.

Em Angra dos Reis, a Controladoria Geral do município, que exerce funções equivalentes às de uma secretaria de Governo, é chefiada por José Carlos de Abreu, nomeado por Ferreti em 2025. José Carlos possui uma longa trajetória na iniciativa privada, onde atuou por mais de duas décadas como gerente em instituições financeiras, além de ter realizado auditorias financeiras e operacionais no Hospital São Batista, em Volta Redonda. Na esfera pública, foi secretário de Fazenda de Volta Redonda entre 2005 e 2016 e ocupou o cargo de secretário de Finanças de Angra dos Reis de 2017 a 2020. O cargo de secretária executiva de Chefia de Gabinete é ocupado por Flávia Teles de Souza, que foi servidora pública por 30 anos.

Jorginho Brum (MDB) é o atual presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Angra dos Reis, eleito por unanimidade por todos os 15 parlamentares para ocupar o cargo no biênio 2025-2026. Jorginho foi eleito como vereador com uma votação de 3,09%, obtendo no total 3.019 votos ao fim da apuração das urnas. A vereadora Titi Brasil (MDB), ocupa o cargo de primeira vice-presidente da Mesa Diretora, diferentemente do biênio 2021-2022, no qual a vereadora havia ocupado o cargo de segunda vice-presidente da Mesa Diretora. O segundo vice-presidente da mesa diretora é Chapinha (PRD), metalúrgico que ocupou duas vezes o cargo de diretor do sindicato dos metalúrgicos. Em 2012, foi eleito vereador de Angra com 1.504 votos. O primeiro secretário da Mesa Diretora é Charles Neves (PP), que se candidatou a vereador em 2004, porém não foi eleito. Em 2020, obteve 1.210 votos para o cargo de vereador, dessa vez sendo eleito. O segundo secretário, Edinho Rodrigues (Avante), foi eleito em 2024 para o cargo de vereador de Angra dos Reis com 1.282 votos, atuando anteriormente como assessor parlamentar em Angra dos Reis e na Câmara dos Deputados, na gerência de turismo.

A Câmara Municipal de Angra dos Reis iniciou sua 20º Legislatura em 2025, com bancadas e apoios semelhantes aos que foram desempenhados no passado recente da cidade. Com baixa renovação, o legisla-

tivo do município ganhou mais um partido, tendo agora oito legendas, ao invés de sete, mas em sua maioria alinhados à gestão do prefeito Cláudio de Lima Sírio, mais conhecido como Ferreti (MDB). O padrão de apoio dos parlamentares à Ferreti segue uma cartilha deixada pelo ex-prefeito de Angra, Fernando Jordão (MDB), que tinha 11 vereadores em sua base dos 14 que compunham a Câmara do município.

Na atual Legislatura, que vai de 2024 a 2028, a Câmara municipal de Angra passou a contar com mais uma cadeira, tendo atualmente 15 vereadores, por conta do aumento populacional da cidade, atestado com a divulgação do Censo do IBGE de 2022. Desses 15 vagas na Câmara, dez parlamentares filiados a partidos que fizeram parte da coligação de Ferreti obtiveram assentos, configurando uma maioria de apoio dos vereadores de Angra ao prefeito. Essa bancada representa, ao todo, dois terços das cadeiras no Legislativo da cidade.

Em 1º de janeiro de 2025, dia em que Ferreti tomou posse como prefeito de Angra em uma cerimônia no late Clube Aquidabã, os vereadores também foram empossados. No local, a Mesa Diretora da Câmara Municipal também foi eleita. Dos cinco parlamentares que compõem a mesa diretora da Câmara, quatro fazem parte da base do prefeito: Jorginho Brum; Titi Brasil; Charles Neves; e Edinho Rodrigues.

Quando separada por partidos, a Câmara mais uma vez se mostra favorável ao chefe do executivo municipal, apresentando-se da seguinte forma: MDB, com quatro vereadores eleitos, seguido do PP, com três cadeiras, e Agir e PL com dois vereadores eleitos. Os demais quatro partidos — SD, PRD, Republicanos, Avante — têm, cada um, um parlamentar em exercício na casa. Ao compararmos a atual composição da Câmara de Angra dos Reis com a antiga, vemos que o MDB continua sendo o partido com maior número de cadeiras — a legenda perdeu apenas uma, obtendo, assim, quatro. O PP permaneceu com a mesma quantidade de parlamentares: três vereadores eleitos. O PL, que não tinha nenhum vereador, conseguiu duas cadeiras. O partido Agir permaneceu com dois vereadores. Avante, Solidariedade, Republicanos e PRD continuaram com uma cadeira cada. Apenas o PL é um partido novo dentro da casa legislativa do município nesta legislatura. A legenda, que não faz parte da coligação de Ferreti, teve Renato Araújo como candidato próprio nas eleições municipais de 2024, que foi o segundo colocado no pleito. Nesse contexto, o atual prefeito conta com dois vereadores de oposição: Marcelinho Bob (PL) e Greg Duarte (PL).

Durante as eleições, o PL ficou dividido: Ferreti contou com a aliança da deputada estadual Célia Jordão (PL), esposa do prefeito, que o apadrinhou. Essa situação causou desconforto interno no Partido Liberal. O presidente municipal da legenda, Valmir Servolo, protocolou pelo Conselho de Ética do partido um pedido no intuito de expulsar Célia. Porém, a sigla partidária optou por não levar adiante a protocolização. O atual prefeito de Angra também teve apoio do governador do estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL). Renato Araújo (PL), por outro lado, dispôs, ao longo de toda a sua campanha, do apoio da família Bolsonaro, com a presença dos mesmos em carreatas e comícios. Foi o próprio ex-presidente, Jair Bolsonaro, que o indicou ao cargo. Por essa razão, o PL decidiu lançar a sua candidatura mesmo ele não sendo alguém conhecido pela maioria dos angrenses e que nunca tinha feito parte da administração municipal.

Entre os 14 vereadores que estavam na Câmara Municipal, nove foram reeleitos, sendo oito parte da coligação de Ferreti (MDB). O único reeleito que não pertence a um partido compõe a chapa vitoriosa é Edinho Rodrigues. O número de vereadoras em Angra dos Reis caiu, com apenas duas mulheres ocupando a casa: Jane Veiga (MDB) e Titi Brasil (MDB). Na Legislatura anterior (2021-2024), havia quatro vereadoras. Quando o tema é raça, apenas três vereadores eleitos se autodeclararam pretos, sendo todos homens. Um deles é Kelven da Saúde, o parlamentar mais votado do município, tendo obtido 3.729 votos. Em comparação com

a Legislatura anterior, na qual apenas Henrique Obina (Cidadania) se autodeclarava preto, essa mudança representa um avanço, embora ainda evidencie a necessidade de uma maior diversidade racial na Câmara.

O governo do prefeito Cláudio Ferreti é composto majoritariamente por nomes ligados ao grupo político que governa Angra dos Reis há mais de uma década. Alguns dos nomeados para compor as secretarias já faziam parte da equipe da gestão do ex-prefeito Fernando Jordão (MDB). Essa distribuição de cadeiras reflete tanto a continuidade da gestão anterior quanto os acordos políticos que garantiram a vitória nas urnas. Entre os nomes que vão dar continuidade ao seu trabalho compondo a linha de frente de sua área está o secretário de Educação, Paulo Fortunato, que possui uma trajetória consolidada na política local. Outro nome que Ferreti também manteve da antiga gestão foi o do secretário de Cultura e Patrimônio, Andrei Lara, que atuou como conselheiro municipal de Cultura desde 2010 e renunciou ao cargo de presidente do grupo para assumir a secretaria executiva de Cultura em janeiro de 2021.

Nomes que se mantiveram à frente de suas secretarias anteriores foram: Douglas Barbosa, que se manteve como secretário de Segurança Pública. Antes de ocupar o cargo de secretário municipal, Barbosa era o responsável pela segurança particular do ex-prefeito Fernando Jordão e sua família, o que indica forte vínculo do secretário com essa figura. O secretário de Segurança Pública do município já foi alvo de acusações nas redes sociais em 2023, por meio de uma denúncia anônima que ganhou ampla repercussão após ser compartilhada pelo ex-vereador Sargento Thimoteo que ocupava o cargo de superintendente de Planejamento Estratégico da secretaria executiva de Segurança Pública. Em áudios divulgados na internet, Thimoteo afirmou que as denúncias contra Barbosa teriam origem em grupos de policiais do Rio de Janeiro. Segundo Thimoteo, Douglas deveria “torcer pela vitória de Cláudio Ferreti nas eleições”, garantindo a sucessão do então prefeito Fernando Jordão, de quem o secretário era homem de confiança e segurança pessoal. Caso contrário, correria o risco de “cair nas mãos de colegas de farda” que o desprezam. Thimoteo também sugeriu que o Ministério Público deveria investigar o uso do cargo público e de viaturas policiais na prestação de segurança privada em diversos condomínios da cidade.

No dia 4 de abril de 2025, Ferreti postou em suas redes sociais que Angra dos Reis ficou em primeiro lugar na redução de crimes entre os municípios do estado, de acordo com os dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro. O resultado obtido é proveniente de uma estratégia que está integrada entre a Prefeitura e as forças policiais, reforçada também pela liderança de Barbosa como secretário de Segurança Pública, que segue à frente da pasta com foco em ações preventivas e fortalecimento da segurança no município.

A engenheira civil Elisabeth Brito também é uma figura que permanece no comando da Secretaria de Urbanização, Parques e Jardins; William Gama, como secretário da Juventude; e Alan Bernardo, como secretário de Infraestrutura e Obras Públicas. Outra secretaria que já estava em exercício e se mantém no cargo de secretária é Thaís Bedê, que continua à frente da gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania.

Cláudio Ferreti promoveu, também, mudanças em algumas secretarias. Rafael Alvarenga assumiu a secretaria executiva de Comércio e Postura. Na área de Comunicação, Marlene Ponciano foi nomeada para substituir Fabrício Ostrowski como secretária. Ponciano já ocupou vários outros cargos públicos, como secretária executiva de Cultura e Patrimônio, superintendente de Comunicação Institucional e Parcerias, superintendente de Gestão do Programa Comunidades de Angra (PCA), superintendente de Planejamento e Gestão Estratégica e superintendente de Cultura e Patrimônio. O atual prefeito de Angra também confirmou Vitor Simões

como novo secretário de Articulações Governamentais. Outra alteração anunciada é na Secretaria de Esportes e Lazer, que será comandada pelo vice-prefeito eleito, Rubinho Metalúrgico. Aurélio Marques foi escolhido para assumir a Secretaria de Relações Institucionais, com a missão de fortalecer a interlocução com a Câmara Municipal e outras instituições públicas em nível nacional e estadual. Ele substitui Roberto Peixoto Medeiros da Silva. Já na Secretaria de Desenvolvimento Regional, Felipe Larrosa será o novo gestor, ocupando o lugar de Tiago Murilo Scatulino. O atual prefeito também criou duas novas secretarias municipais em Angra dos Reis: a Secretaria de Articulação Governamental, coordenada por Vitor Simões, e a Secretaria Extraordinária de Infraestrutura, pasta comandada por Alan Bernardo, que comandava anteriormente a Secretaria de Infraestrutura e Obras Públicas da gestão do ex-prefeito Fernando Jordão.

De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, o município de Angra dos Reis tem uma população de 167.434 habitantes. O salário médio dos trabalhadores empregados formalmente é, em média, 3,1 salários mínimos, de acordo com dados de 2022. Em 2021, o PIB per capita de Angra dos Reis foi de 53.262,55 reais, sendo, portanto, o 24º maior PIB per capita no estado do Rio de Janeiro.

O prefeito destaca em suas redes sociais que os primeiros meses de governo trouxeram desafios intensos com as consequências das fortes chuvas, um obstáculo que exigiu ação imediata para promover parceria com o governo estadual e federal, assim mobilizando recursos para garantir apoio emergencial à população afetada. As fortes chuvas provocaram enchentes e deixaram ao menos 350 pessoas desabrigadas, configurando uma das situações mais críticas do estado do Rio de Janeiro. Ao longo do dia 5 de abril de 2025, o volume de chuvas chegou a 324 milímetros, levando o município a decretar estado de calamidade pública. Diante da gravidade do cenário, a Prefeitura precisou agir rapidamente, abrindo 36 pontos de apoio para oferecer acolhimento e assistência, ainda que de forma parcial, à população afetada.

Quanto às políticas implementadas, após cem dias de governo, Claudio Ferreti traça uma série de iniciativas nas áreas de saúde, educação e saneamento para Angra com o objetivo de aprimorar os serviços públicos e elevar a qualidade de vida da população. Uma iniciativa da Prefeitura conta com o transporte de medicamentos diretamente de residências de idosos e pacientes com o objetivo de garantir que esses medicamentos sejam entregues de forma rápida a pessoas que necessitam. Os medicamentos serão entregues utilizando motos climatizadas e a primeira fase do programa já está prevista para dar início em breve com a escolha de bairros piloto e alguns critérios de elegibilidade. Além disso, a cidade irá oferecer novos serviços médicos, evitando que moradores precisem buscar atendimento fora do município.

As obras do Hospital dos Olhos começaram em março de 2025 e irão disponibilizar exames oftalmológicos avançados e procedimentos cirúrgicos. O Hospital Municipal da Japuíba também será ampliado, passando a oferecer o serviço de Hemodinâmica, com a realização de exames como cateterismo e angioplastia, fortalecendo o atendimento cardiológico e oftalmológico local. Em uma entrevista à rádio Costazul, o prefeito ressalta os avanços no Hospital, que vai atender além de exames e cirurgias que anteriormente não eram realizados dentro do município. O prefeito entende a importância do hospital para que os moradores não precisem se deslocar da cidade na busca de atendimento. Ferreti ainda destaca o início das obras nos setores de hemodinâmica, cateterismo e angioplastia e aponta posteriormente o início das obras da radioterapia e da clínica de imagem. O prefeito ressalta ainda que a rede básica de saúde é uma prioridade da secretaria executiva da Saúde Primária que age com o objetivo de avançar e fortalecer o trabalho das Estratégias de Saúde da Família (ESF).

Na área da educação, foi implementado o programa “Cartão Educação” como uma iniciativa da Prefeitura de Angra dos Reis através da secretaria de Educação em que 27 mil alunos da rede pública municipal serão beneficiados com um valor de até 1.290 reais como forma de ajudar na compra de material escolar, uniformes e outros itens escolares. Profissionais da educação também irão receber créditos em dinheiro para adquirir esses itens. O cartão será entregue aos pais ou responsáveis dos alunos e, por meio dele, a Prefeitura repassa os valores aos pais e responsáveis para que seja possível comprar material escolar dos alunos. Esse programa reflete o investimento da Prefeitura e impulsiona uma formação melhor para crianças, adolescentes e adultos, bem como cidadãos. O uso do cartão é limitado ao comércio local, o que ajuda na movimentação da economia da cidade. O prefeito também destacou em suas redes sociais uma nova oportunidade para crianças de 1 a 3 anos, o novo CEMEI do centro, que vai ampliar a oferta de vagas de ensino infantil ampliando a educação e construindo um espaço para o desenvolvimento das crianças na rede de ensino.

A Prefeitura de Angra dos Reis também lançou dois projetos para modernizar a educação municipal: a Plataforma Escola Digital e o Programa de Robótica nas Escolas. A Escola Digital já está disponível online e permite que alunos e responsáveis acompanhem boletins, frequência, calendário letivo, cardápio da merenda e outros dados escolares, fortalecendo a participação e comunicação entre escola e família. Já o Programa de Robótica é integrado ao currículo escolar e promove o ensino de programação, pensamento computacional e cultura maker. Com kits didáticos e foco na abordagem STEAM (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática), o programa busca desenvolver competências como criatividade, autonomia e raciocínio lógico em mais de 22 mil estudantes da pré-escola ao 9º ano.

Ferreti aponta uma série de propostas na tentativa de atender as prioridades locais, como por exemplo, o problema de abastecimento de água que perdura em Angra há tempos e que o prefeito sinaliza como prioridade para sua agenda. Sua gestão caminha objetivando solucionar ao menos parcialmente o problema de desabastecimento. A Prefeitura de Angra dos Reis deu início ao plano Mais Água em Angra, que reúne uma série de ações para garantir o fornecimento de água no município. Com intervenções previstas entre 2025 e 2028, o projeto será executado em etapas de curto, médio e longo prazo. Na primeira fase, estão previstos investimentos de pelo menos 100 milhões de reais, com obras adaptadas às demandas e características específicas de cada região da cidade. No dia 30 de abril de 2025, o prefeito postou um vídeo em suas redes sociais acompanhando os avanços do projeto Mais Água em Angra, na elevatória do Areal para mostrar que o trabalho está dando resultado e que é importante a população ter ciência de que a Prefeitura de Angra segue trabalhando e avançando para resolução dos problemas referentes a falta d'água. O prefeito ainda conta com a ajuda de Giovanetti, engenheiro do SAAE, que reforça a questão da importância do trabalho para manter todas as bombas em atividade.

O prefeito também busca apoios estratégicos e aliados de peso para dar andamento à reativação do projeto da ferrovia Angra-Barra Mansa, que está inativa desde 2010 por conta de danos causados pelas chuvas. Ferreti aproveitou a ida do presidente Lula na segunda-feira do dia 17 de fevereiro em Angra para buscar apoio no desenvolvimento da gestão e tirar os planos do papel, dando continuidade às obras da ligação ferroviária. Durante um encontro no terminal da Transpetro, o presidente anunciou a aplicação de investimentos de 40 bilhões para retomada da indústria naval brasileira. No evento, também estiveram presentes os prefeitos Luiz Fernando Pezão (Piraí) e Babton Biondi (Rio Claro), que sinalizaram apoio ao prefeito na reativação da via. Segundo Ferreti, o presidente Lula demonstrou receptividade à proposta, prometendo retornar a Angra posteriormente com o objetivo de tratar mais sobre o assunto. O presidente destacou que a

ferrovia Angra-Barra Mansa irá acelerar a exportação de produtos agrícolas de Minas Gerais, trazendo mais oportunidades e empregos para o município.

Região Serrana

Petrópolis

Priscila Schmitz

Por apenas 58 votos, a eleição para a Prefeitura de Petrópolis não foi decidida no primeiro turno. O candidato Hingo Hammes (PP) obteve 49,96% dos votos válidos (78.734 votos). O segundo turno foi disputado entre Hingo e Yuri (PSOL), que conquistou 17,77% dos votos no primeiro turno (28.001 votos). No segundo turno, Hingo Hammes foi eleito prefeito com a maior porcentagem de folga de todo o Brasil, com 74,74% dos votos (108.306 votos).

A taxa de renovação da Câmara Municipal de Petrópolis foi de 53% em relação ao último pleito. Agora, em 2025, cinco dos 15 vereadores eleitos nunca haviam integrado a Câmara e dois velhos conhecidos retornaram à Casa. Thiago Damaceno, ex-candidato a vice-prefeito pela REDE em 2016, vereador eleito em 2008 pelo PV e em 2012 pelo PP, retorna ao Legislativo municipal representando o PSDB. Junto dele, Léo França (PSB) volta à Casa Legislativa depois de assumir a vereança em 2022 no lugar de Ronaldo Ramos (PSB), que naquela época havia assumido a Secretaria Municipal de Obras na gestão do ex-prefeito Rubens Bomtempo (PSB). Júlia Casamasso (PSOL), que já havia assumido a cadeira em 2022 quando Yuri (PSOL) foi eleito deputado estadual, tornou-se eleita pelo PSOL representando mais uma vez o mandato coletivo da Coletiva Feminista Popular.

Composição da Câmara pós eleição³⁵



Fonte: elaboração da autora.

³⁵ Em verde, novos vereadores. Em amarelo, vereadores que foram eleitos que já haviam participado do legislativo municipal de Petrópolis. Em cinza os vereadores reeleitos.

As eleições para o Legislativo foram favoráveis para as candidaturas femininas. Além de Júlia Casamasso (PSOL), também foi eleita vereadora a professora Lívia (PCdoB) e reeleita Gilda Beatriz (PP) para o seu quarto mandato. Com a diplomação de Hingo Hammes como prefeito, dois vereadores eleitos foram chamados para compor o secretariado do governo. Gilda Beatriz (PP) passou a comandar a pasta da Pessoa com Deficiência, Mobilidade Reduzida e Doenças Raras e a Secretaria da Mulher. Fred Procópio (MDB) assumiu a Secretaria de Governo e Planejamento. Carlos Alberto (MDB) e Domingos Protetor (PP) foram convocados para assumir as cadeiras vagas. Porém, no dia 28 de janeiro, a Mesa Diretora teve que convocar o segundo suplente do PP, Henrique Laranja, para assumir a cadeira, após Domingos Protetor ter sido nomeado diretor de Trânsito e Planejamento da CPTTrans. Henrique Laranja exerceu mandato entre os dias 4 e 18 de fevereiro, quando Gilda Beatriz (PP) retornou à Câmara Municipal.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Petrópolis para o biênio 2025-2026 foi eleita com a seguinte composição: Junior Coruja (PSD) foi reeleito para a presidência da Casa; o novo vereador Marquinhos Almeida (PP) é o 1º vice-presidente e 2º vice-presidente é Octavio Sampaio (PL), que volta a ocupar a Mesa; o cargo de 1º secretário ficou com Thiago Damaceno (PSDB) e 2º secretária é professora Livia Miranda (PCdoB). Também lançou candidatura à presidência da Câmara a vereadora Júlia Casamasso (PSOL), recebendo somente um voto. Já a liderança do governo na Câmara ficou com o vereador Dr. Aloísio Barbosa.

Uma das principais propostas de campanha de Hingo Hammes era a diminuição do número de secretarias. A gestão de Hingo incorporou secretarias afins e reduziu o número para 12 pastas. Na gestão anterior, o governo era composto por 24 pastas. O secretariado passou a ser organizado da seguinte forma: Fred Procópio (MDB) é secretário de Governo e de Planejamento e Orçamento; Fábio Júnior da Silva é secretário Municipal de Fazenda; Wagner Silva (MDB) é secretário de Administração e de Recursos Humanos; Adriana Kreischer é secretária de Assistência Social, Habitação e Regularização Fundiária; Marcelo Ramos (PL) é secretário de Serviços, Segurança e Ordem Pública; Guilherme Moraes é secretário Municipal de Proteção e Defesa Civil de Petrópolis; Samir El Ghaoui é secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico; Alexandre Gurgel é secretário de Educação; Maurício Veiga é secretário de Obras; Luis Cruzick (PP) é secretário de Saúde; Pablo Kling é secretário de Turismo; Leandro Kronemberger (União Brasil) é secretário de Esportes, Promoção da Saúde, Juventude, Idoso e Lazer; Adenilson Honorato (PRD), Presidente do Instituto Municipal de Cultura; Alex Christ, presidente do INPAS; Fernanda Ferreira, diretora-presidente da COMDEP; e Luciano Moreira, diretor-presidente da CPTTRANS.

Ainda fazem parte do governo Rosângela Stumpf, secretária-chefe de Gabinete; Dr. Fernando Araújo, procurador-geral do Município; Juliana Salvini, controladora-geral do Município; e Guilherme Almeida, coordenador de Comunicação Social. Vale destacar que Gilda Beatriz (PP) foi secretária da Pessoa com Deficiência, Mobilidade Reduzida e Doenças Raras, e de Direitos e Políticas para as Mulheres (interina) até o dia 17 de fevereiro, quando pediu exoneração da secretaria e voltou a ocupar a sua cadeira de vereadora no Legislativo municipal. Desde então, ninguém assumiu essas pastas.

Nas redes sociais, o prefeito Hingo Hammes (PP) está criando o hábito de postar o dia a dia da sua gestão. Sua primeira postagem foi referente ao primeiro dia de governo. No vídeo publicado em suas redes sociais, Hingo prioriza a questão da regularização da coleta de lixo, negligenciada no fim do mandato do ex-prefeito Rubens Bomtempo (PSB), e a abertura de auditorias internas referente aos pagamentos dos fornecedores da Prefeitura.

Nesta postagem, o atual prefeito reitera que seu mandato será feito com responsabilidade e transpa-

rência. Além de outras postagens sobre as primeiras ações de governo, o vídeo sobre os 30 dias de governo sistematiza as primeiras ações da gestão: resolução da crise do lixo, retomada da coleta seletiva e realização de mutirões da limpeza para minimizar os impactos das chuvas em diversos pontos da cidade; ampliação do prazo do pagamento do IPTU e garantia de 10% de desconto no pagamento da cota única; novas doses de vacinas contra covid-19, ampliação do acesso à prevenção do HIV e intensificação do combate da dengue; assinatura do CIMSERRA (Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região Serra; realização da Operação Tapa-Buraco, com asfaltamento de vias; retomada das obras do Teatro Dom Pedro; pagamento de 1/3 das férias dos servidores da área da educação, intensificação de programas de combate aos desastres naturais causados pelas chuvas, sobretudo com o Programa Limpa Rio em parceria com o governo do estado do Rio de Janeiro; entrega de 12 novos ônibus para a frota municipal e a manutenção da iluminação pública.

Através das suas redes sociais, Hingo Hammes reiterou o compromisso de estreitar as relações do Executivo com o Legislativo petropolitano. O prefeito esteve presente na abertura da primeira sessão legislativa do ano e fez uma postagem ao lado do presidente da Câmara, Júnior Coruja (PSD) e do secretário de Governo, Fred Procópio (MDB). No dia 18 de fevereiro, o prefeito Hingo Hammes (PP) realizou uma reunião com os vereadores para alinhar a liderança do governo e fortalecer a relação do Executivo com o Legislativo. Participaram dessa reunião os vereadores Dudu (União Brasil), Gil Magno (PSB), Junior Paixão (PSDB), Thiago Leite (PSD), Júnior Coruja (PSD), Wesley Barreto (PRD), Marquinhos Almeida (PP), Carlos Alberto (MDB), Thiago Damaceno (PSDB), Dr. Aluisio (PP) e o secretário de Governo, Fred Procópio (MDB). No dia 20 de fevereiro, o secretário realizou uma reunião com a vereadora Júlia Casamasso (PSOL), reiterando essa relação do governo com a Câmara Municipal.

Além disso, no dia 29 de janeiro, o prefeito Hingo Hammes (PP) fez uma postagem em que esteve ao lado do deputado federal Dr. Luizinho (Progressistas) e do deputado federal Hugo Leal (PSD), reforçando o apoio a candidatura do deputado federal Hugo Motta (Republicanos) à presidência da Câmara dos Deputados. No dia 11 de fevereiro, Hingo esteve presente em Brasília no Encontro de Novos Prefeitos, evento organizado para fortalecer a cooperação entre os municípios e o Governo Federal. Aproveitou a ocasião para se reunir com os deputados Max Lemos (PDT) e Murillo Gouveia (União Brasil), junto com o seu secretário de Governo, Fred Procópio (MDB) e com o deputado Roberto Monteiro (PL), junto com o presidente do Instituto Municipal da Cultura de Petrópolis, Adenilson Honorato (PRD). No início de março, o prefeito Hingo Hammes (PP) e o seu secretário de Governo, Fred Procópio (MDB), participaram de uma reunião com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, em Petrópolis.

Um dos principais debates que ocorreram nestes primeiros cem dias de governo foi a questão do aumento de 70% dos salários do prefeito, vice-prefeito e secretariado do governo. No dia 20 de dezembro de 2024, a Câmara Municipal aprovou com 13 votos o reajuste salarial. Júlia Casamasso (PSOL) e Octavio Sampaio (PL) não estavam presentes no momento da votação. Os valores ficarão congelados até 2029. A última atualização salarial para o chefe do Executivo foi realizada em agosto de 2016, pelo ex-prefeito Rubens Bomtempo (PSB).

Referências

ALVES, Marcus Vinícius Chevitarese; RIBEIRO, Thamara Dutra; FAUTINO, David Mercado. Estudo sobre o cumprimento da cota de participação feminina nas Eleições Municipais de 2024 por partidos e federações. Nota Técnica nº 6. **Observatório Nacional da Mulher na Política da Câmara dos Deputados**, Brasília, 4 out. 2024.

AVELAR, Lucia; CABRERA, Patrícia; GOULART, Mayra; MELO, Jéssica. “Womanhood under dispute: Impacts of counter-feminist movements over congress women’s actions in Brazil”. In: LIMA, Valesca; PANNAIN, Rafaela N.; MARTINS, Gabriela Pereira (Eds.). **The Consequences of Social Movements in Brazil**. Abingdon: Routledge, 2022.

BORCHORST, Anette; TEIGEN, Mari. “Dur Political Intersectionality: Tackling Inequalities in Public Policies in Scandinavia”. **Kvinder, Køn & Forskning, København**, v. 2, n. 3, p. 19-28. 2010.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo. 2014.

MOUFFE, Chantal. **El Retorno de lo Político: Comunidad, ciudadanía, pluralismo y democracia radical** Barcelona: Paidós, 1999.

PHILLIPS, Anne. **The Politics of Presence**. Nova York: Oxford University Press. 1995.

SACCHET, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 256, ed. 2, p. 399-431, mai/ago. 2012.

SILVA, Mayra Goulart da; HOMEM, Giulia Gouveia Siqueira Pinto. De Alzira Soriano a Tainá de Paula: as eleições de 2020 sob uma perspectiva interseccional. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 32, n. 2, e89624, 2024.

SILVA, Mayra Goulart; SIQUEIRA, Giulia Gouveia. O mito da igualdade de gêneros: compreendendo a insuficiência das cotas políticas para mulheres no Brasil. **Descentrada**, v. 8, n. 1, p. e227, 2024.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.



Laboratório de Eleições,
Partidos e Política Comparada